

# memoricidade

Revista do Museu da Cidade de São Paulo

V.2 - N.2 - Dezembro 2021



mrc

2

são paulo na  
pandemia

# memoricidade

V.2 - N.2 - Dezembro 2021



são paulo na  
pandemia

# memoricidade

Revista do Museu da Cidade de São Paulo

## Conselho editorial

Beatriz Cavalcanti de Arruda  
João de Pontes Junior  
José Henrique Siqueira  
Luiz Fernando Mizukami  
Marcos Cartum  
Marília Bonas  
Maurício Rafael  
Natália Godinho  
Paula Talib Assad  
Walter Pires

## Coordenação

Marcos Cartum

## Editora

Paula Talib Assad

## Editores associados

João de Pontes Junior  
Vera Toledo Piza

## Produção editorial

Daniilo Montingelli  
Evaldo Piccino  
João de Pontes Junior  
Vera Toledo Piza

## Projeto gráfico e diagramação

Fajardo Ranzini Design  
Arthur Fajardo e Claudia Ranzini

## Impressão

Gráfica CS Eireli

## Revisão

Renata Lopes Del Nero

## Foto de capa

Eduardo Knapp  
Pandemia do Coronavírus em São Paulo,  
esquina da rua 25 de Março sem movimento;  
às 11h25 de segunda-feira, 23/03/2020



## MUSEU DA CIDADE DE SÃO PAULO

Rua Roberto Simonsen, 136 - 01017-020 - São Paulo - SP  
Tel. 55 11 3116-6210  
museudacidade@prefeitura.sp.gov.br  
www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Memoricidade. Revista do Museu da Cidade de São Paulo /  
Departamento dos Museus Municipais, Secretaria Municipal de  
Cultura. - São Paulo, SP: Museu da Cidade de São Paulo, 2020-

Semestral  
ISSN 2675-8032

1. Museologia. 2. Memória. 3. Patrimônio Histórico.  
4. Cidades - São Paulo. I. Museu da Cidade de São Paulo.

CDD 069

Catalogação na fonte  
Elaborada por João de Pontes Junior - CRB-8/6829

## sumário

editorial	Cultura em tempos de crise sanitária	6
ensaio	A vida como patrimônio: relevância social, presente e futuro dos museus Beth Ponte	8
dossiê	Invisibilidades, pandemia e memória: fragmentos da vida indígena em contexto urbano Naine Terena de Jesus	16
	Pão, proteção, poesia e plantio: a garantia do direito humano à literatura em contexto de pandemia Bel Santos Mayer/Cláudia Dias Nogueira/ Flávia Cristiane Kolchraiber/Gabriel Razo da Cunha	24
	A pandemia da ponte pra cá Thiago Borges	36
	Birico é um fragmento que queima no centro Daniel Mello/Raphael Escobar	44
	Novos museus para a nova normalidade Daniel Manjarrés Usaquén	50
	Disputas de memória e crise da cidade: apropriações e usos dos lugares de memória Marcos Napolitano	58
entrefalas	Pandemia e vulnerabilidade social Entrevista com padre Julio Lancellotti	68
cidade revelada	Turismo de resistência: a arte de sobreviver e construir um território educador Cleiton Ferreira	72
ponto de vista	Três marcos da saúde pública em São Paulo Anderson Félix de Sá	80
tramas urbanas	O retrato de uma nação doente Mariana Rezende	88
	A vida não é útil Eloisa Torrão	90
estante	Sugestões de filmes e livros	92
por dentro do museu	Função educativa em espaços de cultura Nádia Bosquê/Natália Godinho da Silva	94
conheça o museu	As unidades que compõem a rede do MCSP	102
	Mapa e endereços do MCSP	104

# Cultura em tempos de crise sanitária

A crise sanitária, provocada desde o início de 2020 pela pandemia de covid-19, alterou fortemente a vida nas cidades. O isolamento social, necessário à contenção do alastramento do vírus, determinou a interdição dos deslocamentos diários entre casa, trabalho e lazer, criando uma nova dinâmica sobretudo para aqueles que, diante de seus privilégios sociais e econômicos, puderam manter-se confinados. Essa nova realidade, marcada pela forte redução da atividade econômica, bem como pelo esvaziamento do espaço público, fez também com que as desigualdades se intensificassem e se escancarassem nas ruas paulistanas.

No campo da cultura, as consequências das restrições de circulação e dos encontros entre as pessoas fizeram com que a maior capital do País (e epicentro dos casos durante muitos momentos da pandemia) tivesse de enfrentar grandes desafios na documentação e na preservação das memórias ameaçadas sob risco de apagamento, na promoção das produções artísticas em novos suportes e na sobrevivência dos espaços culturais.

Para o Museu da Cidade de São Paulo (MCSP), como instituição cultural pública, foi necessário, no contexto dessa nova realidade, vislumbrar utopias e fomentar novas formas de relação da população com a cidade e com seu patrimônio. Resistência e resiliência passaram então a ser, mais do que nunca, conceitos importantes para nossa atuação. Assim, este segundo número da revista *Memoricidade* pretende documentar, promover debates e ensaiar perspectivas de futuro sobre as questões que a pandemia tem imposto nas tramas da cidade.

Na abertura da revista o tema desta edição é abordado com o texto “A vida como patrimônio: relevância social, presente e futuro dos museus”, no qual Beth Ponte discute a magnitude e a extensão dos impactos da

pandemia de covid-19, evidenciando a importância do setor museal no processo de recuperação do ecossistema da cultura, por sua capilaridade, institucionalidade e presença comunitária. A partir de reflexões sobre a função social dos museus e de exemplos práticos de instituições que adotaram ações em defesa da vida, da saúde e do cuidado com suas comunidades, a autora examina o papel que os museus podem desempenhar em um mundo pós-pandemia.

Os impactos urbanos da pandemia são tratados também no “Dossiê”, estruturado em dois eixos: o primeiro, que versa sobre as experiências vividas por grupos sociais e comunidades durante a pandemia de coronavírus, articula discussões em relação à cidade e a suas memórias, ações de promoção da cultura, da saúde e dos direitos humanos básicos. O segundo eixo traz discussões de cunho mais teórico sobre os museus e o patrimônio em relação às cidades, enfatizando não apenas os impactos da crise sanitária, mas também de crises identitárias que afligem o campo da memória na contemporaneidade. Nesse sentido, esta edição buscou enfatizar e valorizar as vozes múltiplas, com a particularidade de suas experiências no enfrentamento à crise sanitária no território urbano — fortemente influenciadas pelos marcadores das diferenças sociais.

Assim, na seção “Dossiê” temos os artigos de Naine Terena de Jesus, acerca do apagamento das memórias e da presença indígena em áreas urbanas, com a análise de referenciais bibliográficos que cotejam os processos de apagamentos até chegarmos às dificuldades do período pandêmico; de Bel Santos Mayer, Cláudia Dias Nogueira, Flávia Cristiane Kolchraiber e Gabriel Razo da Cunha, que trata das ações e estratégias que possam garantir o direito à literatura durante uma pandemia,

num contexto em que outros direitos humanos parecem mais urgentes, a partir do reconhecimento de que a fabulação é uma necessidade básica ao ser humano; de Thiago Borges e o Coletivo Periferia em Movimento, que faz um retrato do enfrentamento ao contexto pandêmico pela população de territórios periféricos, narrado pelos próprios moradores, pelo jornalismo de quebrada, expondo ausência, indignação, auto-organização e solidariedade; de Daniel Mello e Raphael Escobar, retratando a região da chamada “Cracolândia”, mostrando que a associação com a criminalidade faz parte de uma tentativa de mascaramento de problemas sociais, tais como a falta de moradia e a violência do racismo estrutural; de Daniel Manjarrés Usaquén, expondo que durante a emergência social e econômica, causada pela pandemia, o setor de museus no Brasil e na Colômbia tem enfrentado riscos que, mesmo atingindo sua viabilidade econômica e social, possibilitam seu posicionamento como agentes relevantes na promoção de desenvolvimento social e cultural. Encerrando a sessão “Dossiê”, Marcos Napolitano evidencia que na atual “guerra às estátuas”, além das tensões sociorraciais do presente — que se projetam nas disputas sobre a narrativa do passado — também se verifica a crise da cidade, como um conjunto orgânico de espaços de convivência e lugares de memória. Com isso o autor traz elementos para a reflexão sobre os usos públicos dos espaços de preservação patrimonial e dos indicadores de memória, também apresentando propostas e movimentos de resignificação de edifícios, monumentos e bairros.

Nas outras seções desta edição o leitor irá encontrar: em “Entrefalas”, a entrevista com o pedagogo e presbítero católico brasileiro padre Julio Lancellotti, que há 36 anos é pároco da Igreja de São Miguel Arcanjo no bairro da Mooca e durante a pandemia se destacou pelo papel exercido nas ações de solidariedade às populações em situação de vulnerabilidade social; em “Cidade revelada”, o artigo “Turismo de resistência: a arte de sobreviver e construir um território educador”, de Cleiton Ferreira, que demonstra a capacidade da população periférica da região noroeste da cidade de construir,

em meio às dificuldades de sobrevivência, um território educador mediante referenciais ativos e potenciais, a partir do pertencimento, da memória, da educação, da cultura, da ancestralidade, dos valores e dos afetos. Assim, outros modos de sobrevivência surgem a partir do desenvolvimento sustentável diante do sistema econômico estruturalmente injusto imposto à juventude preta, indígena e pobre, resignificando suas relações com o território; em “Ponto de vista”, Anderson Félix de Sá seleciona imagens de três conjuntos arquitetônicos já desaparecidos — com base no acervo fotográfico do MCSP e do Instituto Butantan — que foram instituições imprescindíveis na profilaxia de epidemias no final do século XIX e início do XX: o Lazareto dos Variolosos,

o Instituto Vacinogênico e o Instituto de Medicamentos Oficiais; em “Tramas urbanas”, Mariana Rezen-de resenha o livro *A mancha roxa*, de Plínio Marcos, em que o autor retoma a violência de seus textos mais característicos e expressivos — *Barrela, Dois perdidos numa noite suja, Navalha na carne, O abajur lilás* —, de cuja linha tinha se afastado, só obtendo igual rendimento artístico com a metalinguagem lírica da produção anterior, em *Balada de um palhaço*.

Em “Estante”, as indicações do filme *O físico*, de Philipp Stölzl, e dos livros *A bailarina da morte*, de Heloisa Murgel Starling e Lilia Schwarcz, *O amor nos tempos do cólera*, de Gabriel Garcia Márquez, e *Sobre estar doente*, de Virginia Woolf. Em “Por dentro do museu”, o artigo elaborado pelo Núcleo Educativo do MCSP apresenta uma reflexão a respeito da função educativa nos museus nos dias de hoje, elencando as propostas do MCSP, durante o isolamento, destinadas a manter os vínculos com seu público e a ampliar os canais de comunicação.

Boa leitura e boas reflexões.

**Marcos Cartum**

Diretor

Museu da Cidade de São Paulo  
Departamento dos Museus Municipais

Beth Ponte

# A vida como patrimônio: relevância social, presente e futuro dos museus

**A MAGNITUDE** e a extensão dos impactos da pandemia de covid-19 evidenciam a importância do setor museal para o futuro processo de recuperação do ecossistema da cultura, por sua capilaridade, sua institucionalidade e sua presença comunitária. A partir de reflexões sobre relevância social dos museus e exemplos práticos de instituições que adotaram ações em defesa da vida, da saúde e do cuidado com suas comunidades, este ensaio aborda o papel que os museus podem desempenhar em um mundo no qual a pandemia não será o principal desafio coletivo a longo prazo.

Todo exercício de escrita é um diálogo consigo, com os outros e com o futuro. No momento em que escrevo este texto, estamos atravessando o segundo ano da pandemia de covid-19, ainda sem um horizonte de conclusão. É muito provável que, em algum ponto do futuro, quando você estiver lendo este texto meses ou anos à frente, ainda estejamos sentindo os impactos do momento atual em nossa história.

Para além de um período de grande perda, dor e incerteza, a pandemia ficará registrada como um marco histórico e um grande catalisador de transformações. No setor cultural, a pandemia tem acelerado mudanças e amplificado ameaças, muitas delas já em curso ou que já se insinuavam bem antes de seu início. Dos modelos de sustentabilidade à programação, das formas de trabalho à comunicação com o público, da relação com o digital à percepção do valor social: os efeitos da pandemia se fazem sentir em todos os aspectos do funcionamento do setor cultural e de suas instituições.

Não por acaso o termo “ecossistema da cultura”<sup>1</sup> voltou a se tornar uma tendência em debates, análises e discussões durante a pandemia. Dada a magnitude e a extensão dos efeitos dessa crise sanitária e humanitária, é muito oportuno retomar a visão da cultura como um sistema interconectado e interdependente e, por consequência, enxergar suas organizações como organismos, em vez de mecanismos. O ecossistema da cultura, que globalmente já apresentava sinais de desequilíbrio, enfrenta talvez sua maior ameaça neste século. E, nesse contexto, suas organizações – tais quais organismos vivos – não têm outra opção a não ser adaptarem-se e cooperarem para se manterem vivas.

Acredito que é sob esse prisma que devemos pensar a atuação dos museus no presente e no futuro pós-pandemia. Por sua antiguidade, sua capilaridade e sua institucionalidade, o setor de museus tem um papel central no ecossistema da cultura, no Brasil e em todo o mundo. E é através de suas ações que ele pode ajudar a si mesmo e aos outros agentes desse ecossistema em sua reconstrução. E se “fora do fazer não há salvação”, como defendia o artista Rubem Valentim, nos compete

perguntar: O que os museus estão fazendo? O que podem fazer? Que papel querem ter no futuro que estamos construindo?

### **Chaves e portas: a relevância dos museus no presente**

Um ano e meio depois do início da pandemia, a maioria dos museus brasileiros ainda não reabriu suas portas para o público. Outros, sobretudo os de maior porte e em grandes metrópoles do Brasil, retomaram seu funcionamento com muitas restrições, respondendo à situação sanitária e a suas oscilações, e já passaram até mesmo por novos fechamentos e reaberturas.

Fechados ou reabertos, os museus não paralisaram suas atividades. Em nível internacional, o setor tem produzido conhecimento útil para o enfrentamento da pandemia por todos os segmentos da cultura. Como primeiros espaços a reabrir, capitanearam a discussão sobre protocolos sanitários e impactos econômicos da pandemia, a exemplo das normativas e pesquisas do International Council of Museums - ICOM (ICOM, 2021).<sup>2</sup> Além disso, tiveram um papel importante como espaço para pesquisas sobre a transmissão do coronavírus que serviram de referência para a retomada cultural em curso.

Não circunscrita à pandemia, a importância do setor de museus para todo o ecossistema da cultura é também comprovada pela quantidade e diversidade de conteúdo que o setor

produz sobre gestão de equipamentos culturais.<sup>1</sup> Como gestora cultural, algumas das reflexões mais interessantes às quais tive acesso durante a pandemia vieram de novas vozes, muitas delas do setor de museus. Jones (2020),<sup>3</sup> educadora museal e consultora norte-americana, levantou uma interessante discussão logo depois do início da pandemia sobre o que os museus poderiam fazer para serem mais relevantes para seus públicos durante a quarentena e o isolamento social. Para isso, segundo Jones (2020, grifo nosso),<sup>3</sup> era necessário em primeiro lugar que os próprios museus questionassem sobre o impacto deste momento sobre si mesmos:

Neste momento atual, passamos por uma transição épica, que altera a vida em um curto espaço de tempo. Nós estávamos trabalhando para museus que coletivamente recebiam milhões de visitantes por ano. Quem somos nós, agora que não temos visitantes?

Para muitos de nós, agentes do campo cultural ou de museus, a pergunta pode soar óbvia: afinal, sabemos que museus desempenham funções para muito além da difusão e de suas exposições. São espaços de pesquisa, de conservação, de formação e de produção de conhecimento. Mas isso é o que museus e seus profissionais sabem sobre si mesmos. Não podemos nos esquivar de encarar a outra face da pergunta. O que os visitantes e não visitantes sabem sobre os museus e de que forma percebem seu valor social se já não podem visitá-los? Como os museus podem manter, demonstrar ou transformar sua relevância para a sociedade com suas portas fechadas?

Também vem do campo dos museus algumas das reflexões mais importantes sobre relevância social,

um conceito central nesse momento de crise do ecossistema da cultura. A partir de sua experiência como diretora executiva do Santa Cruz Museum of Natural History, na Califórnia, Simon (2016)<sup>4</sup> traz uma interessante visão sobre o conceito de relevância para museus:

Algo é relevante se lhe dá novas informações, se dá sentido à sua vida, se faz diferença para você. Não é suficiente que algo seja familiar ou conectado a algo que você já conhece. A relevância leva você a algum lugar, traz um novo valor para o debate. Assim, em vez de pensar na relevância como um link, comecei a pensar na relevância como uma chave. Imagine uma porta trancada. Atrás da porta está uma sala que contém algo poderoso – informação, emoção, experiência, valor. A sala é deslumbrante. A sala está trancada. Relevância é a chave para essa porta.

A metáfora da relevância como uma chave que abre portas para experiências transformadoras e novos sentidos é uma provocação ainda mais interessante em um contexto de longo fechamento dos museus e de impossibilidade de abrir suas portas (físicas) para o público. A imagem ganha mais força justamente neste momento em que os museus precisam inovar e pensar onde reside sua real relevância para seu público e a sociedade. Segundo Spock (2020),<sup>5</sup> o fechamento do espaço físico dos museus e a necessidade de inovar em sua forma de atuação nos remete ainda a outras alegorias:

Inovação, ruptura criativa, adaptação, “pensar fora da caixa”, até agora eram pensados como novidades opcionais no trabalho do museu, um canto do campo para os idealistas e sonhadores. Agora, com uma clareza surpreendente, estamos literalmente presos fora da caixa por um período desconhecido. A adaptação já não é opcional.

A pandemia nos prendeu fora da caixa, fora de nossas instituições culturais e nos forçou a pensar para além de seus limites. A aceleração digital vivenciada pela cultura reconfigura a ideia de “público” e “visitantes”, que não são mais termos intercambiáveis. Também mudou, talvez de forma permanente, nossa prática de trabalho, de produção e de difusão de conteúdo. Mas essas transformações não significarão um aumento de relevância se os museus e todas as instituições culturais não olharem efetivamente para o que existe do lado fora de suas caixas.



Fonte: Divulgação da Casa da Imagem do Museu da Cidade de São Paulo.

**EXPOSIÇÃO  
SISTÊMICA**  
*Infâncias em  
São Paulo*  
Foto: Monica  
Caldiron, 2021

E, neste momento histórico brasileiro, o que há do lado de fora da caixa? Um país assolado e enlutaado por uma pandemia, com mais de meio milhão de vidas perdidas, atravessando uma crise de fome e insegurança alimentar, sob um governo que é inimigo da cultura, da ciência, do meio ambiente e da educação. Como museus e todos os espaços culturais se relacionam com a realidade atual em que estão inseridos? Como se posicionam diante das pautas mais urgentes para nosso futuro comum, a exemplo da equidade de gênero, mudança climática, luta antirracista, defesa dos direitos humanos, combate ao negacionismo científico? Como dialogam com o que está fora de suas caixas? Ou, ecoando a pergunta feita por Letelier (2020, p. 101, grifo nosso),<sup>6</sup> em sua reflexão sobre o futuro dos museus na pandemia:

Museus não podem se esquivar desse contexto que dita a realidade vigente. Observar, reconhecer e atuar sobre novos valores que emergem na pós-pandemia deve ser um compromisso social para os museus que querem ser relevantes. [...] O impacto da pandemia sobre os museus é mensurável. E qual o impacto dos museus sobre a pandemia?

Durante a pandemia, falou-se muito sobre “resiliência”, um conceito tomado de empréstimo das ciências naturais e muitas vezes mal interpretado e confundido com “resistência”. Resiliência, no entanto, remete à capacidade de pessoas, de organizações ou de setores de voltarem a seu estado original depois de grandes choques e traumas, mantendo suas características essenciais. A questão é que talvez não possamos jamais voltar ao que éramos, ao ponto em que estávamos.

Em muito menor medida tem-se falado de outro conceito que a meu ver é muito mais central neste momento para o setor cultural: adaptação. A natureza nos ensina que, em ambientes extremos, a capacidade de adaptar-se e de mudar é mais importante do que a resiliência. No entanto, os conceitos podem ser complementares, e não opostos: os dois são de extrema impor-

tância neste momento em que tudo deve ser repensado em nosso ecossistema cultural. Resiliência e adaptação são formas de responder a desafios, mas nenhum deles garante a sobrevivência de instituições. Eles são o “como”. A relevância social é o “porquê”.

### Museologia pela vida

Que tempos são estes, em que temos que defender o óbvio?

Bertolt Brecht

Simon (2016)<sup>4</sup> também define a relevância como “um alvo em movimento”. Ela pode se transformar, reagindo aos acontecimentos que impactam a vida das pessoas. Um museu que queira ser realmente relevante para sua comunidade precisa fazer com que suas ações dialoguem com aquilo que importa para ela, mesmo que isso mude depois de um tempo. E certamente mudará.

O momento sombrio que atravessamos evidencia a presença da saúde e da vida como pautas fundamentais para nossa sociedade. Como os museus podem construir e fortalecer sua relevância neste contexto? Nas palavras de Letelier (2020, p. 107, grifo nosso):<sup>6</sup>

Nada mais atual do que revelar que os museus podem trazer vida quando a morte está tão presente no cotidiano.

A população global amanheceu seus dias, por meses, refazendo a contagem de mortos pelo novo coronavírus.

Só isso já seria suficiente para incentivar os museus a buscar uma nova forma de utilidade pública, que valoriza a vida, para realinhar suas prioridades institucionais a partir dessa escolha. [...] A palavra “curador”, além do papel, nos museus, de quem concebe as exposições e programações, significa “aquele que tem uma administração a seu cuidado, como tutor, ou a pessoa que cuida, encarregado de zelar”, o que nos recorda da responsabilidade dos museus quanto ao patrimônio, que hoje vive (ou quer viver) para além dos limites de seus muros. Uma noção ampliada de patrimônio. A vida como patrimônio.

A preservação da vida compete a todos, e isso inclui, ou deveria incluir, todos os museus. Felizmente, desde o início da pandemia, temos visto algumas iniciativas inspiradoras, nacionais e internacionais, que mostram como as ações relacionadas à defesa da vida e à promoção da saúde podem ser uma maneira de os museus manterem, ampliarem ou construir novas formas de relevância social para suas comunidades e seus territórios.

Partilho, a seguir, alguns exemplos recentes de museus que estão abrigando centros de vacinação, desenvolvendo projetos de saúde mental e acolhimento emocional, difundindo conhecimento sobre o combate ao coronavírus, dentre outras ações.

• **Difusão de informação:** O Comitê Brasileiro do ICOM (ICOM, 2020)<sup>7</sup> lançou em maio de 2021 a campanha #MuseusPelaVida,<sup>8</sup> uma ação contínua para mobilizar as instituições museais a disseminar em seus canais digitais conteúdo de estímulo à vacinação e à adoção das práticas de prevenção à covid-19. Museus de todo o país aderiram à campanha.

• **Museus como centros de vacinação:** O Museu da República, no Rio de Janeiro, fechado em virtude da pandemia desde março de 2020, passou a funcionar desde fevereiro de 2021 como posto de vacinação contra a covid-19. Em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Secretaria Municipal de Saúde, mais de 100 mil pessoas foram vacinadas no museu ao longo de seis meses.<sup>9</sup> Numa iniciativa similar, o Castello di Rivoli, próximo a Turim, na Itália, transformou as galerias no terceiro andar de seu edifício em um centro de vacinação em parceria com as autoridades locais. Ao reservar seu ingresso on-line para visitar o museu, o visitante tem a opção de agendar sua vacinação.<sup>10</sup>

• **Acolhimento emocional:** Em julho de 2020, o Museu da Língua Portuguesa iniciou o projeto “Palavra no Agora” para ajudar as pessoas a atravessar esse momento difícil através de ferramentas de expressão, diálogo e reflexão.<sup>11</sup> O Museu da Pessoa iniciou em maio

de 2020 o projeto “Diário para o Futuro”, uma campanha colaborativa para a coleta de relatos cotidianos sobre a pandemia.<sup>12</sup>

• **Artes e saúde mental:** Em março de 2021, uma coalizão de instituições culturais britânicas, dentre elas a Tate, University College e o Centro Nacional para Saúde Criativa, lançaram a campanha *Healing Arts 2021* em resposta à crise de saúde mental causada pela covid-19, como parte da série de eventos da Organização Mundial da Saúde (OMS). Durante cinco dias foram realizados eventos online, além de um leilão beneficente da Christie’s para arrecadar recursos para apoio a projetos sobre saúde mental.<sup>13</sup>

• **Cuidado com a comunidade do entorno:** Em 2020, a Casa do Povo capitaneou a campanha Cuide do Bom Retiro, que envolveu 22 organizações culturais e mais de uma centena de voluntários em ações de apoio a moradores da região central de São Paulo em situação de vulnerabilidade social.<sup>14</sup> Em 2021, o Museu da Maré contou com o apoio da Fiocruz para realizar o projeto Maré do Bem Viver, que prevê o acompanhamento psicossocial de 150 famílias da Maré a partir de profissionais de medicina, psicologia, serviço social e nutrição. Além de informar e viabilizar o acesso a serviços públicos, o projeto propõe a criação de grupos terapêuticos para abordar temas como luto, ansiedade e doenças crônicas.<sup>15</sup>

Esses exemplos mostram que, como catalisadora de transformações, a pandemia também pode ser uma oportunidade de ampliar a própria compreensão do papel social dos museus.

### No futuro todos os museus deverão ser comunitários

Além de ser um alvo em movimento, a relevância não é algo instituído, mas algo percebido: ela só existe se a comunidade a reconhece. Evidências e pesquisas apontam para a expectativa da sociedade brasileira de que os museus tenham um papel social mais relevante. A pesquisa “Dados para navegar em meio às incertezas: Desafios em tempos de covid-19” (ICOM, 2021)<sup>16</sup> desenvolvida pelo ICOM Brasil em 2020 com público de museus – na qual tive a satisfação de atuar como pesquisadora associada – contou com a participação de mais de 4 mil pessoas em todas as regiões do país. Ao serem questionados sobre que tipo de mudança tornaria os museus mais interessantes, 43% dos participantes gostariam que os museus fossem mais diversos, inclusivos para todas as pessoas e acessíveis aos diferentes públicos, e 38%, que apoiassem causas sociais de sua comunidade. Para os respondentes, o museu do futuro deverá ser não apenas digital e interativo, mas acessível, aberto e inclusivo. Nos próximos anos, a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como horizonte comum para a garantia de futuro da humanidade nas próximas décadas, devem ingressar de forma definitiva na agenda da cultura. E dentro do ecossistema cultural, o setor de museus tem capacidade de contribuir com esse processo, sobretudo se reconhecer que são alguns de seus “menores organismos” – os museus comunitários e ecomuseus – aqueles que carregam o maior potencial de adaptação e impacto social. Nas palavras de Varine (2014, p. 27):<sup>17</sup>

No assunto do desenvolvimento, precisamos de ferramentas culturais específicas para mobilizar a comunidade, para revelar os recursos, para ilustrar os objetivos, para demonstrar estratégias e procedimentos de desenvolvimento etc. [...] Como o próprio desenvolvimento, o museu de comunidade é mais bem descrito como um processo. Ele certamente não é uma instituição ou uma estrutura acabada. É um ser vivo, como a própria comunidade, em constante movimento para se adaptar às mudanças que acontecem nela e em seu ambiente, seja ele regional, nacional ou global.

Em um mundo onde a pandemia não é o principal desafio a longo prazo, todo museu que queira ser relevante para o futuro terá que ser, em alguma medida, um museu comunitário em sua essência. Talvez seja uma boa hora de desconstruir as barreiras simbólicas que separam, no setor museal, os museus “tradicionais” dos museus “comunitários”. Uma efetiva cooperação entre

O que há do lado de fora da caixa? Um país assolado e enlutado por uma pandemia, com mais de meio milhão de vidas perdidas, atravessando uma crise de fome e insegurança alimentar, sob um governo que é inimigo da cultura, da ciência, do meio ambiente e da educação

esses dois tipos de agentes do mesmo ecossistema só poderá ser benéfica para todo o setor. Todos os museus, independente de porte ou segmento, devem se entender como organismos, parte de um mesmo ecossistema fragilizado. A cooperação é a chave para a adaptação e a restauração.

É bastante simbólico que em 2022, quando se completam 50 anos da mesa-redonda de Santiago do Chile, onde firmaram-se as bases da Nova Museologia e da Museologia Social, seja o ano escolhido para que o ICOM delibere sobre o novo conceito de museu em sua reunião trienal. A nova proposta de definição, que gerou grande polêmica e acabou não sendo ratificada na 25ª Conferência Geral do ICOM em 2019 (ICOM, 2019, grifo nosso),<sup>10</sup> em Kyoto, definia os museus como:

[...] espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos que atuam para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e abordando os conflitos e desafios do presente, mantêm artefatos e espécimes de forma confiável para a sociedade, salvaguardam memórias diversas para as gerações futuras e garantem a igualdade de direitos e a igualdade de acesso ao patrimônio para todos os povos. Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes, e trabalham em parceria ativa com e para as diversas comunidades, a fim de colecionar, preservar, investigar, interpretar, expor e ampliar as compreensões do mundo, com o propósito de contribuir para a dignidade humana e a justiça social, a equidade mundial e o bem-estar planetário.

#### Conclusão: o que um museu poderá ser?

Concluo aqui este exercício de diálogo com você e com o futuro. Quando você, leitor, estiver lendo este texto, talvez a pandemia já seja parte de um passado recente ou talvez ainda esteja entre nós. E talvez, no momento de sua leitura, já tenhamos uma nova definição oficial do que é um museu.

Olhando para trás, 2019 parece um passado distante, e a definição proposta na 25ª Conferência Geral do ICOM ganha tons quase premonitórios ao falar em bem-estar planetário como parte dos propósitos de um museu. Mas nada disso é coincidência: basta lembrarmos que o mundo já estava bastante doente antes da pandemia.

Escolho terminar este ensaio com essa definição, ainda em aberto, por acreditar que a imaginação, assim como a relevância, são chaves de futuros possíveis, chaves para portas a serem abertas. Mesmo que não aprovada, essa definição servirá como um registro e um depósito de esperança em relação a tudo que os museus podem ser e sobre a forma pela qual uma parte do setor quer ser vista pela sociedade em um mundo em transformação. Independente da definição, algo é certo: em breve os museus entenderão que, para ingressar e navegar na imprevisibilidade do futuro, não haverá relevância social que não parta da compreensão da vida, de cada um de nós e do planeta, como o nosso principal patrimônio. 

Beth Ponte é *german chancellor fellow* (2018/2019) da Fundação Alexander von Humboldt, gestora cultural, consultora e pesquisadora.

#### notas

- I Em nível internacional, vale destacar o papel de associações, redes e entidades como o Conselho Internacional de Museus (ICOM), a Museums Association, o Network of European Museum Organisations (NEMO), a American Alliance of Museums e o IberMuseus, dentre outros. Em nível nacional, o IBRAM e ICOM Brasil se destacam na produção de dados e conhecimento sobre gestão cultural a partir da perspectiva de museus.
- II Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2341>. Acesso em: 30 de julho 2021
- III Disponível em: <https://www.facebook.com/museudarepublica/>. Acesso em: 28 de agosto 2021
- IV Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/05/04/arts/design/italy-museum-vaccination.html>. Acesso em: 07 de julho 2021
- V Disponível em: <https://noagora.museudalinguaportuguesa.org.br/>. Acesso em: 15 de novembro 2020
- VI Disponível em: <https://www2.museudapessoa.org/exposicoes/diarios-da-pandemia/?lang=pt-br>. Acesso em: 28 de agosto 2021
- VII Disponível em: <https://www.culturrunners.com/healing-arts-london>. Acesso em: 27 de agosto 2021
- VIII Disponível em: <https://casadopovo.org.br/campanha-cuide-do-bom-retiro/>. Acesso em: 31 de janeiro 2021
- IX Disponível em: <https://www.facebook.com/museudamare/posts/4545496005460981>. Acesso em: 30 de agosto 2021

#### referências

1. HOLDEN, John. **The Ecology of Culture**: A Report commissioned by the Arts and Humanities Research Council's Cultural Value Project. Londres: Arts and Humanities Research Council, 2015.
2. INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **Museums and end of lockdown**: Ensuring the safety of the public and staff. 2020. Disponível em: <https://icom.museum/en/covid-19/resources/museums-and-end-of-lockdown-ensuring-the-safety-of-the-public-and-staff-2/>. Acesso em: 31 ago. 2021.
3. JONES, Andrea. **Museus durante o "apocalipse"**: como desenvolver empatia e se conectar com seus públicos. Medium. Disponível em: <https://medium.com/@pontebeth/museus-duranteo-apocalipse-como-desenvolver-empatia-e-se-conectar-com-seu-publico-8121026917e3>. Acesso em: 18 mai. 2020.
4. SIMON, Nina. **The Art of Relevance**. 2016. Disponível em: [www.artofrelevance.org/](http://www.artofrelevance.org/). Acesso em: 10 dez. 2020.
5. SPOCK, Dan. **Museums**: Essential or Non-essential? Disponível em: <https://wunderkammer.blog/2020/05/07/museums-essential-or-non-essential/>. Acesso em: 10 mai. 2020.
6. LETELIER, Lucimara. O futuro dos museus pós-pandemia: sobrevivência ou reinvenção? **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 28, dez. 2020/jun. 2021.
7. INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM) BRASIL. **Dados para navegar em meio às incertezas**: Parte II — Resultados da pesquisa com públicos de museus. 2020. Disponível em: [www.icom.org.br/?p=2121](http://www.icom.org.br/?p=2121). Acesso em: 20 nov. 2020.
8. \_\_\_\_\_. **Museus (memória + criatividade) = mudança social**. Disponível em: [www.icom.org.br/?page\\_id=654](http://www.icom.org.br/?page_id=654). Acesso em: 29 ago. 2021.
9. VARINE, Hugues. O museu comunitário como processo continuado. **Cadernos do CEOM**; Museologia Social, ano 27, sn. 41, 2014.
10. INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM) BRASIL. **Questionário do ICOM Brasil sobre a nova definição de museu**. 2020. Disponível em: [www.icom.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Questionario-do-ICOM-Brasil-sobre-a-nova-definicao\\_revisao.pptx.pdf](http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Questionario-do-ICOM-Brasil-sobre-a-nova-definicao_revisao.pptx.pdf). Acesso em: 29 ago. 2021.

# I

## nvisibilidades, pandemia e memória: fragmentos da vida indígena na margem em contexto urbano

Naine Terena de Jesus

**ESTE ARTIGO** aborda o apagamento das memórias e presença indígena em área urbana, visitando referências bibliográficas que situam tais silenciamentos em períodos distintos, reconhecendo o fato de que indígenas que vivem em cidades sempre foram protagonistas de processos de exclusão e silenciamento de suas identidades. E então se chega ao período pandêmico de 2020, em que dados oficiais e extraoficiais nos



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

**ALDEIA JARAGUÁ**  
Foto: Claudia Alcóver,  
2002

auxiliam nas problematizações acerca do silenciamento do patrimônio cultural indígena diante das mortes ocasionadas pela pandemia da covid-19. Dessa forma, há dois eixos centrais nesta produção: a abordagem dos processos de apagamento dos indígenas em contexto urbano e suas consequências no acesso às políticas públicas de saúde, e o impacto das mortes por covid-19 na manutenção da memória indígena.

### Uma história mal contada

A proposta para escrever um artigo cujo enfoque seja a relação histórica de apagamento da memória e do patrimônio cultural indígena e suas respectivas relações com o contexto atual – em especial o caos causado pela pandemia de covid-19 que assolou o mundo no ano de 2020 (e ainda mantém um desequilíbrio no cotidiano das diferentes populações globais em 2021) – suscitou a necessidade de rever algumas questões acerca da presença dos indígenas em área urbana, pois o processo de silenciamento desses grupos não é um fato relacionado apenas à pandemia e tem muito a dizer a respeito do tratamento dado aos indígenas que vivem em cidades.

É preciso retomar algumas questões que foram elaboradas por pensadores indígenas a respeito da invisibilidade dos povos originários que vivem fora da aldeia para se perceber o tratamento dado a eles pelas políticas públicas de saúde. Ao mesmo tempo, deve-se buscar na autoria indígena elementos para se pensar a resiliência e as formas de sobreviver ao período pandêmico.

Dessa forma, este texto segue dois eixos centrais: a abordagem dos processos de apagamento dos indígenas em contexto urbano e suas consequências no acesso às políticas públicas de saúde e o impacto das mortes por covid-19 na memória indígena.

Acerca da história mal contada, inicia-se esta problematização a partir do texto escrito por Santos (1998),<sup>1</sup> no que diz respeito à presença indígena na cidade de São Paulo. O autor, a quem chamo de Casé Angatú (seu nome indígena), explica que ainda causa estranhamento quando se fala que a cidade de São Paulo tem povos originários entre seus moradores.

O pesquisador de origem tupinambá narra que as pessoas se surpreendem ou até negam a possibilidade de a cidade de São Paulo ser uma cidade indígena, cujo espaço geográfico é rico de memórias, identidades e territorialidades originárias. A afirmação de Casé não se dá apenas ao remeter a um período histórico colonial, mas enfoca os dias de hoje, lembrando que na capital do estado existem aldeias indígenas.

Casé denomina São Paulo como “Tabatatyba” [aldeia de vários povos], e lembra também de “Piratinin-ga” [peixe seco].

Andando pela cidade, além dos indígenas das aldeias guarani localizadas na cidade, percebemos que muitos de seus moradores, incluindo os que vivem nas ruas, praças, viadutos, têm suas ancestralidades ligadas aos povos originários de

etnias forçadas a saírem de suas terras natais. Presença do mesmo modo observada nos nomes de rios, ruas, lugares, bairros e arredores.

Em outro trecho, o autor faz uma referência à intenção de apagamento/embranquecimento da cidade, fenômeno que foi recorrente em todas as regiões do país e que reflete a relação dos não indígenas com os povos originários:

Havia um projeto de europeização arquitetônica, urbanística e populacional. Buscava-se apagar “qualquer traço caipira, caboclo, indígena e negro da cidade”. Buscava-se uma “limpeza sociocultural” perseguindo práticas e espaços de vivências das camadas populacionais nacionais nas áreas mais centrais e suas adjacências. Buscava-se a formação de um mercado de trabalho supostamente controlado.

O processo de apagamento dos indígenas em contexto urbano resulta em uma série de problemáticas, até mesmo no que diz respeito ao reconhecimento dos próprios indígenas. Isso se dá também pela criação de imaginários, nos quais somente os aldeados são vistos como “originais”, perspectiva que parece embasar ações da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de demais órgãos governamentais que deveriam prestar serviços a esses moradores das zonas urbanas brasileiras.

Para se ter uma ideia, na atualidade, de acordo com os dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), a cidade de São Paulo tem 12.977 indígenas autorreconhecidos, um número expressivo, diante da invisibilidade desses povos.

Busquei trazer nestes primeiros parágrafos a realidade da maior cidade do país, como um balizador de realidades existentes em outros municípios, que mantêm uma população indígena em contexto urbano, vivendo processos de invisibilidade sócio-político-cultural. Em outra ponta recorro à reportagem que produzi em março de 2021, na qual a abordagem foi a vida de famílias indígenas em Cuiabá, no período de pandemia. Historicamente, Cuiabá também foi terra indígena, sendo remetida à presença dos boe bororo. (TERENA, 2021)<sup>2</sup>

Para a reportagem, consultei o Censo do IBGE (2010), em que cerca de 1.600 pessoas se declararam indígenas em Cuiabá, e a Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoimt) reuniu um número de pelo menos 70 famílias vivendo na capital.

Neste período de pandemia, as famílias vêm recebendo assistência básica através da doação de sacos e, até junho de 2021, ainda não tinham o direito à vacina, fato que ocorreu em outras capitais do país. As informações recebidas da Fepoimt apontam um grande número de estudantes universitários indígenas vivendo em Cuiabá, o que nos parece ser um perfil transitório, já que muitos deles almejam retornar para suas comunidades.

Mesmo com a determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, ocorrida em março de 2021, os indígenas que vivem em áreas urbanas de diversas cidades não conseguiram as doses da vacina, justamente pelo processo de apagamento, pois as políticas públicas não abarcam sua existência como indígenas. Dessa forma, o atendimento recebido é feito junto ao Sistema Único de Saúde (SUS), nos moldes da população não indígena.

Em resposta à determinação de Luís Roberto Barroso, em algumas regiões, as prefeituras alegaram que a vacinação deveria ser de responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), através dos distritos de saúde indígena; outras exigiam o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (Rani) – documento expedido pela Funai como comprovante da identidade indígena, entre outros atropelos que refletem a falta de políticas de apoio às populações que vivem nas cidades.

Partindo então para outro ponto de observação, há a região amazônica como um epicentro da pandemia e a ausência de assistência aos indígenas que vivem na cidade – informação mais latente sobre o descaso com a saúde indígena, devido aos óbitos ocorridos nessa região.

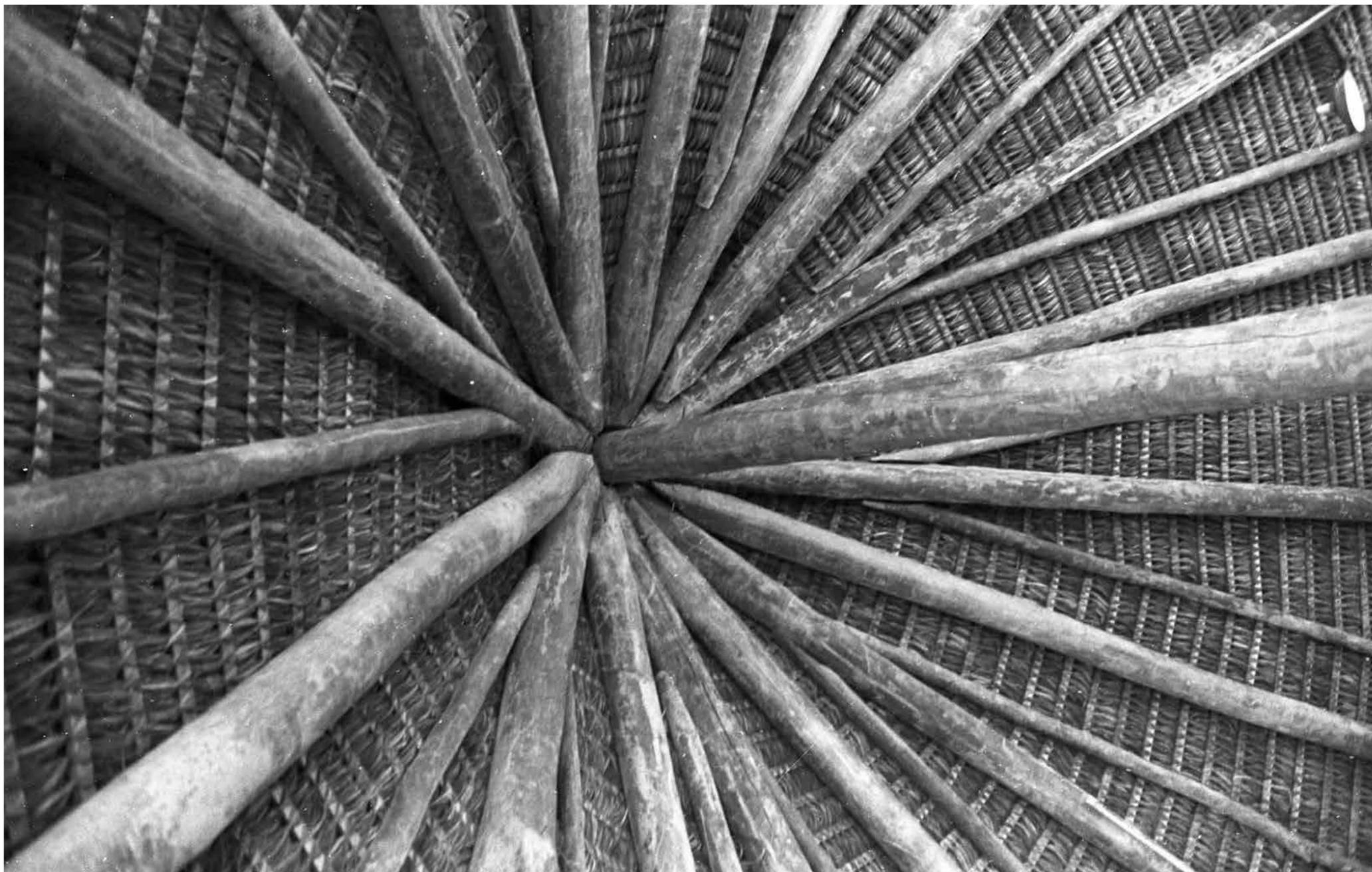
De acordo com a Coordenação dos Povos Indígenas

A cidade de São Paulo tem 12.977 indígenas autorreconhecidos, um número expressivo, diante da invisibilidade desses povos

de Manaus e Entorno (Copime), na capital do Amazonas vivem cerca de 30 mil indígenas em comunidades e áreas ribeirinhas. O atendimento a esse público é feito pelo SUS, sem especificidade.

Por fim, para adentrar ao outro eixo do artigo, ressalto que o Instituto Socioambiental (ISA) criou uma plataforma (PLATAFORMA..., 2021)<sup>3</sup> de monitoramento da situação indígena na pandemia de covid-19 no Brasil, considerando que os números oficiais do Ministério da Saúde não trazem dados completos, já que consideram como indivíduos indígenas apenas os que vivem em área de aldeia, ou aldeados, uma nuance no processo de apagamento dos indígenas que vivem em área urbana ou de retomadas de terras – subnotificação que traz diversas consequências ao processo de gestão dos atendimentos aos indígenas.

De acordo com os dados da plataforma, até o dia 29 de agosto de 2021 cerca de 58.614 foram contaminados pela covid-19, com um total de 1.193 óbitos, tendo 163 povos afetados pela doença. Vê-se nesse cenário registrado pelo ISA o impacto da pandemia não somente na vida física dos indivíduos e de seus povos, mas também na memória e nos saberes indígenas dos 163 povos afetados pela doença.



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

### **Memória e pandemia – A solidariedade é o que nos faz indígena**

Ainda numa retrospectiva histórica, sabe-se que no decorrer do tempo as doenças afetaram a estrutura de diferentes povos indígenas, isso quando não extinguiram comunidades inteiras. A covid-19 fez entre suas vítimas indígenas importantes conhecedores da cultura tradicional de diferentes povos, o que causa uma lacuna enorme no que diz respeito à formação de novas gerações, tanto nas aldeias quanto nas cidades.

Citarei brevemente algumas personalidades indígenas que foram abatidas pela covid-19, entendendo que fazem parte de diferentes processos. São alguns poucos exemplos, cabendo alertar que compreendo que todos os mortos levaram em si parte da história de seus povos, mas considero aqui neste momento a atuação forte de

### **ALDEIA JARAGUÁ**

Foto: Cláudia Alcóver, 2002

anciãos e lideranças na manutenção da cultura como perdas irreparáveis para as próximas gerações.

Impossível não citar Feliciano Lana, líder do povo Desana (AM), referência da cultura e do conhecimento dos povos do Alto Rio Negro. Lana ilustrou o livro *Antes o mundo não existia*, com histórias contadas por seu tio Firmiano Lana e seu primo-irmão Luiz Lana.

Gumercindo Karitiana também foi uma liderança vencida pela covid-19. Em 2015, Gumercindo participou do documentário *Diários visuais – Karitiana*, coordenado pelo pesquisador Aly Orellana, cujo enfoque se dava na preocupação do líder indígena com a manutenção da cultura de seu povo e a educação formal. Neste minidocumentário Gumercindo conta a história do povo karitiana, com base no mito criador, entre outros assuntos que envolvem seu povo. (CANAL..., 2021)<sup>4</sup>

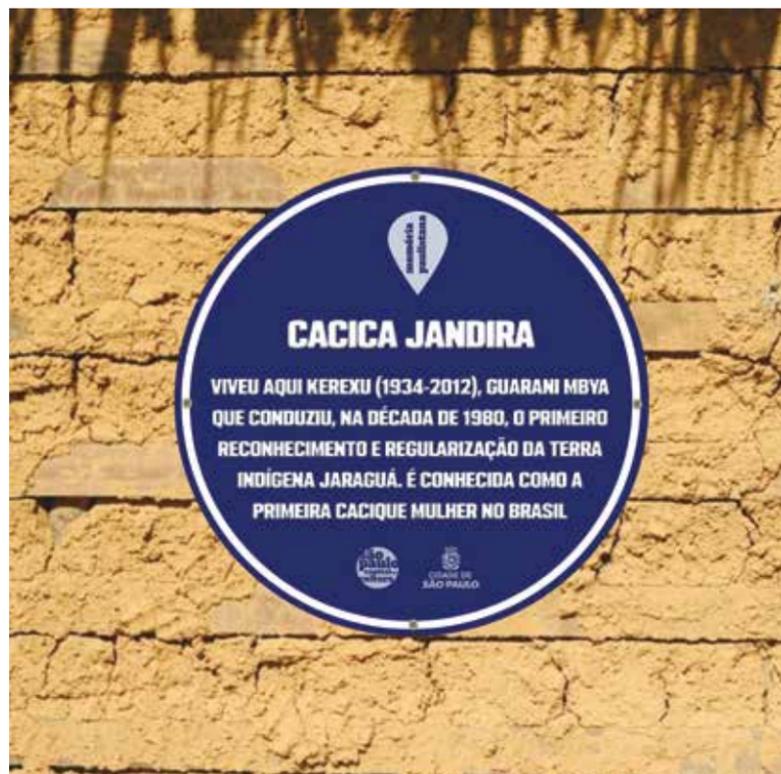
Bernaldina José Pedro – a vó Bernaldina – também não sobreviveu à covid-19 e faleceu em junho de 2020. Considerada uma das maiores protagonistas das lutas dos macuxi no que diz respeito a cultura, artes e língua, Bernaldina também era mentora de um dos artistas indígenas mais conhecidos do Brasil: Jaider Esbell.

Também cito o professor Saulo Basílio Francisco e Nivaldo Gabriel, ambos terena aldeados. Saulo era detentor das memórias de seu avô já falecido e se encarregava de contar as histórias dos seres das matas para as crianças de sua aldeia. Nivaldo era uma liderança que mobilizava diversas frentes na região de Aquidauana, MS, onde ambos moravam.

Esse brevíssimo apanhado das vítimas da covid-19 e da precária assistência à saúde no período da pandemia no Brasil reflete também uma inestimável perda das memórias e histórias que os povos indígenas mantêm e levam para as próximas gerações. Nesse emaranhado de situações, ressalta-se, porém, que muito do que essas pessoas carregavam consigo foi registrado, todavia não em sua totalidade.

Devido a todo esse desconforto causado pelas perdas, à insegurança de mais mortes – e dessa forma correndo o risco de se perderem mais patrimônios entre indígenas –, cabe ressaltar que é necessário pensar na propagação desses conhecimentos de maneira mais efetiva entre os mais jovens. Como reforçar o ensino dos processos e elementos da cultura indígena, de geração para geração, e como isso se relaciona com a precariedade vivida pelos indígenas, em especial em contexto urbano?

**PLACA**  
do projeto  
*Memória paulistana*,  
elaborada para  
homenagear a  
cacica Jandira,  
da comunidade  
guarani mbya –  
Jaraguá.  
Imagem:  
reprodução  
digital



Fonte: Departamento do Patrimônio Histórico (DPH).

Nos grupos familiares que vivem nas cidades, nas aldeias urbanas, nos conglomerados, há muitas histórias – assim como nas aldeias. Os grupos buscam manter ou reafirmar identidades a partir da produção de artefatos, da manutenção de fazeres, de sua própria existência ou ainda pela solidariedade. Realizo tal observação a partir do meu próprio núcleo familiar na cidade, composto por pelo menos dez pessoas; ou da aldeia guarani, cravada na grande cidade de São Paulo, onde o tempo e o ritmo de vida se diferenciam da rotina de “correria contra o tempo”; ou do Centro de Referência Afro-Indígena, localizado em Porto Alegre, que acolhe indígenas e pessoas negras que vivem em contexto urbano, em especial os que estão nas periferias, mas também indígenas em trânsito aldeia-cidade.

Parafraseando Luciano (2006),<sup>5</sup> é possível dizer que, de tantos patrimônios existentes entre os povos indígenas, no complexo mundo dos saberes, talvez a grande sabedoria seja reagir de forma diferenciada às situações socioeconômicas que enfrentam em diferentes contextos econômicos. Nesse sentido, o processo de solidariedade, segundo o autor, é um componente forte do “ser indígena”.

Para abordar tal processo, cito um entre tantos ou-

tros casos que envolvem a vida de indígenas nas cidades em meio à pandemia. Trata-se do Centro de Referência Afro-Indígena, que é considerado um espaço de resistência para mulheres das aldeias que vão vender artesanato na cidade, além de ser um espaço de encontro entre aldeados e desaldeados em Porto Alegre. Cito o relato de Alice Martins (em entrevista concedida a esta revista), liderança no centro:

[...] é um espaço bem no centro da cidade, um espaço de resistência, que foi criado através da retomada de um território, acredito nessa perspectiva que em vários lugares tem que se ter um espaço como esse, dando ênfase a esse que foi criado sem auxílio do governo, sem auxílio do município, sem auxílio de nem um órgão.

A experiência do Centro de Referência Afro-Indígena nos remete a uma boa prática em área urbana que reúne indígenas de diferentes povos, em torno de uma sobrevivência física cultural. De acordo com Alice, o grupo já mantém uma loja de arte on-line e busca a efetivação da loja física. Além de gerar renda, este seria um caminho para a valorização da produção artística realizada pelos indígenas da região. “É um espaço de resistência, muito amplo para a discussão de muitas pautas, que são de suma importância.”

### Palavras finais

De maneira sucinta, este texto traz algumas abordagens necessárias para se pensar indígenas em contexto urbano, seus fazeres, economia e fragilidades. O primeiro passo certamente se constitui em entender o processo de silenciamento desses grupos que vivem nas cidades e em compreender as relações desenvolvidas na “casa”

e na “rua”. Como esses grupos conseguem modelar seu dia a dia para atender a demanda de sobrevivência nas cidades e ao mesmo tempo manter práticas e experiências identitárias/indígenas? Segundo, é preciso entender o abandono como parte da tentativa de embrancimento, quando não extermínio, e a “integração dos indígenas na sociedade nacional”. Por fim, deve-se reconhecer iniciativas de manutenção coletiva dos grupos indígenas que vivem nas cidades como maneiras de não se desvincular dos aspectos que regem seu “ser indígena” e não os desligam dos processos educativos indígenas. 

**Naine Terena de Jesus** é doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, é professora no ensino superior, atua na especialização em gestão cultural, ampliação de repertórios do Instituto Itaú Cultural, desenvolve trabalhos diversos através da Oráculo Comunicação, Educação e Cultura.

### referências

1. SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Fapesp/AnnaBlume, 1998.
2. TERENA de Jesus, Naine. **Duplo abandono dos indígenas que vivem em Cuiabá**. Disponível em: <https://projetc colabora.com.br/ods3/duplo-abandono-dos-indigenas-que-vivem-em-cuiaba/>. Acesso em: 20 ago. 2021.
3. PLATAFORMA DE MONITORAMENTO DA SITUAÇÃO INDÍGENA NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO BRASIL. Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/>. Acesso em: 26 ago. 2021.
4. CANAL MÍDIA EM REDE. **Diários Visuais** – Karitiana. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=\\_PLcNrOcVTE&t=3s](https://www.youtube.com/watch?v=_PLcNrOcVTE&t=3s). Acesso em: 28 ago. 2021.
5. LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos. Série Vias dos Saberes.)

Bel Santos Mayer  
Cláudia Dias Nogueira  
Flávia Cristiane Kolchraiber  
Gabriel Razo da Cunha

# P

## ão, proteção, poesia e plantio: a garantia do direito humano UNICU HUMANO à literatura em contexto de pandemia

**COMO CONTINUAR** realizando ações e implementando estratégias que garantam o direito à literatura durante uma pandemia? Num contexto em que outros direitos humanos parecem mais urgentes, pode soar contraditório empreender esforços na promoção desse direito humano. No entanto, esse paradoxo deixa de existir quando se compreende esta essência: a literatura como direito humano. Isso significa reconhecer que a fabulação é uma necessidade básica a qualquer ser humano (CANDIDO, 2004)<sup>1</sup>. A arte literária é potente na “travessia do mau tempo”, no nutrir e cultivar a conexão corpo-mente, e ainda como estratégia de empoderamento e promoção da saúde mental. Nesse contexto, o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac) criou a metodologia 4 “Ps”: pão, proteção, poesia e plantio. São dados deste artigo os registros da instituição e resultados de questionário eletrônico aplicado aos interagentes, demonstrando a presença da literatura em seu cotidiano e sua importância na proteção e na preservação de memórias, no estabelecimento de conexões, na resistência e nas (re)existências.

ENZO  
ALMEIDA REIS  
na companhia de  
livros literários  
durante a  
pandemia.  
Foto: Ibeac, 2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac).

### O direito humano à literatura

Como defender o direito humano à literatura quando ainda lutamos por direitos elementares como o direito a comida, moradia, trabalho, estudo e ir e vir sem ameaças? Qual é o lugar da leitura literária em um país em que apenas 31% dos brasileiros sabem ler, escrever e contar? Dito de outra forma, os 69% da população brasileira que não são capazes de se expressar pela escrita seriam potenciais leitores? Como garantir o direito humano para 12,9 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade (a maioria negra) que não sabem ler?<sup>1</sup> O que significa a luta por uma biblioteca em cada escola, quando apenas 4,5% das escolas do país possuem a infraestrutura prevista no Plano Nacional de Educação? Como falar de direito humano à literatura, quando 61% das escolas públicas não têm bibliotecas?

Na quarta edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (RETRATOS..., 2016),<sup>2</sup> realizada pelo Instituto Pró-Livro com 5.012 entrevistas domiciliares, observa-se que o “abandono” da leitura, contraditoriamente, acompanha o “desenvolvimento” humano: na infância (de 5 a 13 anos) apenas 10% dizem não gostar de ler. Entre os jovens (18 a 29 anos) duplica-se esse percentual: 20%. Na vida

adulta (50 a 69 anos), os que sabem ler e dizem não gostar de fazê-lo somam 32%. De 2011 a 2015 a população leitora no Brasil cresceu de 50% para 56%, para no quinquênio seguinte (2015 a 2020) reduzir de 56% para 52%. No entanto, em 2020, um dado salta aos olhos: os principais consumidores de livros (27 milhões de brasileiros) pertencem às classes C, D e E. Pessoas que comprometem boa parte de seus rendimentos em alimentação e transporte reservam um valor para a compra de livros. Como é possível?

A resposta talvez venha da explicação do sociólogo e crítico literário brasileiro Antonio Candido (2004)<sup>1</sup> ao cunhar o termo “direito humano à literatura”. Com esse conceito, afirma que a fabulação é uma necessidade básica de todos os se-

res humanos. Da mesma forma que precisamos do sono para descansar do tempo acordado, precisamos do sonho, das metáforas, da literatura para nos humanizar. Jovens periféricos atuantes em bibliotecas comunitárias, saraus literários, *slams* e batalhas poéticas têm inaugurado as primeiras estantes de livros de suas famílias, realizado festas literárias e publicado de forma independente. A literatura lida, falada e escrita tem sido uma forma de indivíduos e coletivos romperem com a invisibilidade a que foram (fomos) relegados por séculos.

Pode-se afirmar que entre os grandes acontecimentos da cena cultural nas últimas décadas está a crescente quebra de “monopólio de representação” na literatura, como observado pelo escritor, músico e professor de literatura Wisnik (2020)<sup>3</sup> ao analisar “o papel das narrativas na construção do humano”. Precisamos das narrativas, da ficção, das metáforas para nos inventarmos continuamente. Esta não pode ser uma tarefa relegada a alguns. É direito humano falar em primeira pessoa. Dizer-se.

É assim, por meio da literatura, que grupos à margem, nas bordas das cidades e de áreas rurais do país, têm conferido novas centralidades às periferias. Há orgulho em dizer-se “mulher periférica”, em escrever “literatura marginal”, demarcar a autoria negra ou indígena. A invisibilidade e o silenciamento do sujeito excluído são superados pela identidade coletiva.

Na dissertação “Parelheiros idas e vi(n)das: ler, viajar e mover-se com uma biblioteca comunitária”, Mayer (2021)<sup>4</sup> registra os itinerários leitores de cinco jovens da Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura (BCCL) de Parelheiros, conhecida como “a biblioteca do cemitério”. Juntos, en-

contraram quatro verbos que sintetizam os sentidos da literatura em sua vida: “ler é viajar, ver, (con)viver”. Encontra-se esse conceito em Manguel (2017)<sup>5</sup> quando escreve que, ao abrimos um livro, abrimos um caminho para viajar por nosso mundo e pelo mundo de outros. Com o livro, viajamos no tempo. Pegamos emprestado as memórias dos que vieram antes. Aprendemos a viver a dor, a raiva, o medo, o amor, a paixão, a decepção, a insegurança, a coragem com personagens que nos farão companhia nas viagens para dentro e para fora de nós.

Bruno Sousa (25 anos) fala sobre a experiência de ter lido a autobiografia *Eu sou Malala* com os colegas:

*Eu sou Malala* é uma biografia que nos move, que me move. Esse livro mexeu tanto com o meu imaginário, não só com meu imaginário, com minha vida, com minha trajetória, com meu jeito de enxergar meu território, com meu jeito de enxergar as pessoas. [...] Saber que uma menina tão jovem como nós da Caminhos da Leitura estava saindo de casa, pegando um ônibus e indo para a escola porque acreditava que meninas também podiam ter o direito de acesso à educação, era impactante e energizante: dava vontade de poder fazer mais pela nossa comunidade, pelo nosso mundo, pelo nosso bairro [...] de fazer mais por nós mesmos.

De acordo com Candido (2004),<sup>1</sup> essa energia que uma história escrita proporcionou a Bruninho deve ser garantida para todas as pessoas em qualquer contexto. A segregação espacial das cidades, levando à distribuição desigual dos equipamentos culturais e do acesso à produção cultural, encontra espaço de denúncia na literatura. Mas não é só isso: as palavras escritas proporcionam encorajamento.

Com pouca proximidade com o objeto-livro, ao acessá-lo, muitas pessoas superam o medo dele ou a indiferença por ele. Constroem ou recuperam seu valor simbólico, poético, educacional, político. Desenvolver práticas de encorajamento para abri-lo, para percorrer suas linhas, fazendo da experiência literária uma convivência segura, é uma linha de atuação do Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac), em Parelheiros. E tem sido uma ação essencial durante a pandemia.

#### **A literatura como ponto de partida e de chegada: os caminhos do Ibeac em Parelheiros**

O Ibeac, organização social sem fins lucrativos fundada em 1981, tem como missão atuar no fortalecimento da cultura de direitos humanos e de cidadania participativa e solidária, transformando comunidades e territórios na concretização de direitos com base em ações susten-

táveis e em uma metodologia capaz de ser reaplicada em outros contextos sociais. Desde 2008, tem focado sua experiência de quarenta anos de atuação com direitos humanos no território de Parelheiros, periferia sul da cidade de São Paulo, segundo maior distrito em extensão territorial do município, com o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano (0,747).

Chamada de “Amazônia Paulista”, a região foi reconhecida como área rural e polo de ecoturismo de São Paulo e vem ganhando visibilidade, seja por seus atrativos naturais (cachoeiras, represas e parques, como o Parque Natural Municipal da Cratera de Colônia) e histórico-culturais (migração alemã e japonesa, Aldeia Tenondé-Porã e Krukutu, templo messiânico Solo Sagrado de Guarapiranga, Cemitério de Colônia, Centro de Cultura Afro-Brasileira Asé Ylê do Hozooane), seja pelos eventos locais que começam a ganhar dimensão municipal, como o Colônia Fest e o Sarau do Terror na Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura (SÃO..., 2014).<sup>6</sup>

É em Parelheiros que o Ibeac desenvolve as quatro linhas de seu programa de direitos humanos:

- Acesso à literatura para conhecimento, autoconhecimento e transformação.
- Cuidados com a primeira infância desde a barriga e direitos da mulher.
- Incentivo e apoio ao empreendedorismo social com propósito e dignidade.
- Comunicação como direito humano e educomunicação.

Em parceria com várias organizações, pessoas residentes desses bairros e outras regiões da cidade de São Paulo e do Brasil, o Ibeac tem realizado ações de transformações individuais e coletivas no âmbito de cinco projetos:

- **Acolhendo em Parelheiros** – Agroturismo pedagógico com agricultores orgânicos e agroecológicos, bem como empreendimentos e projetos sociais do território.
- **Amara Cozinha Comunitária** – Empreendedorismo de alimentação saudável de um coletivo de mulheres.
- **Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura** – Espaço cultural de promoção e defesa do livro, leitura, literatura e bibliotecas comunitárias.
- **Centro de Excelência em Primeira Infância** – Dedicado aos direitos de grávidas, puérperas, mulheres e crianças desde a gestação.
- **Agência de Comunicação Comunitária Vozes Daqui de Parelheiros** – Projeto comunitário de educomunicação.

Esses projetos têm como integrantes bebês, crianças pequenas, mulheres, adolescentes e jovens, agricultores orgânicos em situação de desproteção social, residentes em seis bairros do distrito: Barragem, Colônia, Jardim São Norberto, Jardim Silveira, Nova América e Vargem Grande, abrangendo aproximadamente 15 mil famílias e 50 mil pessoas.

Devido à pandemia, a organização adaptou as várias ações para o ambiente on-line e passou a realizar, com os times dos projetos do território, ações de apoio às famílias para que pudessem proteger-se do coronavírus. Foi nesse contexto que, em cooperação com o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), nasceu a metodologia 4 “Ps”: pão, proteção, poesia e plantio:

- **Pão** – “Saco vazio não para em pé”: distribuição de alimentos, incluindo orgânicos e cartões-alimentação, incentivando o consumo no comércio local como forma de estímulo à economia do território.
- **Proteção** – “Uma pessoa bem cuidada estimula uma família bem cuidada”: produção e distribuição de máscaras de proteção, produtos de limpeza e higiene, orientações de autocuidado e informativos sobre a pandemia via *podcast*, vídeos, mensagens por WhatsApp e carro de som.
- **Poesia** – “A literatura como colo, casa e quilombo”: distribuição de livros novos, produção e distribuição de mensagens poéticas, rodas e mediações de leitura, encontros para narração de histórias e oficinas de produção literária.
- **Plantio** – “Plantio é estímulo à alimentação saudável e sustentável”: distribuição de mudas, sementes e criação de hortas comunitárias e nos quintais das casas.



Fonte: Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac).

**PÃO,**  
proteção,  
poesia e plantio  
Foto: colagem  
a partir de  
fotografias  
dos arquivos  
do Ibeac, 2021

A tabela 1 apresenta a síntese das ações de literatura realizadas de março de 2020 a setembro de 2021 no âmbito do projeto 4 “Ps”.

**Tabela 1 - Síntese das ações de Literatura durante a pandemia**

AÇÃO	RESULTADOS
Produção e distribuição de vídeos de mediação de leitura	123 vídeos
Realização e participação da comunidade em eventos literários	70 lives
Público estimado nos eventos literários com participação da comunidade	180.756 visualizações
Produção e distribuição de podcasts	19 podcasts
Doação e distribuição de livros literários para a comunidade	6.520 livros
Leitura coletiva de livros literários com jovens leitores	17 livros
Distribuição de acervo literário	18 sacolas / 180 livros
Ação de recomendação de leitura em redes sociais	11.000 vídeos
Produção coletiva do livro <i>Nascidos para ler no melhor lugar para se viver</i>	5.000 exemplares impressos
Indicações de obras literárias por jovens leitores em redes sociais	186 postagens

Fonte: Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac).

O acesso à literatura se deu como pausa, cuidado e carinho. Uma espécie de vacina contra a pandemia de sinais e sintomas de estresse e ansiedade. Incorporar a leitura no cotidiano do distanciamento social foi (auto)cuidado, individual e comunitário. A “vacina literária” foi administrada como um ato revolucionário e contra-hegemônico, político, como retratado por Lorde (1988).<sup>7</sup> Ao compor a caixa de (auto)cuidado, possibilitou a conexão entre corpo, mente e coração. Na pausa para o cuidar-se, mediada pela literatura, a ação no mundo se torna mais consciente e muito mais profunda.

### A literatura como companhia digital: a reorganização das ações literárias durante a pandemia

O isolamento social durante a pandemia da covid-19 fez com que as ações antes presenciais fossem reorganizadas no ambiente virtual. Para que as desigualdades de acesso à comunicação fossem freadas no nível das habilidades, a Rede LiteraSampa, da qual a BCCL faz parte, ofereceu uma série de formações em letramento digital para integrantes das bibliotecas comunitárias, além de apoio financeiro para custear as despesas de conexão. As formações contemplaram as diversas áreas do universo digital, essenciais para a continuidade do trabalho desenvolvido, e trouxeram como temas acesso a redes sociais, ferramentas de armazenamento de dados etc.; foram acompanhadas pelas Mães Mobilizadoras,<sup>8</sup> por mediadores de leitura, agentes locais e gestoras de projetos do Ibeac.

O grupo de jovens do projeto Literatura e Direitos Humanos: Para Ler, Ver e Contar, desenvolvido pelo Ibeac e pela Rede LiteraSampa, leu 17 títulos literários no período de fevereiro de 2020 a setembro de 2021, em encontros mensais, e continuou levando para as redes sociais indicações literárias e discussões sobre as obras lidas e suas correlações aos direitos humanos. Foram 186 postagens no Instagram com a hashtag #lerverecontar. Entre as obras lidas estão *Olhos d'água* de Conceição Evaristo, *Grande Sertão: Veredas* de João Guimarães Rosa, *Quarto de despejo* e *Diário de Bitita* de Carolina Maria de Jesus, *Varal* de Maria Vilani, *Kindred: Laços de sangue* de Octavia Butler e *Cachorro velho* de Teresa Cardeñas.

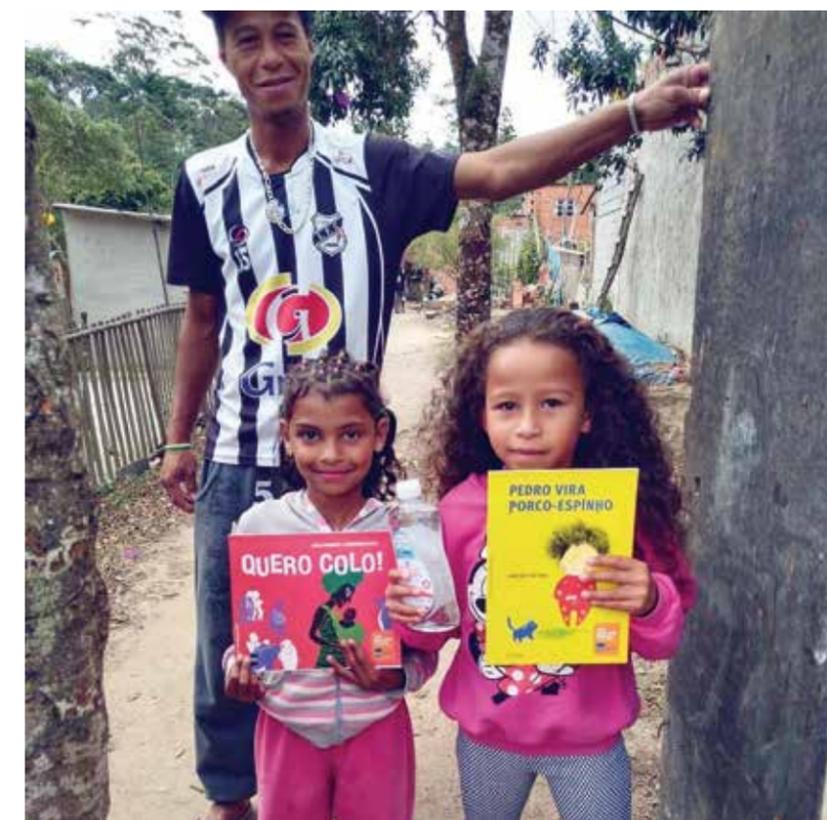
As Mães Mobilizadoras e os mediadores de leitura (Grupo Escritores)<sup>9</sup> realizaram 123 vídeos e 19

podcasts literários para as redes sociais e garantiram o contato com a poética das palavras e relações de cuidado com a comunidade de Parelheiros, mesmo à distância.

Outra estratégia utilizada para manter a proximidade com os “times” do território foi a participação em formações oferecidas por parceiros, relacionadas à literatura e aos direitos humanos, em formato de rodas de conversa, como Pedagogia da Hospitalidade com Roberta Sogayar, Sonoras das Masculinidades e Paternidades para a Infância com Renato Gama e Direitos LGBTQIAP+ com Beto de Jesus.

Os eventos realizados por meio de *lives* ganharam destaque durante a pandemia. Nossos times foram convidados para participar de mais de 70 *lives* entre março de 2020 e setembro de 2021, com temas ligados a livro, leitura e literatura, que somaram mais de 180 mil visualizações. Esses eventos foram transmitidos via redes sociais como Facebook, Instagram e YouTube. Organizações sociais, fundações, instituições universitárias públicas e privadas, emissoras de TV etc. se interessaram pelo que poderíamos compartilhar a respeito das ações literárias em áreas periféricas. Programas de *podcasts*, entrevistas para jornais, revistas, rádio e TV somam-se às participações.

**CRIANÇAS**  
recebendo livros  
a partir da ação  
dos “4Ps”  
Foto: Ibeac e  
CPCD, 2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac).

**CARD**  
de divulgação  
do lançamento  
do livro *Nascidos  
para ler no melhor  
lugar para  
se viver*, 2021

Outro conjunto de formações está relacionado à escrita literária. Neste, destaca-se a produção coletiva do livro *Nascidos para ler no melhor lugar para se viver*. Inspirado no programa italiano *Nati per Leggere*, o Ibeac, o Instituto Emília e o Itaú Social selaram uma parceria para o desenvolvimento do projeto que visa garantir a presença da literatura na vida das crianças de Parelheiros desde a barriga aos primeiros anos de vida. As formações de escrita poética, fotografia, diagramação e literatura na infância, previstas para acontecer presencialmente, foram adaptadas ao ambiente virtual. Nem mesmo a falta de equipamentos e conexão com a internet impediu que a formação acontecesse. Uma das ações do Ibeac foi uma campanha para doação de celulares, computadores e roteadores.

Os textos e as fotografias produzidos por 60 pessoas da comunidade de Parelheiros, durante 26 oficinas, foram compartilhados e discutidos com os escritores João Anzanello Carrascoza, Juliana Monteiro Carrascoza e as editoras Mayumi Okuyama e Dolores Prades, formador e formadoras do projeto. Uma comissão de representantes de organizações da área do livro, leitura e bibliotecas fez a seleção das fotografias e textos que integram o livro. Os primeiros 5 mil exemplares da primeira edição estão sendo distribuídos aos bebês de Parelheiros, e sua recepção será monitorada pelos próximos dois anos.

As parcerias foram estratégicas para ampliar o envolvimento da comunidade com os livros e a leitura. Em maio e junho de 2020, o Ibeac e a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) realizaram uma ação em parceria com o TikTok intitulada “Lendo com Djavan”, que marcava a entrada do cantor na plataforma. A ação mobilizou comunidades e fez chegar leituras, indicações literárias e novos autores a muitas pessoas. Foram compartilhados mais de 11 mil vídeos! Ao final, o TikTok doou 25 mil dólares para o Ibeac e a RNBC seguirem investindo em projetos de literatura.

Se de um lado as ações coletivas e seus resultados motivaram o time, de outro, junto às notícias de adoecimento e de perda de pessoas próximas e distantes durante a pandemia, o time do Ibeac precisou lidar com



Fonte: Reprodução do Instagram do Sesc Interlagos.

mais um luto: uma notificação extrajudicial enviada pela Associação Cemitério dos Protestantes (Acempro), gestora do Cemitério de Colônia, requisitando a desocupação da sede da BCCL — a casa do coveiro ocupada há dez anos. Como em outras situações desafiadoras, o time se reuniu para pensar alternativas que não distanciassem os moradores dos livros. Foi assim que nasceu a campanha Eu (A) Guardo a Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura: a comunidade, amigos e parceiros da biblioteca estão recebendo uma sacola com dez obras literárias para que sejam guardiões do acervo até que a biblioteca renasça em um novo espaço. Os livros não foram parar em caixas. E até o fim da campanha, cerca de 5 mil títulos, distribuídos em 500 sacolas literárias, circularão pela comunidade.

### Literatura como companhia: as percepções dos interagentes

Para registrar as percepções, sensações e compreensões do time, sobre como a pandemia interferiu em seu cotidiano e como a literatura esteve presente nesse período, realizamos uma pesquisa com os grupos que integram os projetos desenvolvidos pelo Ibeac e pela Rede LiteraSampa, por meio de questionário eletrônico contendo três perguntas dissertativas e uma pergunta de múltipla escolha — obtiveram-se 27 respostas.

A pergunta “Como a pandemia afetou a sua vida?” obteve diversas respostas. As questões ligadas ao emocional foram as mais apontadas, principalmente pelas notícias do alto número de mortes, pelo isolamento social e pela nova rotina:

Me descontrolou totalmente emocionalmente, com tantas mortes e você não pôde sair de casa.

Para além da mobilidade urbana, a pandemia afetou também minha saúde mental e minha forma de olhar o mundo. Trabalhando em casa, nasceu o desafio de saber quando o trabalho começa e quando ele termina, além da linha tênue entre ser produtiva e se esgotar.

O medo e a incerteza também estiveram presentes durante a pandemia, sendo um apontamento recorrente nas respostas:

Nunca tive tanto medo, por mim e por todos, tão ameaçados de sofrimento e morte. Sem acesso aos diferentes lugares a rotina mudou, as relações mudaram.

A pandemia chegou trazendo não só o vírus, mas sim uma carreta de incertezas, medos, afetando o psíquico, e mortes. Foi complicado se readaptar a uma nova realidade, realidade na qual ainda estamos aprendendo a viver, trabalhos perdidos, biblioteca fechada, emocional abalado e ainda assim tendo que se manter de pé.

Outro reflexo negativo da pandemia foi a questão financeira. A perda de emprego e a alta no preço dos alimentos também afetaram o grupo respondente:

Na alimentação, a cesta básica ficou muito cara e tivemos que reduzir o consumo de alguns alimentos, isso é imensamente triste, ainda mais quando se tem criança em casa.

Estava desempregado e querendo ou não tive maior dificuldade para conseguir trabalho e sustentar minha família.

O grupo também apontou a forçosa adaptação ao novo contexto que afetou o corpo e a mente, seja na dinâmica familiar e do lar, nos estudos ou no trabalho, além da rotina diária de exercícios físicos e mobilidade:

Senti muito as mudanças no meu corpo, por várias questões. Algumas foram não praticar atividades que fazia antes, como a dança, atividades físicas, e isso acarretou alguns processos inflamatórios, dores nos joelhos, quadril.

De uma forma muito negativa, minha família em casa o tempo todo, aquele estresse, faculdade de forma remota, nos primeiros meses foi bem difícil conciliar tudo.

Ainda, parte do grupo ressaltou que a pandemia, apesar dos aspectos negativos, também ofereceu momentos de aprendizagem e outras formas de aproximação com as pessoas, indicando um processo de resiliência nesse período:

[...]mas também tive oportunidade de conhecer pessoas diversas, amigos da pandemia, mas também pessoas que se mostraram de fases.

Me trouxe mais isolamento, mas agora consigo lidar com isso. Trouxe mais aproximação com a comunidade, mesmo on-line.

A pandemia afetou minha vida de muitas formas, passei por muitos momentos difíceis e minha saúde mental foi bastante impactada, além da saúde física também, mas tive também muitos aprendizados, sendo que devemos valorizar sempre a vida. E durante esse tempo de pandemia a literatura tem me salvado, principalmente a poesia.

Quando se questionou se a literatura esteve presente em sua vida no contexto da pandemia, todo o grupo indicou que sim.

Quando se perguntou como a literatura esteve presente nesse contexto, foi possível observar quais estão sendo o sentido e a importância dela durante a pandemia. Para o grupo, a literatura significa acolhimento, autocuidado e refúgio, ou seja, a literatura como colo, como pode ser observado nas respostas a seguir:

A literatura na pandemia foi e é meu exercício de escuta. Quando escrita pelas minhas mãos, esteve presente como acalantos, gritos e sussurros. Quando lida, esteve presente em meu trabalho com as bibliotecas comunitárias e a Rede LEQT [Leitura e Escrita de Qualidade para Todos]. E para além disso, me trouxe em meio à pandemia: chamego, provocações e outras perspectivas do amanhã.

Em forma de alívio. Em forma de poesia, em forma de escrita. Possibilitando encontrar na literatura um refúgio para que os pensamentos pudessem se manter longe da realidade durante algumas horas do dia.

A leitura/literatura foi minha melhor amiga nesse momento de pandemia. fez com que eu não me sentisse tão só, me devolveu esperança e sonhos!

**Também, a literatura presente em momento de coletividade significou uma forma de pertencimento, de companhia e troca, a literatura como casa:**

Como prática cotidiana e como assunto a partilhar com amigos e família.

Participando do grupo Nascidos para Ler, para a escrita e criação de um livro para bebês, o *Nascidos para Ler no melhor lugar para se viver*, trabalhando virtualmente com saraus literários, *lives* etc.

Para além das leituras literárias habituais, passei a fazer parte de projetos de atendimento remoto com leituras e acervo da plataforma virtual *Árvore de Livros*.

**Ainda, a literatura aparece como prática de resistência e quilombo, a possibilidade de construção do lugar onde queremos viver; uma forma de “esperançar” o futuro, como diria Freire (1992)<sup>8</sup>, e seguir lutando:**

Li e estou lendo muito nesse momento, para conseguir enxergar esperanças no futuro, e mesmo no presente. Pois tem horas que parece que estamos vivendo uma distopia.

Rodas e formações foram fazendo mais sentido pra mim, onde ler e compartilhar é algo que se tornou necessário para mim.

Tenho a oportunidade de vivenciar o Clube de Leitura, Projeto de Literatura e Direitos Humanos: Para Ler, Ver e Contar que tanto me acolhe, expandindo minhas reflexões, buscas, entendimento sobre mim, pessoas, o lugar que a literatura pode ocupar/provocar. Também tenho vivenciado muitos momentos on-line, mas com grande sensibilidade pelas redes que faço parte, projetos que estou inserida e que diariamente me propõem o exercício literário do ler, pensar, compartilhar e construir coletivamente. Redes de apoio que vêm se fortalecendo desde o começo da pandemia, inspirando, acolhendo.

**As respostas ainda indicaram a literatura como uma forma de mobilidade e de despertar da humanidade.**

Li muitos bons livros e, além disso, participei do processo de elaboração coletiva de um livro organizado pelo Ibeac, o que foi muito enriquecedor tanto no sentido humano como literário.

Comprei mais livros, enviei livros para muita gente, viajei nas leituras, conheci novos lugares, novos personagens, novas histórias. Ela me tirou do isolamento, me acalmou, me inspirou, me fez chorar e rir e, assim, reativou minha humildade.

Eu tive muito escape na leitura para ser transportado para outros lugares sem precisar sair do meu lugar e isso é incrível.

**Candido (2004, p. 180)<sup>1</sup> indica que a literatura possibilita o desenvolvimento de nossa humanidade:**

Entendo aqui por humanização (já que tenha falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante.

### **Para não concluir: a literatura como colo, casa e quilombo**

A literatura tem oferecido espaços seguros, de cuidado, de compartilhamento, de encorajamento. Temos proporcionado momentos para distintos públicos e de formas específicas, ao que Bel Mayer chamou de literatura como colo, a casa e o quilombo no curso de especialização em gestão cultural: Da Ampliação do Repertório Poético à Construção de Equipes Colaborativas, oferecido pelo Itaú Cultural e pelo Instituto Singularidades.

A escritora Bertrand (2021)<sup>9</sup> diz que a literatura pode ser um cobertor que protege nas noites frias e faz companhia, esteja o leitor no conforto ou na precariedade de sua casa, na solidão de um leito de hospital ou na sala de um presídio. Esta é a ideia do colo, do acolhimento. Os objetos de transição – travesseirinhos, naninhas – acalmam bebês, fazem companhia, levam ao sono na ausência da mãe, e as palavras e cantigas, acolhem. Essa sensação pode ser repetida, construída no contato com a leitura.

A literatura pode oferecer intimidade, acolhimento, individualidade. Mesmo nas casas compartilhadas por muitas pessoas, busca-se um cantinho, um momentinho (quando todos silenciam) para estar só, como se faz com a leitura. Observa-se que participar de rituais de leitura, quando se vive em casas simples e com pouca privacidade, é um ato de coragem que pode ser lido como antipático. Afinal, quem se retira do grupo para aprender a ler, para entregar-se à leitura, a histórias desconhecidas, a viagens incontroláveis pode ser um traidor, como afirma Petit (2009),<sup>10</sup> que se embrenha num caminho sem volta: o caminho da leitura.

A literatura como casa é aquela ofertada pela família literária. É na casa que estão aqueles com quem se conta. Seja qual for a composição e a origem da família, é bastante provável que a casa seja habitada por histórias, orais ou escritas, com funções distintas: preservar a memória, estabelecer conexões, divertir, ensinar, proteger. A casa literária é assim: valoriza as histórias dos que vieram antes e dos que chegam depois. Nas relações intergeracionais, com diferentes pontos de vista, com palavras novas ditas a mais vozes, a família literária vai se constituindo, para que cada um encontre suas próprias palavras, componha seu repertório de narrativas.

Os quilombos foram a experimentação de novos modelos de sociedade, num contexto de escravização. Para a ativista, pesquisadora e poeta negra Nascimento (2006),<sup>11</sup> os quilombos foram formas de agregação,

união, encontradas pelos negros escravizados para seu projeto de humanização.

A literatura-quilombo é aquela que leva à construção de utopias, do sonho de liberdade. É a mediação que leva à resistência e a (re) existência, o existir novamente, o direito de narrar-se como definiu Souza (2011).<sup>12</sup> E isso só será possível se oferecermos literaturas que provoquem o pensamento em vez de oferecer listas de atitudes recomendáveis, de controle de comportamentos e pensamentos. É o debate, a conversa, o encontro com as próprias palavras que provocará mudanças.

Palavras para registrar o que a pesquisadora e escritora Conceição Evaristo (2011)<sup>13</sup> chamou de “escrevivências”, a escrita com a vida que se rebela diante da coisificação. Conceição Evaristo lembra que entre os trabalhos forçados dos escravizados de cuidarem dos filhos dos senhores e sinhás escravocratas, estava o ofício de contar “histórias de ninar”. Daí sua afirmação: “nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”.

A literatura-quilombo humaniza, contribui à percepção de que não se está sozinho no mundo e de que somos responsáveis em defender a vida, a justiça e os direitos humanos. É no quilombo que podemos experimentar a vida sem exclusões, caminhadas mais lentas, se necessário, para que mais pessoas cheguem. Na literatura-quilombo as ações literárias ampliam a acessibilidade para quem precisa, promovendo encontros. Neste artigo, compartilhamos os encontros que nos permitiram seguir sonhando. 



Fonte: Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac).

**Bel Santos Mayer** é educadora social, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP), coordenadora do Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac), cogestora da Rede LiteraSampa, docente da pós-graduação de Literatura para Crianças e Jovens do Instituto Vera Cruz e integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Memória do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP.

**Cláudia Dias Nogueira** é bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP), especialista em Gestão de Projetos pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP), designer de interiores formada pela Panamericana Escola de Arte e Design e atua no Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac).

**Flávia Cristiane Kolchraiber** é graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), especialista em Serviços de Saúde Pública e Saúde da Família e Comunidade, mestra em Ciências da Saúde, doutoranda bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na Unifesp, membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Políticas Públicas e Sociais e gestora de projetos do Instituto Brasileiro de Ensino e Apoio Comunitário (Ibeac).

**Gabriel Razo da Cunha** possui graduação e licenciatura em Educomunicação pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), atua no Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac).

## notas

- I Dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada em 2012 e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012).<sup>14</sup>
- II Mães Mobilizadoras é um grupo ligado ao Centro de Excelência em Primeira Infância, que mobiliza a comunidade para o cuidado com gestantes, mães, mulheres e com a infância. Sua formação e supervisão em parceria com o CPCD contribui para o conhecimento e o acompanhamento da vida e para a construção de estratégias que empoderam as mães, gestantes e puérperas.
- III Escritureiros é um grupo de adolescentes e jovens que é referência local em leitura literária. O grupo é gestor, mediador e articulador da BCCL; realiza mediação de leitura em escolas e creches, participa de coletivos culturais e representa o Ibeac em espaços literários.

## referências

1. CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre azul/São Paulo: Duas Cidades, 2004.
2. RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL – 2016. Instituto Pró-Livro. **Síntese dos dados elaborados pelo Instituto Pró-Livro como roteiro para debate com especialistas na Bienal do Livro de São Paulo**. São Paulo, 2016.
3. WISNIK, José Miguel. O papel das narrativas na construção do humano. In: PRADES, Dolores; MEDRANO, Sandra. SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARTE, PALAVRA, LEITURA, 3., São Paulo, **[Anais...]**. São Paulo: Emília, 2020.
4. MAYER, Isabel Aparecida Santos. **Parelheiros idas e vi(n)das: ler, viajar e mover-se com uma biblioteca comunitária**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
5. MANGUEL, Alberto. **O leitor como metáfora: o viajante, a torre e a traça**. São Paulo: Sesc, 2017.
6. SÃO PAULO. Lei n. 15.953, de 7 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a criação do Polo de Ecoturismo nos Distritos de Parelheiros e Marsilac até os limites da Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia, e dá outras providências. **Diário Oficial da Cidade**. São Paulo, ano 59, n. 4, p. 1, 2014.
7. LORDE, Audre. **A burst of light: And other essays**. Black thought and culture. New York: Firebrand Books, 1988.
8. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
9. BERTRAND, Sara. **Patos e lobos marinhos: conversas sobre literatura e juventude**. São Paulo: Emília, 2021.
10. PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: Editora34, 2009.
11. NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.
12. SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: HIP-HOP**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
13. EVARISTO, Conceição. Escrivência e seus subtextos. In: NUNES, I. R.; DUARTE; C. L. **Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. São Paulo: Itaú Social; MINA Comunicação e Arte, 2020.
14. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)**, Brasília, 2012.

A

Thiago Borges

# andemia pandemia da ponte pra cá

**AUSÊNCIA**, indignação, auto-organização e solidariedade: o jornalismo de quebrada faz um retrato do enfrentamento ao contexto pandêmico pela população de territórios periféricos narrado pelos próprios periféricos.



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

#### EXPEDIÇÃO

São Paulo 450  
Anos. Vista do  
Jardim Ângela  
Foto: Julio  
Abe Wakahara,  
2004

Os investimentos na saúde serão feitos de forma equânime? As periferias e favelas têm condições de garantir a quarentena? De que forma trabalhadores informais vão se sustentar neste período? Como fica a situação de pessoas em situação de rua? E como prevenir a violência doméstica contra mulheres, idosos e crianças, convivendo por mais tempo com seus potenciais agressores?

A esta altura da pandemia, muitas dessas perguntas já têm respostas — ou geraram novas perguntas. Mas nós as fizemos em 12 de março de 2020. Na véspera daquele dia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decreta pandemia de coronavírus. O assunto ainda era marginal na rotina da quebrada, mas ganhava destaque nos dias anteriores na imprensa em geral.

Como um veículo de jornalismo de quebrada, a Periferia em Movimento apresentou 16 perguntas sobre o impacto da pandemia nas periferias. Esses questionamentos pautaram nossa cobertura sobre o assunto — e nossos fazeres — desde então.

“Nós moradoras e moradores de periferias urbanas, povos da floresta e marginalizados em geral, precisamos nos atentar com as medidas de prevenção [...], mas também com efeitos colaterais dessa pandemia no nosso dia a dia”, apontamos no texto publicado em nosso site. Afinal, em um país marcado por desigualdade social, machismo, racismo e LGBTQIA+fobia, com cortes em políticas públicas e desemprego recorde, era evidente que a covid-19 teria um potencial de impactar não apenas a saúde como também a frágil convivência em sociedade.

Cerca de um ano e meio depois, a expectativa infelizmente não apenas se confirmou como foi superada. Ultrapassamos 20 milhões de casos e nos aproximávamos das 600 mil mortes no Brasil, até o momento de finalização deste texto. O número de pessoas desempregadas chega a quase 15 milhões, enquanto a inflação se aproxima de 8% ao ano. A pobreza e a miséria aumenta-

ram. Mais de 120 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar. E quem são essas pessoas? Onde elas estão? E o que estamos contando sobre elas.

### As perguntas que precisam ser feitas

A pergunta determina a narrativa. E o que determina a pergunta são sujeitos. E somos sujeitos periféricos, no sentido do que D'Andreia (2013)<sup>1</sup> expõe, que formamos essa iniciativa.

A Periferia em Movimento é uma produtora independente que desde 2009 discute e produz um jornalismo de quebrada (SOUSA, 2015)<sup>2</sup> – feito sobre, para e a partir das margens da cidade, que tem como objetivo combater estereótipos e ampliar a representatividade das periferias na mídia para construir uma sociedade sem racismo, machismo e LGBTQIA+fobia. A iniciativa, portanto, faz um jornalismo de quebrada, não local, mas territorial. Entende-se por “território” o chão mais a identidade, não só o chão em que se pisa, mas o conjunto das relações sociais, econômicas, artísticas e afetivas (SANTOS, 1999).<sup>3</sup>

Portanto, o jornalismo feito a partir dessas margens parte do local para pensar a conjuntura paulistana e de todo o país. E desde 2018, para ficar em um período mais recente, a Periferia em Movimento produziu mais de 500 conteúdos em diferentes formatos, atingindo um público médio mensal de 120 mil pessoas, sendo 68% do gênero feminino e 75% com idade entre 18 e 45 anos. A proposta parte da articulação no território para pensar pautas jornalísticas em diferentes formatos, considerando a garantia de direitos, a memória e identidade dos sujeitos retratados, assim como o protagonismo na narrativa e a busca pela ocupação dos espaços de poder.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Com a pandemia de covid-19, buscamos refletir as angústias e os caminhos apontados por quem vive nas periferias. Essa pandemia intensificou antigos problemas decorrentes da desigualdade social e racial que estruturam a vida de brasileiros. A necessidade do distanciamento social ampliou o desemprego e a queda na renda. A busca por benefícios, como o auxílio emergencial, foi dificultada. Muitos trabalhadores aderiram ao trabalho informal, como os entregadores por aplicativo.

Entre tantos conteúdos produzidos, um se sobressai pelo caráter de inovação e utilidade pública: o *podcast* Pandemia sem Neurose, que foi idealizado pelos jornalistas Gisele Brito e Tony Marlon e produzido e distribuído em parceria pelos coletivos Periferia em Movimento, Desenrola e Não Me Enrola e Alma Preta. Além da distribuição em plataformas on-line de áudio tradicionais, pensamos em um modelo que chegasse de fato à população por meio do WhatsApp.

Em áudios curtos de três a cinco minutos enviados quase que diariamente, as principais notícias chegavam por meio de listas de transmissão a mais de 10 mil pessoas, que nem sempre têm franquia de internet suficiente. Essa iniciativa colaborativa pautou o surgimento de outros *podcasts* para WhatsApp – ou “zapcasts” –, acelerando uma nova cultura de *podcasts* nas periferias,

**PASSAGEIRO**  
na plataforma da estação Grajaú da CPTM em período de maior restrição para funcionamento de estabelecimentos no estado de São Paulo  
Foto: Douglas Fontes de Souza, 2020



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

**COMERCIANTE**  
informal de produtos naturais utiliza máscara em barraca no Grajaú  
Foto: Douglas Fontes de Souza, 2020

que já são habituadas ao rádio e ao envio de mensagens em áudio.

A atuação por meio das brechas da cobertura jornalística sobre a pandemia não ficou restrita a formato e distribuição. Nas pautas, para além do impacto na saúde física, também abordamos os danos à saúde mental da população nas periferias em diferentes momentos deste período.

“Esse tempo matou algumas expectativas minhas. Estou sem saber o que fazer. Eu já estava em um processo de depressão e toda essa situação me fez perder a fé”, disse Marileide Lopes, de 43 anos de idade, que começou 2020 com muitos planos. A moradora do bairro Cidade A. E. Carvalho, na zona leste de São Paulo, fazia acompanhamento psicológico pelo Sistema Único de Saúde (SUS) antes das medidas de distanciamento, mas os atendimentos foram interrompidos.

O sofrimento mental fez aumentar o número de pessoas que bebem exageradamente, podendo causar algum dano pessoal ou a terceiros. “A bebida alivia, mas é momentâneo, sabe? Eu bebo aqui e pá, esqueço a pessoa ou o problema... Ou se tive mó dia perturbado, mó tenso, vou encher a cara e tals”, contou o estudante P. H., de 21 anos de idade, jovem desempregado do Grajaú (extremo sul), que até então catava latinhas para complementar o auxílio emergencial.

O luto, assunto até então encarado como tabu, precisou ser abordado – e o discutimos tanto do ponto de vista científico quanto do religioso. “O luto é o processo natural decorrente de uma perda, seja de uma pessoa, seja relacionada à própria situação atual”, explica a psicóloga Ester Maria Horta, especialista em Neuropsicologia pela Universidade de São Paulo (USP), membro da rede Aliança Pró-Saúde da População Negra e do coletivo Movimento AfroVegano. Ouvimos Ester também sobre como cuidar da ansiedade neste período: “está tudo bem não dar conta de tudo”.

Entre as várias formas de organização, uma delas foi a constituição de uma rede de apoio a familiares de vítimas de covid-19, que desenvolveu guias para lidar com a morte e o luto. Para o historiador Danilo César, que coordena o grupo, não é exagero dizer que o momento representa um contexto de guerra ou de massacre em massa.

Não por acaso, ativistas dos direitos humanos relacionaram a morte por covid-19 com a morte pela violência, que sempre esteve presente no cotidiano periférico. “O genocídio contra jovens pobres, pretos, periféricos tá muito presente nesse coronavírus. Quem está sendo ceifado? São sempre os mais pobres. Agora que chegou com tudo nas periferias, não têm sido muito divulgados os números de mortos por distritos ou proporcionalmente”, notou o padre Jaime Crowe, então pároco na igreja Santos Mártires, no Jardim Ângela (zona sul de São Paulo). Nos anos 1990, o padre liderou movimentos por direitos quando a região vivenciava os mais altos índices de homicídio já registrados na cidade.



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

### Histórias de vulnerabilização

Em meio à dor causada pela covid-19, outros segmentos da vida também foram afetados. A vulnerabilidade social aumentou. Do transporte à assistência social, da cultura à educação. De uma hora para outra, as prioridades passaram a ser a prevenção ao contágio e o socorro a quem mais precisava. Sem macrocoordenação, entretanto, isso esbarrou em diversos obstáculos e deixou descoberta uma série de necessidades.

A preocupação maior era o impacto na renda. Tão logo o governo federal lançou o auxílio emergencial, houve um esforço de reportagem para destacar o acesso. A mais de quarenta quilômetros do centro da cidade de São Paulo, milhares de pessoas que estão fora da área de cobertura das empresas de telefonia móvel tiveram dificuldade para solicitar o benefício. “Pra receber o código [de confirmação do celular], eu teria que subir em cima da laje pra tentar pegar sinal, porque a Vivo não pega aqui na minha casa. Nenhuma operadora pega. Tem que subir na laje, ir até o ponto de ônibus, não funciona direito”, contou Cássia Aparecida Monteiro, diarista e moradora de Colônia Paulista, bairro de Parelheiros.

Enquanto indígenas guarani mbya fecharam as al-

deias da terra indígena Tenondé Porã, no extremo sul de São Paulo, pessoas em privação de liberdade denunciavam as más condições em presídios paulistas.

Com o desemprego crescente, mais pessoas se tornaram dependentes de serviços por aplicativo. E foram esses trabalhadores que protagonizaram uma série de mobilizações por direitos. “Antes da pandemia, a taxa [por entrega] já tava baixa. Aí aproveitaram a situação da pandemia e baixaram pra todo mundo [...]. Pra ser sincero, nós sempre fica por baixo, entendeu?”, apontou Felipe, então com 27 anos de idade, casado, morador de Embu das Artes (SP) e trabalhador da área desde 2017.

Para crianças e adolescentes, a adaptação tem sido complexa, pois ainda está em curso. A começar pelo ensino à distância e culminando

### EXPEDIÇÃO

São Paulo 450 Anos. Vista do Grajaú, ao fundo, a represa do Guarapiranga  
Foto: Cecília Laszkiewicz, 2004

### COMUNIDADE

guarani  
Foto: Cláudia Alcóver, 2002



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

### COMUNIDADE

guarani  
Foto: Cláudia Alcóver, 2001



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Da doação de alimentos a campanhas de conscientização, a auto-organização que já é comum nas quebradas foi fundamental para amenizar os impactos nesse período

“Quem pode produzir as melhores soluções para um problema é quem vive na pele a situação a ser resolvida, e assim as iniciativas de mulheres para mulheres rompem a hierarquia comum de que alguém venha nos ajudar”

Helena Silvestre

no retorno às aulas presenciais. “O trabalho com o uso de ferramentas tecnológicas é novo para toda a comunidade escolar. A Secretaria Estadual de Educação tem tentado nos respaldar, porém a desigualdade social ainda é um fator preocupante no princípio de equidade”, indicou Priscila Rocha Siriano, professora do terceiro ano em uma escola estadual na Ilha do Bororé (extremo sul de São Paulo).

Na volta às aulas presenciais em agosto de 2021, nem todas as famílias sentiam-se confortáveis para enviar as crianças à escola, enquanto outras lidam com a ansiedade desse retorno. Em todos os casos, é fundamental a acolhida pela escola. “Estamos trabalhando muito a ansiedade. As famílias também estão ansiosas, porque a pandemia ainda não acabou, nós sabemos que nossas crianças ainda não foram vacinadas”, relatou Valdeci Jesus, professora de educação infantil da rede municipal de educação de São Paulo, que se dedica a seguir os protocolos de segurança indicados pela Secretaria de Educação.

### É possível apontar o futuro?

Diante da omissão do poder público na crise da pandemia, moradores de periferias se mobilizaram para garantir o mínimo para sobreviver: da doação de alimentos a campanhas de conscientização, a auto-organização que já é comum nas quebradas foi fundamental para amenizar os impactos nesse período.

Entre essas ações, estão o protagonismo de mulheres em luta contra a violência doméstica em um país que agride uma mulher a cada dois segundos. “Quem pode produzir as melhores soluções para um problema é quem vive na pele a situação a ser resolvida, e assim as iniciativas de mulheres para mulheres rompem a hierarquia comum de que alguém venha nos ajudar”, ressaltou Helena Silvestre, idealizadora da Escola Feminista Abya Yala, que mapeou e identificou famílias chefiadas por outras mulheres, distribuiu cestas básicas, dinheiro e acolheu vítimas de violência ou pessoas em vulnerabilidade.

E se o “novo normal” tornou-se mantra, nas quebradas a busca é por um “novo normal com direitos garantidos”. Ainda que pareça distante, regressar ao período pré-pandemia seria retornar a um cenário de violações e escassez de políticas públicas. “Foram as organizações periféricas que conseguiram minimizar o sofrimento dessas famílias que não tinham nem o que comer devido à crise sanitária”, apontou Jesus dos Santos, da Rede de Apoio Humanitário, na zona norte de São Paulo.

Para além das ações mais cotidianas – como a distribuição de uma cesta básica –, a articulação para pautar políticas públicas também foi discutida. Em 1º de abril de 2020, trouxemos as 23 propostas elaboradas pelo Centro de Estudos Periféricos (CEP). Composto por moradores de bairros periféricos que produzem conhecimento e incidem sobre a realidade, o grupo de estudos é vinculado ao Instituto das Cidades/Campus Zona Leste da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

No mesmo ano, às vésperas das eleições municipais, esse grupo apontou 50 propostas para transformar a cidade a partir das margens, do contexto da pandemia e de todas as desigualdades escancaradas. O grupo objetivou não só apresentar o documento a candidaturas das eleições municipais daquele ano, mas também pautar a organização da população periférica.

“A periferia deve se reunir, se reforçar e ter um projeto político para que alcance os espaços de poder”

“A população, no geral, tá discutindo pouco o seu entorno. Os vizinhos vêm se encontrando pouco para discutir coletivamente a solução dos problemas”, explicou Tiaraju Pablo D’Andrea, pesquisador do CEP e professor de Sociologia Urbana e Sociologia Cultural no Instituto das Cidades. “A periferia deve se reunir, se reforçar e ter um projeto político para que alcance os espaços de poder.”

Dessa forma, é importante ressaltar o trabalho da Periferia em Movimento e de outros veículos de jornalismo de quebrada para denunciar a situação nos terri-

tórios periféricos, visibilizar iniciativas de transformação desse cenário em um contexto de pandemia, pautar mudanças na política institucional e produzir sentido para a elaboração de uma memória coletiva desse momento. A periferia enfrenta a pandemia e resiste às tentativas de genocídio impostas de fora para dentro. 

---

**Thiago Borges** é jornalista com especialidade em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, cofundador e gestor da Periferia em Movimento, além de editor do jornal *Embarque no Direito* e gerente editorial da plataforma Território da Notícia.

### referências

1. D’ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação dos Sujeitos Periféricos**: Cultura e política nas periferias de São Paulo. 2013. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2013.
2. SOUZA, Juliana Salles de. **Jornalismo de Quebrada e as Representações das Periferias Paulistanas**. Monografia de graduação. São Paulo: Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (Fapcom), 2015.
3. SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 7, 1999.

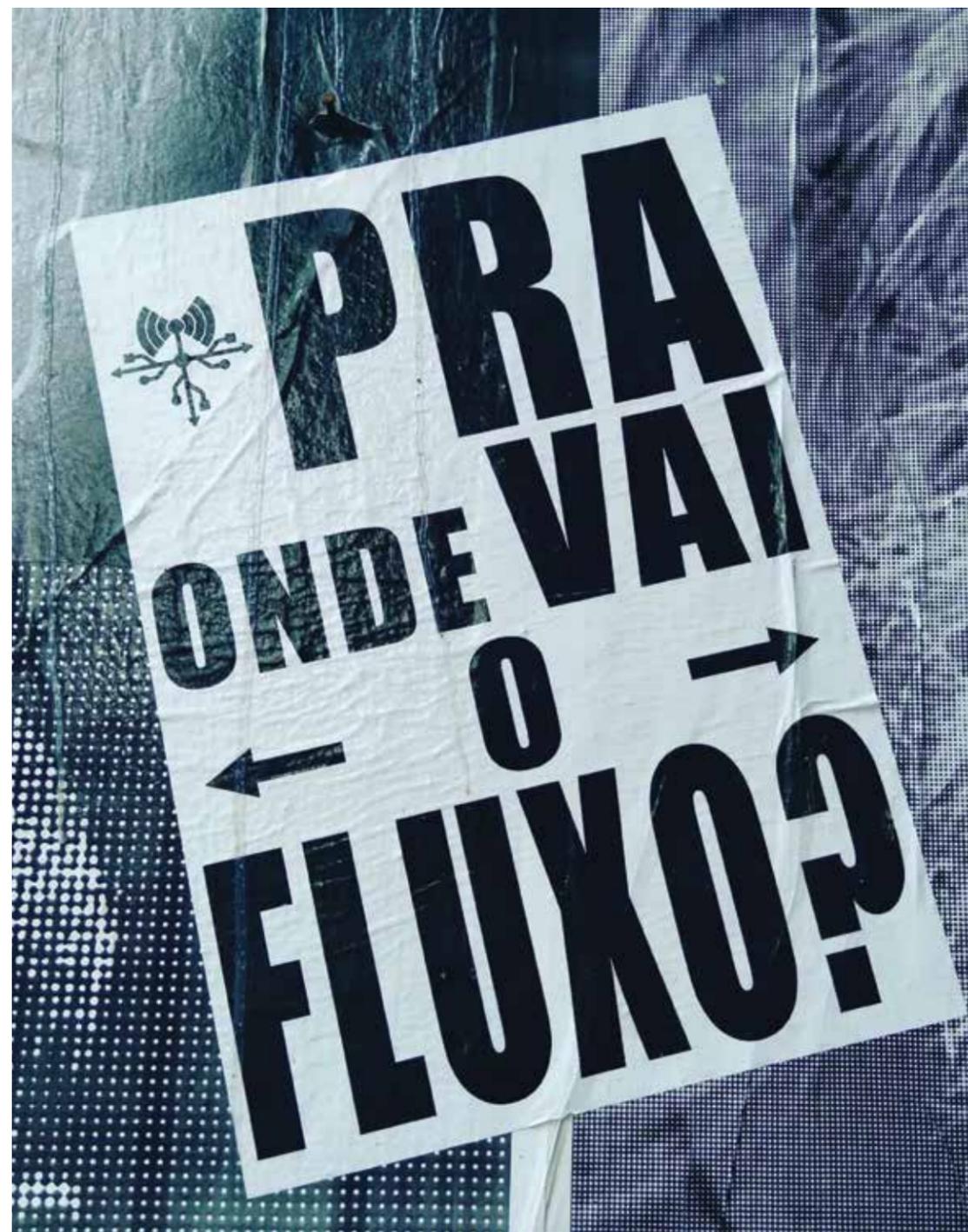
Daniel Mello e Raphael Escobar

# Birico é um fragmento magmático que queima no centro

**A REGIÃO** do centro de São Paulo chamada de “Cracolândia” sempre foi o lugar que abrigou parte da população pobre e negra da cidade. A associação histórica com a criminalidade faz parte de uma tentativa de apagamento de problemas sociais, como a falta de moradia e a violência do racismo estrutural. Ao revisitar o passado dos bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos é possível perceber a repetição dos mesmos processos de opressão institucional.

**PRA ONDE VAI O FLUXO?**

Foto: Coletivo Paulestinos, 2021



Fonte: Arquivo do Coletivo Birico.

A Cracolândia não é uma cidade nem um bairro. Não tem fronteiras definidas, apesar do nome composto pelo sufixo “-lândia” – derivado do inglês *land* [terra]. A aglomeração de pessoas em situação de rua, consumindo drogas – face mais visível do território flutuante – ocupou diversas ruas do centro de São Paulo nos últimos 30 anos. Passou pelos bairros de Santa Ifigênia, Campos Elíseos e República. Hoje está em uma praça da alameda Cleveland, em frente à estação Júlio Prestes.

O crack também não é o elemento formador da Craco – como pode ser chamada pelos íntimos. A cocaína em pedra, própria para ser fumada, não é um produto de consumo universal na região. Nem todas as pessoas que vivem ou frequentam a área acendem cachimbos. O perfil dessa população, feito em 2017 pelo governo estadual, mostra que 15% apenas bebem álcool e 13% não usam drogas legais ou ilegais. Ou seja, 28% não consomem crack, nem cocaína, nem maconha. (MADRUGA, 2020)<sup>1</sup> Nada de surpreendente. Antes da disseminação do uso do crack, a concentração de pessoas vivendo em condições precárias, com comércio e uso de drogas legais e ilegais, prostituição e exploração sexual, era chamada de “Boca do Lixo”.

A Boca, substantivo que aparecia nas manchetes jornalísticas entre as décadas de 1950 e 1980, também não era um território com limites fixos, acompanhava as perambulações de seus habitantes. No

prefácio de suas memórias, Joanides (2003),<sup>2</sup> conhecido nas páginas policiais como “rei da Boca do Lixo”, traça as fronteiras da região na configuração mais conhecida: o “Quadrilátero do Pecado”. A dita área ficava entre a rua dos Timbiras, a praça Júlio de Mesquita, a alameda Barão de Limeira, a avenida Duque de Caxias, o largo General Osório e a rua dos Protestantes.

Muitas páginas, tiros e fugas à frente, Hiroito conta que, devido ao cerco policial impulsionado pela pressão da imprensa e da opinião pública, as atividades de prostituição e comércio de drogas da Boca tiveram que migrar. Nesse período, vários líderes criminosos mudaram as operações para outras partes do centro de São Paulo, como a rua das Palmeiras e “os lados da praça Marechal Deodoro”.

Com o relato centrado na própria vida, no período que viveu na criminalidade, o rei da Boca não dá detalhes de como a ação policial pesou na vida da população que não vivia com arma na cintura – a gente pobre e trabalhadora que vivia e circulava por ali.

### Marmitas e a realza do crime

O cotidiano de trabalho honesto com tempo para descanso nas rodas de samba aparece na introdução feita por Plínio Marcos no disco *Nas Quebradas do Mundo-réu*. Em crônica musical, o dramaturgo faz um registro da juventude do sambista Geraldo Filme, quando ele entregava as refeições preparadas pela mãe naquela mesma região.

O Geraldão ia entregar as marmitas e logo ficou conhecido na Barra Funda como negrinho das marmitas. Mas bolinho de carne vinha sempre na primeira panela, por isso que ele engordou. Agora o que eu quero contar, e é o que pesa na balança, é que ele entrava na Alameda Glete para entregar marmita e ouvia samba, chegava no Jardim da Luz era só samba. Subia os Campos Elíseos, era só samba. Chegava no largo da Banana. Pouca banana e muito samba. (MARCOS, 2021, youtube)<sup>3</sup>

Nos bares da rua General Osório e no próprio fluxo da Cracolândia ainda se escutam muitas rodas de samba. O “negrinho das marmitas” não anda mais por lá, mas a grande maioria das pessoas que se aglomeram na praça do Cachimbo é negra – 76% segundo o perfil dos frequentadores da área. (MADRUGA, 2020)<sup>1</sup> E as manchetes continuam a trazer notícias de uma suposta realza do crime. Faz pouco, em julho, foi presa uma moça, acusada pela polícia de comandar parte da venda de drogas.

De classe média e influenciadora digital com milhares de seguidores no Instagram, a jovem de 18 anos de idade ficou conhecida como a “Princesinha da Cracolândia”.

“Prender” é um verbo comum na Cracolândia. Não só porque a Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana (GCM) passam dia e noite nas esquinas com a suposta missão de deter traficantes. Ter passado pelas prisões ou pelo chamado sistema de internação socioeducativo para adolescentes é um elemento em comum nas histórias de vida de boa parte dessas pessoas com cachimbo na mão ou deitadas na calçada. No levantamento entre os beneficiários do extinto programa De Braços Abertos (DBA), 66% eram egressos do sistema prisional.<sup>4</sup> Gente moída pelas prisões, com laços familiares corroidos e sem possibilidade no mercado de trabalho.

A distribuição de marmitas também é algo que atravessa o tempo. As refeições prontas são distribuídas por grupos religiosos, voluntários e pelo poder público para alimentar a massa de pessoas sem lugar para morar. É mais ou menos aqui que Birico entra na história, nos primeiros meses da pandemia, tentando oferecer comida contra a fome e máscaras contra o coronavírus.

Não tinha nome no início, era só um grupo de militantes e artistas que já atuavam na região e se juntaram para distribuir marmitas e máscaras de proteção facial, item difícil de conseguir nas ruas à época. Era ainda o contrafluxo dos voluntários que forneciam refeições na Cracolândia. Com a quarentena contra a covid-19, a maior parte desses grupos interrompeu as atividades.

Com base no Teatro de Contêiner, da Cia de Teatro Mugunzá, Birico começou a estruturar uma ação no vácuo do poder público. A pandemia havia estrangulado as possibilidades de renda de grande parte da população brasileira, especialmente daquela em situação vulnerável no centro de São Paulo. Por isso, um dos focos era trazer um respiro para quem não tinha nem mais como pedir dinheiro aos passantes, que haviam deixado de passar com o comércio fechado e as restrições da quarentena.

Birico reuniu artistas que vivem na Cracolândia e com relação com a região, mas em situação menos desconfortável, com casa para morar, e promoveu uma grande venda de trabalhos. As obras vendidas, todas pela internet no formato de impressão, permitiram um apoio direto a quem enfrentava mais dificuldades. Metade de todo o valor arrecadado foi dividido por igual entre artistas da calçada e de renome. A outra metade foi para apoiar ações na Cracolândia durante a pandemia, como o Tem Sentimento, coletivo de mulheres que tem atividades de geração de renda e economia solidária.

O dinheiro também possibilitou que Birico começasse a custear moradia social para algumas pessoas sem teto



Fonte: Arquivo do Coletivo Birico.

**VIRADA,**  
Foto: Daniel  
Mello, 2017

próximas dos vínculos de afeto construídos nas relações de trabalho e militância. Foram mantidas sete vagas em hotéis do próprio bairro. Uma iniciativa pequena, se colocada em perspectiva com as pelo menos 24 mil pessoas em situação de rua que vivem na cidade, ou até nas cerca de 2 mil que circulam na Cracolândia.

A força desse projeto social está em apontar outra possibilidade de cuidado com a população que dorme nas calçadas e consome drogas de forma abusiva. A base é a ética da redução de danos que propõe minimizar os prejuízos de saúde e sociais relacionados ao uso abusivo de drogas. Um entendimento ainda de que é preciso ter atenção às condições que levam as pessoas a consumir álcool, maconha, crack ou cocaína. A falta de moradia, claramente, é um desses fatores.

Em todo o mundo, nas últimas duas décadas, vem sendo estruturadas políticas públicas que partem do princípio do *housing first* [moradia primeiro]. Trata-se de uma visão de que, para começar um processo de organização, é necessário que a pessoa tenha, antes de qualquer coisa, um teto para viver. Na Cracolândia, entre os anos de 2014 e 2017, o extinto programa municipal DBA foi construído com essa premissa. A oferta de habitação social, com trabalho flexível, renda, alimentação e apoio social fez com que a grande maioria das pessoas beneficiadas diminuísse o consumo de drogas.

O DBA também foi uma iniciativa pequena em com-

paração ao tamanho da Cracolândia. Mas, como política pública estruturada, apresentava resultados positivos, com a redução do consumo de drogas entre os participantes (RUI, 2016).<sup>4</sup> Tudo mostrava que havia espaço para a ampliação do programa e aperfeiçoamentos. Com a mudança de gestão, no entanto, houve uma guinada para o outro lado. Sob o novo prefeito, a partir de 2017, tudo começou a ser desmontado. O último passo nesse processo de desmantelamento foi, ao mesmo tempo, o primeiro passo na direção de como a Prefeitura de São Paulo se propunha a cuidar da população da Cracolândia na pandemia.

No dia 8 de abril de 2020 foi fechada a unidade do Atendimento Diário Emergencial (ATENDE) 2 que funcionava no número 37 da rua Helvetia. A estrutura tinha sido o principal equipamento municipal no fluxo durante o DBA. Oferecia banheiros, pernoite e alimentação. Foi o fim do antigo programa

Uma escavadeira derrubou um imóvel com pessoas dentro, em maio de 2017. Sobreviveram todos – assim como a Cracolândia deve sobreviver, por mais fortes que sejam os esforços de matar e deixar morrer

municipal e o início do Redenção, política que buscava principalmente internar e desintoxicar. Em pouco tempo, porém, as estruturas temporárias do novo programa municipal para a Cracolândia foram todas desativadas, antes mesmo do fim da gestão iniciada por João Doria e prosseguida por Bruno Covas.

Naquele dia, quando o último ATENDE foi fechado, parte das pessoas que havia dormido no local foi transferida em um ônibus lotado, contrariando todo e qualquer protocolo de distanciamento social, para outro serviço municipal, no Glicério, a três quilômetros dali. Era uma mensagem clara de que o poder público não queria mais aquelas pessoas ali. Nos meses seguintes, a GCM se consolidou como única política pública municipal para o território. Foram bombas de gás e balas de borracha de dia e de noite.

A violência da guarda contra a massa de pessoas descalças se legitima na narrativa de que ali existe uma aglomeração de pessoas violentas e perigosas, que vivem de roubos e saques. Uma versão que foi desmontada com o dossiê “Não é Confronto, é Massacre” (CRACO..., 2021),<sup>5</sup> lançado pelo coletivo A Craco Resiste em abril de 2021. Com câmeras monitorando o território 24 horas por dia, foi possível ver que as ações com a chamada “munição menos letal” parte, na maioria dos casos, da própria GCM, que não hesita em atacar pessoas distraídas ou sentadas no chão. Fora os socos, empurrões e até tentativas de atropelamento.

O Sindicato dos Guardas Civis Metropolitano de São Paulo pediu que os guardas fossem retirados da Cracolândia, uma vez que todas as outras ações do poder público municipal tinham deixado de existir. A demanda veio em sintonia com uma ação movida, em junho, pelo Ministério Público de São Paulo que, devido à violência e às violações de direitos registrados desde 2017, exige que a corporação deixe de atuar como polícia na região.

Foi nesse ambiente sufocante de pandemia e gás la-

crimogêneo que Birico se dispôs a apresentar a arte do território. Um pedaço precioso dessa parte do centro, como indica o nome do projeto. Birico, nos dizeres do fluxo, é o pedaço da pedra de crack. Um fragmento que pode ser vendido, trocado ou compartilhado. Nas muitas faces da Cracolândia, existe solidariedade e produção intelectual. Muito além da violência que aparece nos programas policiais comandada pelos reis e princesas do crime.

Essa mensagem de resistência e sobrevivência fecha a conversa na moradia, até mesmo para quem não dorme na calçada. Em 2017, cinco dias depois da megaoperação policial promovida em 21 de maio pela prefeitura e pelo governo estadual, uma manifestação saiu da estação Júlio Prestes em direção à Secretaria Municipal de Direitos Humanos com a faixa “A Craco também tem família”. São as pessoas que vendem água nos semáforos, bolo nas esquinas e que vivem em ocupações, cortiços, pensões e hotéis do bairro da Luz. Toda uma população que não foi atendida pelos conjuntos habitacionais construídos nos últimos três anos na região para a classe média e os profissionais das chamadas forças de segurança pública, no rastro das demolições. A fumaça das bombas de gás esconde os tratores que derrubam em ritmo acelerado os prédios e casarões e jogam pessoas na rua. Vidas que metafórica ou até literalmente correm o risco de serem enterradas, como no dia em que uma escavadeira derrubou um imóvel com pessoas dentro, em maio de 2017. Sobreviveram todos – assim como a Cracolândia deve sobreviver, por mais fortes que sejam os esforços de matar e deixar morrer. São pessoas que saíram vivas das cadeias, continuaram através da pandemia, do gás lacrimogêneo e superam todo dia a fome e a sede, com ou sem marmitta. Resta saber, como questiona o cartaz do Coletivo Paulestinos, “Pra onde vai o fluxo?”. Vai seguir urinando na porta da Sala São Paulo? Ou, se o bairro for liberado para o lucro imobiliário, vai simplesmente ocupar outras ruas em um lugar com ar mais puro? 

---

**Daniel Mello** é jornalista, documentarista e poeta. Tem especialização em fotografia e práticas poéticas pela Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) e formação em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Brasília (Ceub). Atua como repórter desde 2009, cobrindo políticas públicas e direitos humanos. Em 2015, lançou como codiretor e coprodutor o documentário *USP 7%*. Em 2019, lançou o livro *Gargalhando Vitória – Poemas da Cracolândia*. É militante dos coletivos Birico e A Craco Resiste.

**Raphael Escobar** é formado em artes visuais pelo Centro Universitário Belas Artes e pós-graduando em Estudos Brasileiros: sociedade, educação e cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Atua com educação não formal em locais como a Fundação Casa, a Cracolândia e albergues. Ativista, ajudou a fundar diversos coletivos e movimentos sociais na região da Cracolândia. Participou de exposições: 36ª Panorama da Arte Brasileira, Museu de Arte Moderna de São Paulo, Museu de Arte do Rio, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Bienal de Arquitetura de São Paulo, Centro Cultural São Paulo etc.

## referências

1. MADRUGA, Clarice Sandi (Coord.). **Levantamento das Cenas de Uso das Capitais (LECUCA)**. São Paulo, 2020. Disponível em: [www.uniad.org.br/download/relatorio-lecuca-sp\\_final-pdf/](http://www.uniad.org.br/download/relatorio-lecuca-sp_final-pdf/). Acesso em: 22 out. 2021.
2. JOANIDES, Hiroito de Moraes. **Boca do Lixo**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2003.
3. MARCOS, Plínio. **Tiririca**. 1974 (4'35"). Disponível em: <https://youtu.be/5pbFFpIgnos>. Acesso em: 29 ago. 2021.
4. RUI, Taniele (Coord.). **Relatório de Avaliação de Pesquisa Preliminar do Programa De Braços Abertos**. Disponível em: <https://pbpd.org.br/pesquisa-de-bracos-abertos/>. Acesso em: 29 ago. 2021.
5. A CRACO RESISTE. **Não é Confronto, é Massacre**. Disponível em: <https://naoeconfronto.weebly.com/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

Daniel Manjarrés Usaquén

# Novos museus para a nova normalidade

**DURANTE A EMERGÊNCIA SOCIAL** e econômica causada pela pandemia de covid-19, o setor de museus no Brasil e na Colômbia enfrenta sérios riscos que afetam sua viabilidade econômica e social. Ao mesmo tempo, enfrenta uma grande oportunidade de se posicionar como agente relevante para a promoção do desenvolvimento social e cultural. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é propor um conjunto de princípios museológicos inspirados nos conceitos da sociomuseologia que levam à consolidação dos museus como agentes de desenvolvimento humano. São 12 princípios, desenvolvidos sob os preceitos da teoria fundamentada em dados, que promovem o gerenciamento colaborativo, participativo e integral dos museus, os quais podem ser total ou parcialmente aplicados em museus na Colômbia, no Brasil e na América Latina.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

## EXPOSIÇÃO PERMANENTE.

Museu Nacional da Colômbia, Bogotá

Foto: W. A. Lopez Rosas, 2022

## Como melhorar a qualidade de vida das pessoas e promover o desenvolvimento dos cidadãos e das cidades

Um dos setores culturais mais afetados durante a pandemia de covid-19 foi o de museus em países como Brasil e Colômbia. Como cidadãos, entendemos que o distanciamento social representou um grande desafio para o desenvolvimento de suas atividades mais tradicionais – as exposições –, mas pouco sabemos da gra-

ve crise que enfrentam e da grande oportunidade que representa para eles este momento de necessidade e mudanças.

Segundo dados da pesquisadora brasileira Pontes (2020),<sup>1</sup> na investigação “Desafios em tempos de covid-19 – Pesquisa do ICOM Brasil” (2020), um dos efeitos mais alar-

**MUSEU ITINERANTE**  
da Memória e da Identidade dos Montes de María - El Mochuelo, Montes de María  
Foto: W. A. Lopez Rosas, 2019



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

mantes em museus durante a pandemia é que um em cada cinco profissionais perdeu o emprego. Na Colômbia, conforme as projeções do museólogo Cipagauta (2020)<sup>2</sup> a partir dos dados do Sistema de Informação de Museus da Colômbia (SIMCO), cerca de 1.200 empregos teriam sido perdidos só em 2020. Ainda, segundo o mesmo autor, dos 447 museus cadastrados no SIMCO, cerca de quarenta arriscam falência e 105 estão ameaçados de fechamento devido à emergência sanitária.

Sem dúvida, a pandemia estabeleceu novas regras de comportamento que nos induzem ao isolamento, a ficar em casa, a minimizar a interação pessoal com os outros e a evitar as aglomerações de pessoas que ocorrem nos espaços públicos da cidade. Essas regras colocam o trabalho do museu em uma encruzilhada, pois este valoriza muito a interação pessoal e direta com os cidadãos. Além disso, anunciam grandes mudanças e desafios quanto à interação dos cidadãos com a cidade e das comunidades com seu patrimônio cultural.

O grande desafio dos museus é responder ao apelo que, no contexto atual, a sociedade lhes faz para se consolidarem como agentes eficazes para melhorar

a qualidade de vida das pessoas e promover o desenvolvimento dos cidadãos e das cidades. O papel dos museus como agentes de mudança social hoje tem ainda mais sentido. Simultaneamente, os problemas que enfrentam para cumprir esse papel estão se tornando mais agudos. Atualmente, há menos museus e menos profissionais trabalhando neles. Além disso, há mais cidadãos em situação de vulnerabilidade, e aqueles que já eram vulneráveis tiveram sua situação agravada e têm probabilidade menor de resolver seus problemas.

A situação dos museus na Colômbia e no Brasil é muito preocupante. Mas este momento de crise nos leva à evolução, principalmente em um contexto em que participar da democracia, apropriando-se



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

**MUSEO CASA DE LA MEMORIA,**  
Medellín  
Foto: W. A. Lopez Rosas, 2018

socialmente do patrimônio cultural e criando memórias, é um caminho possível para melhorar a qualidade de vida das pessoas e comunidades mais vulneráveis.

Para começar, é fundamental estabelecer o museu como espaço de prática da museologia, entendida como uma ciência social multidisciplinar e em constante construção, superando a visão que o propõe como local de realização de exposições. O museu, como instituição, deve superar o expocentrismo que coloca as exposições em lugar privilegiado entre as ações museológicas e, conseqüentemente, dá valor secundário a outras ações tão importantes como aquisição de objetos, valorização e a conservação de acervo, museografia e mediação educacional.

É fundamental estabelecer o museu como espaço de prática da museologia, entendida como uma ciência social multidisciplinar e em constante construção, superando a visão que o propõe como local de realização de exposições

Também é necessário fazer do museu um espaço onde seja possível adquirir e compartilhar novos conhecimentos. É urgente que o museu reconheça seus principais instrumentos de mudança social por intermédio de ações pedagógicas e de mediação museológica e os estabeleça como ações transversais às demais ações museológicas.

Além disso, é necessário que as pessoas que trabalham no museu e que praticam a museologia sejam continuamente atualizadas e treinadas em metodologias de trabalho participativo e colaborativo para melhorar e fortalecer o relacionamento do museu com os cidadãos e as comunidades. Transformar o museu em um espaço de participação requer grandes mudanças na forma como ele é administrado institucionalmente e como suas ações museológicas são planejadas, implementadas e avaliadas.

Da mesma forma, é urgente que o museu amplie sua visão de trabalho com o público para enfocar a construção da comunidade e a interação com as redes comunitárias que habitam a cidade, com atenção especial às comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade e podem se beneficiar da apropriação social do patrimônio, da criação de memórias e da promoção da democracia.

Mas como chegar à implantação de museus voltados para o desenvolvimento social e cultural dos cidadãos? A resposta é, em primeiro lugar, que os museus estabeleçam e mantenham uma interação constante com os cidadãos e, em segundo lugar, que os cidadãos confiem que o museu seja um local onde podem construir respostas, soluções e posicionamentos necessários para melhor exercer a cidadania e melhorar sua experiência na cidade.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

**MUSEO DE ARTE CONTEMPORÁNEO (MAC)**, Bogotá  
Foto: W. A. Lopez Rosas, 2022

A seguir, e em consonância com os conceitos propostos pela sociomuseologia, proponho doze princípios museológicos que visam contribuir para o estabelecimento das condições necessárias para a construção de um museu com a participação dos cidadãos, e assim consolidá-lo como agente de desenvolvimento.

### Princípios museológicos para a consolidação de um museu como agente de desenvolvimento

- Ser um agente de mudança social, patrimônio e memória. A consolidação do museu deve contribuir diretamente para o desenvolvimento social dos habitantes do território, promovendo a participação dos cidadãos na democracia e no estabelecimento da paz. Trata-se de uma ideia expressa por Rússio (1981),<sup>3</sup> que propõe a museologia como uma ferramenta social para construir, interagir e mediar a realidade no contexto social.
- Estudar a cidade numa perspectiva multidisciplinar. As relações profundas que o museu estabelece entre os cidadãos e a cidade são discutidas de maneira multidisciplinar. Essa perspectiva entende que abordar a cidade desde a museologia é um exercício de alta complexi-

dade. A cidade é entendida como um conjunto de territórios com características particulares e complementares em constante interação com os cidadãos e as comunidades. A proposta de eixos temáticos multidisciplinares estuda os territórios geográficos e biofísicos, culturais, sociopolíticos, projetados e imaginados, conectados, territórios em desenvolvimento, os habitados e aqueles em conflito.

- Estar presente em todo o território. Conforme proposto por Franco (2009),<sup>4</sup> o museu gerencia e implementa suas ações museológicas através de uma estratégia de escala que permite impactar as pessoas e comunidades mais vulneráveis nas cidades. A estratégia permite implementar ações em pequena, média e grande escala, priorizan-

do ações museológicas em comunidades e territórios periféricos, invisíveis, vítimas da iniquidade e historicamente discriminados.

- Ter como acervo todo o patrimônio cultural da cidade. O conjunto completo do patrimônio da cidade é consagrado como patrimônio do museu. Isso significa que tanto o patrimônio cultural tangível e intangível quanto o natural são valores que articulam suas ações museológicas e, nesse sentido, é por meio deles que se estabelece uma relação profunda entre os cidadãos e a cidade. A sociomuseologia identifica duas abordagens distintas do patrimônio que se complementam e nos permitem ir além do reconhecimento do patrimônio tombado. A primeira propõe que os valores patrimoniais são

bens que se transformam constantemente na interação com o território e com os cidadãos: patrimônio vivo. A segunda abordagem favorece a criação de novas interpretações sobre o significado do patrimônio e promove interações inéditas: patrimônio pessoal, familiar ou comunitário.

- Estabelecer relações inéditas entre os habitantes e a cidade por meio de suas coleções. O museu conforma, consolida e organiza coleções de objetos e dispositivos de memória de alto valor simbólico e apresenta perspectivas únicas sobre a cidade e a experiência de viver nela. O valor simbólico e as perspectivas únicas contidas nos objetos são debatidos, analisados, polemizados, comparados e reconstruídos pelos cidadãos durante as ações museológicas. Os cidadãos estão profundamente relacionados com esses objetos porque estes representam seus valores, sua história, e dão forma a sua memória. Registros audiovisuais, arquivos, depoimentos e expressões criativas são dispositivos eficazes para criar as memórias de cidadãos.

- Promover a educação não formal ao longo da vida e em todos os níveis. O museu incorpora princí-

**MUSEO DE ARTE MODERNO**, Medellín  
Foto: W. A. Lopez Rosas, 2018



Fonte: Arquivo pessoal do autor.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

#### CLAUSTRO

de San Agustín,  
Bogotá  
Foto: W. A. Lopez  
Rosas, 2021

pios contemporâneos de educação não formal em suas ações museológicas; firma-se como agente de educação da cidade no sistema de educação formal e, principalmente, da não formal. Na educação formal, o museu traz novo conteúdo para programas de educação infantil, ensino fundamental, médio e superior. Na educação informal, o museu facilita e articula a troca de experiências, a capacitação e a aprendizagem coletiva entre pessoas e comunidades que trabalham juntas.

- **Construir mudanças sociais com os jovens.** O museu prioriza a população jovem como público-alvo e trabalha com ela para gerar o desenvolvimento social e cultural da cidade. Os jovens constituem o grupo populacional mais relevante em questões como a promoção da participação cidadã e democrática, a valorização do patrimônio e a criação de memórias críticas. A população jovem também é a mais afetada pelas barreiras que impedem o desenvolvimento social nas cidades.
- **Ser gerenciado de maneira integrada, participativa e compartilhada.** O gerenciamento do museu reúne e dialoga com todos os atores que influenciam a construção da cidade, como movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições acadêmicas, iniciativa privada e agentes governamentais, como secretarias de proteção e saúde, turismo, educação, planejamento, meio ambiente, habitação, trânsito etc. Nesse cenário e em conjunto com o museu, os atores reunidos participam ativamente da formulação, da implementação e da avaliação das ações museológicas e do gerenciamento da instituição.

- **Funcionar em rede e estabelecer alianças.** O museu estabelece relações de trabalho conjuntas com as comunidades através de sua participação nas diferentes redes existentes nos territórios. Além disso, possui uma rede eficaz de aliados com os quais compartilha seus objetivos, sua missão e desenvolve ações conjuntas. O trabalho em rede e as alianças são os métodos que o museu utiliza para estabelecer relações fortes de confiança com as comunidades e, em simultâneo, viabilizar os projetos que desenvolve com elas.

- **Incorporar um enfoque diferencial em suas ações.** As ações do museu buscam suprimir a desigualdade, a discriminação e a exclusão sofrida por indivíduos, grupos e povos na cidade devido à posição de subordinação associada a suas características sociais, culturais, políticas e econômicas. O museu identifica pessoas, grupos, comunidades e povos sujeitos a discriminação e segregação para desenvolver com eles suas ações museológicas. Isso permite que pessoas e grupos invisíveis na cidade — como grupos minoritários e em situação de vulnerabilidade — sejam ouvidos, e suas ideias passem a fazer parte do gerenciamento integrado, participativo e compartilhado do museu.

- **Priorizar ações de cultura cidadã.** O museu promove a prática de uma cidadania respeitosa pela diferença, construtora do tecido social, que pratica a convivência cidadã e permite o desenvolvimento de projetos de vida individual e coletiva satisfatórios dos cidadãos. A cultura cidadã explora os componen-

tes culturais do exercício da cidadania, como modos de ser, sentir, pensar e agir, para transformar atitudes negativas sobre a vida na cidade e gerar novas ações que busquem a convivência.

- **Priorizar ações exemplares de alto impacto.** O museu desenvolve ações que abordam questões, problemas e realidades relevantes para o público e que representam uma oportunidade de transformação para grupos e comunidades vivendo em situação de vulnerabilidade e sofrendo iniquidades. Essas ações estabelecem espaços de participação por intermédio dos meios de comunicação de massa, como televisão, rádio, imprensa, internet, redes sociais e plataformas digitais.

#### Considerações finais

Por fim, é importante não perder de vista que a crise em que se encontram os museus hoje e coloca muitos deles em sério risco de enfraquecimento — e mesmo de desaparecimento — não surgiu com a emergência sanitária pro-

vocada pela pandemia de covid-19. Nem é recente o apelo da sociedade para se tornarem agentes culturais relevantes para suas comunidades e públicos. Os museus, principalmente na América Latina, já eram identificados por diversos setores da sociedade como instituições elitistas, carregadas de significados neocoloniais, patriarcais, sem relevância nos processos de busca de soluções para problemas sociais básicos. É por isso que a oportunidade que surge na crise causada pela pandemia é única. Hoje, os museus enfrentam o dilema de mudar ou morrer, e fica nas mãos das pessoas, dentro e fora dos museus, promover e exigir essa mudança. ■

**Daniel Manjarrés Usaquén** é arquiteto pela Universidade Nacional da Colômbia e mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo (USP). Foi coordenador do Museu de Bogotá — Instituto do Patrimônio Cultural de Bogotá e trabalhou em diferentes organizações, como o Instituto Colombiano de Antropologia e História (ICANH), a Corporação para a Promoção e Difusão da Cultura, o Banco Mundial, o Ministério das Relações Exteriores da República da Colômbia, o Centro Regional para a Promoção do Livro e da Leitura na América Latina e Caribe (CERLALC) e o British Council. Atualmente é gerente de projetos da organização não governamental brasileira Instituto Feira Preta.

#### referências

1. PONTE, Beth. **Dados para Navegar em Meio às Incertezas:** Resultados da Pesquisas com Profissionais e Públicos de Museus. São Paulo: Tomara! Educação e Cultura/ICOM, 2020.
2. CIPAGAUTA, Juan Carlos. **Projeções a partir dos dados do Sistema de Informação de Museus da Colômbia (SIMCO).** Entrevista concedida a Daniel Manjarrés Usaquén. Comunicação Telefônica, 21 set. 2020.
3. RÚSSIO, Waldisa. **A interdisciplinaridade em Museologia.** *Museological Working Papers (MuWoP).* Paris: Icofom/ICOM, n. 2, 1981.
4. FRANCO, M. I. M. **Museu da Cidade de São Paulo:** um novo olhar da sociomuseologia para a megacidade. Tese de doutorado. Programa de Doutorado em Museologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2009.



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

**OBRAS NO LARGO DA MEMÓRIA,**  
nos anos 1940. Foto: Sebastião de Assis  
Ferreira, 1942

Marcos Napolitano

# D

## isputas de memória e crise da cidade: apropriações e usos dos lugares de memória

A atual guerra às estátuas revela as tensões socioraciais do presente que se projetam nas disputas sobre a memória do passado. Esse aspecto tem sido sublinhado em quase todas as análises, e está longe de ser uma novidade. Mas também revela outro aspecto, ainda pouco explorado no debate: a crise da cidade como um conjunto orgânico de espaços de convivência e lugares de memória, tal como a cidade burguesa se projetou a partir do século XIX.

As cidades, ao longo da história, se constituíram como organismos “vivos”, quase sempre disfuncionais. O conceito de cidade burguesa planejada que emergiu no século XIX afirmou o princípio da “utopia da cidade disciplinar”,<sup>11</sup> ou melhor, disciplinamento a fórceps pelas novas elites políticas e econômicas, com ajuda de cientistas e técnicos. A operação consistia em combinar melhorias no centro urbano, informadas pelo higienismo, organizar segmentações distritais por moradia e atividade, isolar os ricos dos pobres e abrir vasos comunicantes funcionais entre as partes, sobretudo com foco no transporte coletivo. O modelo parisiense do barão Haussmann (George-Eu-

gène Haussmann, 1809-1891), o prefeito de Paris que tinha aversão a “pestes e revoluções”, consagrou esse princípio de reforma urbana em meados do século XIX, que se espalhou como modelo, nem sempre viável em outros contextos nacionais.

As praças e os parques urbanos, além de alguns edifícios históricos selecionados para serem preservados, acabaram se constituindo em lugares de memória dos grandes eventos históricos que formaram as nações modernas, das quais as grandes cidades europeias e americanas se tornaram capitais políticas e econômicas. Nos outros continentes, na Ásia e na África, o conceito de cidade e a organização política e espacial ao longo do século XIX seguiam outra lógica, cuja análise foge aos limites deste texto, e esse modelo de cidade eurocêntrica, mais espelhada pelas grandes cidades verticais norte-americanas, só se consolidou no século XX. A estatuária neoclássica e a cidade burguesa eurocêntrica andaram de mãos dadas, e mesmo em contextos nacionais e sociais diversos, como nas nações latino-americanas, o modelo foi, em linhas gerais, seguido, não sem contradições e conflitos, como demonstra o processo de “bota-abaixo” do prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro no começo do século XX. Entretanto, nas Américas, surgiu outro conceito de urbanismo, mais verticalizado e apontado para o futuro.

A cidade de São Paulo oscilou entre os dois modelos, mas dada sua urbanização desorganizada e acelerada, ocorrida nas primeiras décadas do século XX, predominou a cidade vertical que apagava as camadas históricas anteriores – não por acaso já foi chamada de “cidade-palimpsesto”, que se apaga a cada dez anos em nome do progresso (TOLEDO, 2007)<sup>1</sup>. Além disso, como qualquer metrópole do mundo capitalista, a cidade é atravessada por um mosaico de desencontrados interesses entre os quais se impõe a lógica privatista do mercado imobiliário. Sem o contraponto de um turismo público de massa ou uma política preservacionista assumida pela sociedade civil paulistana, essa crise do patrimônio histórico é ainda mais grave, fazendo com que a crise da memória, tal como registrada nos espaços, edifícios e monumentos da cidade, ganhe contornos mais complexos. O apagamento do passado urbano não é

**A CASA DO BANDEIRANTE**  
é um exemplo de “lugar” de memória edificado, isolado em meio à paisagem urbana  
Foto: Mário Alberto Rosa, 1958

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.



exclusivo de São Paulo, mas a combinação de falta de planejamento, privatização dos espaços urbanos e visão funcionalista do espaço público como mero espaço de trânsito entre trabalho e moradia aqui foi mais dramática. Ainda, São Paulo só recentemente tem apostado no turismo histórico, mas está longe de se tornar uma cidade em que o patrimônio histórico se tornou commodities do turismo de massa, se contrapondo dentro da própria lógica de mercado às demandas de renovação imobiliária. Assim, não há um núcleo forte no poder público e entre os agentes de mercado que seja o fiador de uma política de patrimônio integrada com os diversos agentes econômicos e socio-culturais que atuam na cidade. No entanto, a memória paulistana está viva e pulsante.

O apagamento do passado urbano não é exclusivo de São Paulo, mas a combinação de falta de planejamento, privatização dos espaços urbanos e visão funcionalista do espaço público aqui foi mais dramática

O esforço, sobretudo por parte de gestores públicos, ligados ao preservacionismo arquitetônico e ao patrimônio histórico-artístico, conseguiu manter alguns espaços dentro da metrópole que se apaga em nome do futuro. Os exemplos seriam muitos. Lembremos, por exemplo, da luta comunitária pela preservação do bairro do Bixiga, aliada à sua apropriação por uma boemia que lhe deu novo sentido funcional no dia a dia, impedindo a política arrasa-quarteirão da especulação imobiliária. O conjun-

to modernista do Ibirapuera é outro exemplo de uso funcional de um grande espaço de memória, embora nem sempre percebido como tal pelos usuários, notadamente a classe média em busca de lazer e áreas verdes. O eixo histórico de Bom Retiro, Luz e Museu de Arte Sacra tenta se afirmar como circuito histórico-cultural e espaço de ocupação dinâmica em meio à degradação urbana e humana da “cracolândia”, desafio que não comporta medidas higienistas e policiais simplistas. O Bom Retiro é um caso peculiar, exemplo instigante das camadas de memória e história que habitam o mesmo espaço. Antigo bairro de ocupação judia, hoje é marcado pela presença coreana e boliviana, sobretudo.

Articular essas diversas camadas, propiciando uma experiência cultural rica e reflexiva, é um dos desafios das novas políticas públicas de memória, associadas às políticas culturais, educacionais e turísticas da cidade. Entretanto, apesar desses grandes espaços urbanos pautados pela presença de memórias vivas e espaços significativos, o que predominou na cidade de São Paulo foi a preservação pontual de edifícios históricos, uma ou outra rua ou quarteirão esquecido pela especulação imobiliária, construções coloniais isoladas, estátuas e monumentos dispersos pelo espaço urbano, muitas vezes ameaçados e invisibilizados na caótica paisagem urbana.

Trata-se, portanto, de uma realidade urbana que impacta as noções mais convencionais de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico. Por outro lado, a cidade de São Paulo não deveria ser compreendida somente a partir de um déficit de passado, caracterizado pelo desinteresse do cidadão aliado ao descaso oficial na conservação do patrimônio público. Tampouco, o patrimônio urbano deve ser pensado a partir do preservacionismo estetizante e sacralizado de monumentos desprovidos de história que não se conectam às demandas do presente e revisões do passado que oficializou certos heróis e eventos, hoje questionados. Esquecimento, descaso, destruição e conservação são processos históricos e poderiam inspirar novas (e ousadas) políticas públicas de memória urbana, integradas ao ensino e à vida cultural.

Ao que parece, muitos agentes socioculturais da cidade de São Paulo já iniciaram esse “processo memorial” de apropriação e reapropriação da cidade. Nos últimos anos, vimos surgir novos “empreendedores da memória”, para usar a expressão de Jelin (2002),<sup>2</sup> que estão transformando a relação da cidade com seu passado, construindo um caminho paralelo a políticas públicas e debates acadêmicos estritos sobre o patri-

mônio, e em alguns casos abrindo espaços institucionais nas políticas oficiais de preservação e cultura.

Os grupos teatrais paulistanos, por exemplo, têm sido um desses empreendedores de memória. A luta do Grupo Oficina por sua sede se confunde com a luta pela memória do entorno contra a especulação imobiliária. A revitalização urbana da praça Roosevelt também é inseparável de sua ocupação por grupos teatrais, a começar pelos Satyros que lá chegaram em 2000. O Teatro da Vertigem é outro exemplo.<sup>III</sup> A apropriação de espaços degradados ou meramente funcionais do espaço urbano marcou a trajetória do grupo teatral dirigido por Antônio Araújo, consagrado em peças memoráveis, encenadas dentro do rio Tietê, em um presídio abandonado, em um hospital em ruínas, culminando na reocupação cênica noturna de vários quarteirões de um bairro comercial diurno, o Bom Retiro. Nesses casos, a cidade não apenas se converteu em espaço cênico, apesar e, sobretudo, por causa de sua degradação, mas também revelou novas perspectivas, usos e reflexões sobre o patrimônio histórico a partir de suas ruínas.

O Núcleo Memória, ONG criada em 2009, luta pela preservação dos lugares de memória da ditadura militar, como o projeto de museu na antiga sede da Auditoria Militar em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) (rua Brigadeiro Luiz Antônio) e o tombamento do prédio que abrigou o centro de tortura do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) (rua Tutoia), no Ibirapuera. Nesse caso, movimentos sociais, instituições de preservação do patrimônio, pesquisadores e profissionais do Direito têm-se encontrado regularmente para trocar experiências e construir novas políticas públicas de memória, tangenciando a questão urbana que lhe é subjacente.

A confluência da ação de coletivos ligados ao movimento negro e agentes de turismo da cidade conseguiu criar roteiros renovados de turismo cultural em São Paulo, com foco na história da negritude e da escravidão, temas relegados na história oficial paulistana. Por exemplo, o processo memorial do movimento negro em relação ao bairro da Liberdade está ressignificando a história do bairro, consagrada nos anos 1970 como lugar oficial da memória japonesa, invisibilizando os vestígios da memória da escravidão que marcaram o lugar nos séculos XVIII e XIX. O recente reconhecimento público do mestre construtor Tebas (Joaquim Pinto de Oliveira, 1721-1811) na edificação da São Paulo colonial e a decisão da Prefeitura de erigir estátuas de cinco personagens históricos



Fonte: Depositphotos.

**VISTA AÉREA** do Parque Ibirapuera em São Paulo  
Foto: Cifortart/Aurelio Scetta, 2018

negros que marcaram a vida paulistana também revelam os diálogos, ainda incipientes, diga-se, entre o movimento social e o poder público.

Outro exemplo radical de apropriação dos lugares de memória são os ataques de movimentos sociais protagonizados por “sujeitos periféricos” a estátuas e monumentos que evocam passados traumáticos e violências étnico-raciais dos colonizadores europeus. A luta antirracista contemporânea está sendo pautada pelo ataque a esses monumentos no Brasil e no exterior, a partir da estratégia da “vandalização”,<sup>IV</sup> exigindo reflexão sobre o sentido da memória e provocando respostas diversas da sociedade e das autoridades. Essas ações, por mais polêmicas que sejam, não devem

ser vistas pela lente monoclar da criminalização, e sim como demandas de uma revisão da memória oficial e de seus lugares na cidade, em função dos conflitos contemporâneos e da luta por inclusão e democracia. (NAPOLITANO, 2021)<sup>3,4</sup> Tampouco se trata de um ato de apagamento ou modificação da história, como querem alguns críticos. Nunca é demais lembrar que história e memória são correlatas, mas diferentes. Quando uma estátua é questionada, o que está em jogo é a celebração do passado, o sentido da memória que o monumento evoca. O apagamento da história é mais grave quando um arquivo ou um museu são consumidos pelo abandono institucional ou por incêndios, como ocorreu recentemente com a Cinemateca Brasileira ou com



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

o Museu Nacional. Entretanto, é inegável que lugares de memória dialogam e estimulam a cultura histórica de uma sociedade.

No campo da pesquisa acadêmica, a questão da memória e do patrimônio urbano tem ganhado espaço a partir de abordagens inovadoras nas áreas de história, museologia, antropologia e arquitetura. Um produto que é exemplo desses novos olhares acadêmicos, para além do conceito consagrado de preservacionismo, é o livro *Guia dos lugares difíceis de São*

*Paulo*. Iniciativa do professor Cymbalista (2019),<sup>5</sup> da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e de seus alunos, o guia incorpora a memória não apenas do patrimônio que nos foi transmitido oficialmente, mas sobretudo de lugares que se quer esquecer, ao evocar passados traumáticos e sujeitos subalternos e invisibilizados. A criteriosa e provocativa definição de “lugar difícil” marcada por segregações, resistências, invisibilidades, exclusões sociais e violências de estado não é mero exercício de masoquismo coletivo, mas quer ajudar a compreensão da própria história da cidade e de uma memória urbana, para além das celebrações fáceis e vazias. O resultado desse projeto, publicado em livro, é um verdadeiro roteiro que poderia ser chama-

#### RUA 7 DE ABRIL

e esquina da rua Epitácio Pessoa, no canto ao lado direito o Colégio Caetano de Campos e ao centro e fundo o primeiro edifício modernista de São Paulo, o Edifício Ester  
Foto: Benedito Junqueira Duarte, 1938

O recente reconhecimento público do mestre construtor Tebas na edificação da São Paulo colonial e a decisão da Prefeitura de erigir estátuas de cinco personagens históricos negros também revelam os diálogos, ainda incipientes, entre o movimento social e o poder público

do de “turismo de consciência cívica”, ainda pouco praticado entre nós. Cabe ainda destacar a importância de quadros universitários vindos das áreas de história, museologia, arquitetura, sobretudo, na luta pela preservação do patrimônio urbano e na participação de órgãos públicos. Outra iniciativa é o projeto *Demonumenta*, coordenado pela professora Giselle Beiguelman (FAU-USP), cujo objetivo é propiciar uma plataforma para reflexão sobre a colonialidade que pauta a constituição dos acervos e instituições de memória do estado e da cidade de São Paulo.<sup>v</sup> Além desses exemplos, outros tantos debates e pesquisas poderiam ser citados, todavia fogem dos limites deste texto.

Todos esses atores, ou “empreendedores da memória”, têm ampliado as pautas e abordagens sobre o tema, com algum impacto nas políticas públicas. No entanto, em minha opinião, é preciso integrar e sistematizar ainda mais as diversas experiências e olhares na busca de novas políticas de memória.

Uma das faturas desse debate é o aprofundamento sobre a reflexão em torno dos lugares de memória e seus usos públicos. Os lugares de memória têm uma história, e não nascem prontos. São produtos de políticas de memória oficiais, mas também de “processos memoriais” indeterminados e descontínuos, que

dialogam com demandas e conflitos de grupos ideológicos e movimentos sociais, sempre sob a mediação do poder público. O que eu nomeio como “processos memoriais” pode ser definido como o processo combinado de reconhecimento, apropriação, demarcação e uso político-cultural de determinado lugar que remete a um evento histórico significativo, geralmente traumático, por parte dos “empreendedores” da memória pública. Esse processo não precisa, necessariamente, ser consagrado por tombamentos oficiais, criação de marcos monumentais (estátuas e afins) ou inserção em circuitos de turismo massivos. Trata-se, fundamentalmente, de um processo histórico-social, não necessariamente desencadeado por uma política de memória hegemônica ou oficial. O Estado pode homologar um processo memorial que venha da sociedade ou ir de encontro a ele. Em Estados que se querem democráticos, é desejável que haja diálogo entre os processos memoriais e as políticas públicas de memória chanceladas pelo poder público. Mas sabe-se que nem sempre é assim, seja no Brasil, seja no exterior.

A questão é que muitas vezes os processos oficiais de consagração de lugares de memória – registro, tombamento e monumentalização – acabam por não dar conta das contradições dos processos memoriais, que são processos conflituos, porosos a novas demandas de memória e a revisões históricas. Enquanto os primeiros tendem a ser normativos e estáveis, os segundos são instáveis por natureza. Este me parece ser o núcleo central dos conflitos em curso sobre as estátuas e os monumentos, exigindo uma política pública de memória que dê conta dessa tensão. Muitas iniciativas oficiais, diga-se, já incorporam esse princípio, como as Placas de Memória Paulistana do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e o turismo de consciência afro em São Paulo, incorporado pela São Paulo Turismo (SPTuris) – empresa oficial de turismo da cidade. Nessas iniciativas, espaços pouco conhecidos pelo público mais amplo vêm ganhando



Fonte: Arquivo pessoal do autor da imagem.

**FACHADA** do futuro Memorial da Luta pela Justiça, a ser implantado na edificação que sediou as Auditorias da Justiça Militar na cidade de São Paulo e onde ocorreram os julgamentos políticos durante a ditadura militar. Autor: Marcos Cartum (maquete eletrônica), 2020

novos significados e atraindo novos olhares dos cidadãos, estimulando a reflexão sobre as várias camadas de história e de memória da cidade palimpsesta.

Uma cidade multiétnica e multicultural de grandes dimensões como São Paulo pode abrigar muitas memórias em conflito no mesmo espaço, já não mais absorvidas por uma memória hegemônica imposta ou consensual na maioria dos habitantes, como na cidade burguesa clássica projetada entre meados do século XIX e início do século XX. Canclini definiu a cidade pós-industrial como um espaço urbano sem um centro convergente – simbólico e funcional –, sendo a marca da fragmentação uma das categorias de compreensão crítica das metrópoles latino-americanas, sobretudo (CANCLINI, 2010).<sup>6</sup> Em outras palavras, o sentido da cidade, e seus lugares de memória, tem sido reinventado a partir das margens, processo acelerado pelo abandono das elites socioeconômicas e pela privatização extrema da vida burguesa nos “condomínios fechados”, fragilizando o espaço urbano como experiência sociocultural compartilhada a partir de um centro simbólico hegemônico. Além da fragmentação do espaço, as metrópoles palimpsestas se sustentam sobre muitas camadas de tempo. Nesse sentido, um determinado lugar pode abrigar camadas diversas de história e experiências sociais, mesmo não sendo demarcado por monumentos evocativos de grande visibilidade. Fragmentação e estratificação não são necessariamente impedimentos para pensar o espaço urbano de uma megalópole em relação a seu passado, mas podem inspirar novas políticas e memória e processos memoriais que se transformem em novos usos e ocupações econômicas e culturais do espaço urbano. O turismo de consciência é um desses usos possíveis.

A bem da verdade, o turismo tem a tendência de transformar lugares de memórias em commodities, mas essa relação de consumo não afastou os conflitos e as apropriações significativas que ajudam a construir novas subjetividades, como demonstrou o trabalho de Michel de Certeau sobre a apropriação popular do espaço urbano. (DE CERTEAU, 2003)<sup>7</sup> Há um turismo cultural celebrativo, incontornável e lucrativo que marca a vida contemporânea sob o capitalismo pós-industrial, legítimo a seu modo, mas que convive contraditoriamente com um turismo de consciência. Aliás, este último também não está isento de ser objeto de uma “comodificação” vazia, como demonstram os debates acerca dos roteiros turísticos que envolvem as visitas a campos de concentração na Europa. Esses sítios são “lugares difíceis” por excelência, mas que não têm resistido à cultura de selfies e do entretenimento, colocando em xeque o sentido reflexivo que está na origem dos roteiros de consciência que os abriam para visita pública.

À medida que a cidade de São Paulo acentua sua vocação pós-industrial como cidade de serviços e de economia criativa, atravessada

por inúmeras demandas de movimentos sociais que estão reinventando seus lugares de memória a partir de “processos memoriais” em curso, a criação de novos roteiros é uma exigência que se apresenta ao poder público e ao próprio mercado do turismo, para os quais a pesquisa acadêmica pode contribuir com a sistematização do debate e a formação de quadros profissionais. Além de passeios regulares nos fins de semana promovidos por diversos coletivos, as Jornadas do Patrimônio, iniciativa oficial que existe desde 2015, propicia uma experiência urbana ampla e integrada, aberta à participação da sociedade através de editais de apoio às iniciativas vindas da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Em síntese, a percepção de uma crise do conceito clássico de “cidade burguesa”, atravessada por pro-

cessos diversos de degradação, fragmentação, “comodificação”, gentrificação e exclusão exige novos paradigmas para se pensar o patrimônio histórico e seus usos memoriais pelos diversos atores sociais e gestores públicos. A crise de identidade atual das grandes metrópoles é também uma crise sobre como estas vivenciam seu passado. Mas também pode ser um momento de reinvenção de suas expectativas de futuro. A cidade, nesse sentido, pode ser um grande laboratório de novas soluções para os impasses da democracia. 

**Marcos Napolitano** é professor titular do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e doutor em História Social (USP).

## notas

I. Gostaria de agradecer as intervenções críticas de meus colegas Rosane Kaminski e Artur Freitas em um evento do qual participei sobre monumentos e violência, promovido pelo grupo de pesquisa Arte, Memória e Narrativa (Amena). Essas intervenções estão na origem deste artigo.

II. Aqui me aproprio do título de um livro clássico sobre a história social urbana no Brasil. Ver: RAGO, M. **A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista** (Brasil, 1890/1930). 4. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2009.

III. Disponível em: [www.teatrodaavertigem.com.br/](http://www.teatrodaavertigem.com.br/). Acesso em: 30 out. 2021.

IV. Aqui uso a palavra em sentido conceitual, em diálogo com o princípio de que a história da destruição é também a história do patrimônio, tal como proposto por POULOT, D. “Revolutionary ‘Vandalism’ and the Birth of the Museum: The Effects of a Representation of Modern Cultural Terror”. In: PEARCE, S. (org.). **Art in Museums: New Research in Museum Studies**. London: Athlone Press, 1995. pp. 192-215.

V. Disponível em: <http://blog.demonumenta.fau.usp.br/>. Acesso em: 30 out. 2021.

## referências

1. TOLEDO, B. L. **São Paulo: três cidades em um século**. São Paulo: Cosac-Naify, 2007.
2. JELIN, E. **Los Trabajos de la Memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.
3. NAPOLITANO, M. A guerra às estátuas e a política pública da memória. **Nexo Jornal**, 29 jul. 2021. Disponível em: [www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/A-guerra-%C3%A0s-est%C3%A1tuas-e-a-pol%C3%ADtica-p%C3%BAblica-de-mem%C3%B3ria](http://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/A-guerra-%C3%A0s-est%C3%A1tuas-e-a-pol%C3%ADtica-p%C3%BAblica-de-mem%C3%B3ria). Acesso em: 2 set. 2021.
4. NAPOLITANO, M. Lugares de memória: Tiradentes e D. Pedro na mesma praça? **Nexo Jornal**, 1 out. 2019. Disponível em: [www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/Lugares-de-mem%C3%B3ria-Tiradentes-e-D.-Pedro-1%C2%B0-na-mesma-pra%C3%A7a](http://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/Lugares-de-mem%C3%B3ria-Tiradentes-e-D.-Pedro-1%C2%B0-na-mesma-pra%C3%A7a). Acesso em: 3 set. 2021.
5. CYMBALISTA, R. (Org.). **Guia dos lugares difíceis de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2019.
6. CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 8. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. 228p.
7. DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Por Danilo Montingelli, João de Pontes Junior,  
Paula Talib Assad e Vera Toledo Piza  
(membros do conselho e da produção editorial da *Memoricidade*)

# Pandemia e vulnerabilidade social

Entrevista com padre Julio Lancellotti

**JULIO LANCELOTTI** é pedagogo e presbítero católico brasileiro. Há 36 anos é pároco da Igreja de São Miguel Arcanjo no bairro da Mooca. Suas incansáveis ações de solidariedade à população em situação de vulnerabilidade social destacaram-se ainda mais durante a pandemia de covid-19.

“A pandemia agrava a situação das pessoas que estão vulneráveis, a pandemia aumentou o desemprego e assim aumentam as situações-limite”

**ENTREVISTA**  
com padre Julio  
Lancellotti na  
Paróquia São  
Miguel Arcanjo  
Foto: João  
de Pontes  
Junior, 2021



Fonte: Divulgação do Museu da Cidade de São Paulo.

## Qual é sua trajetória em São Paulo e sua relação com a cidade?

Eu nasci em São Paulo, tenho 73 anos de idade e estou na mesma região que nasci, que é o Belém. Minha relação com a cidade de São Paulo é onde nasci, graças a Deus, vivi e serei sepultado. Eu tinha 36 anos na época que vim para essa paróquia. Dom Luciano Mendes de Almeida me designou por tempo indeterminado. Normalmente os padres são nomeados por seis anos, mas eu fui nomeado por tempo indeterminado e estou aqui faz 36 anos. Minha suspeita é que há dois motivos para isso: nenhum padre quer vir para essa paróquia e nenhuma paróquia me quer. Essa paróquia, essa igreja, é muito pequena e muito pobre. É uma das paróquias mais pobres da região. Muitos moradores de rua nos cercam

e vivem aqui, então não atraio os párocos. A paróquia não tem carro, a casa paroquial é muito velha, é pobre e ninguém quer vir aqui. Agora se perguntar se alguém quer ir à Nossa Senhora do Brasil, assim como para a São Gabriel, a São Domingos, paróquias que estão nos Jardins... Estas serão preferidas. O que desenvolvemos aqui tem gente que chama de “trabalho”, eu chamo de “convivência”. Convivência é sempre um desafio, conviver é um desafio, no qual você aprende, ensina e sofre.

### Quais lugares de memória na cidade de São Paulo o comovem?

Na cidade me impactam muito os presídios, as rebeliões que se dão neles. A história do presídio Tiradentes, por exemplo, é uma porta, é um arco. A memória do Carandiru é muito apagada. A memória dos presídios na ditadura da Polícia Militar são buracos, embora exista o Memorial da Resistência, a instituição não recebe a mesma importância no cenário da cidade como, por exemplo, a Pinacoteca do Estado, que vai fazer agora um prédio mais moderno e novo. Então os presídios me chamam muito a atenção. Me comove o cancelamento da memória e da cultura de São Paulo, o cancelamento da memória do extermínio dos povos indígenas, dos movimentos indígenas, das comunidades, das ocupações.

E me chama a atenção essa coisa – que não querem que se chame por esse nome, mas... – que é a arquitetura hostil. Ela está extremamente presente na cidade e no estado de São Paulo, ela está presente nos prédios públicos.

Outra coisa que me chama a atenção na cidade de São Paulo, falando de memória, é que o mercado imobiliário está cancelando a memória da cidade, então toda a cidade – em sua arquitetura, sua história, seu arranjo essencial – está sendo cancelada pelo mercado imobiliário. Hoje quem manda em São Paulo é a especulação imobiliária, eu não tenho a menor dúvida. Eu tenho visto no Belém algumas casas que fazem parte da memória de São Paulo e são derrubadas em uma noite, para ninguém ver, ninguém saber. Então o mercado imobiliário é um apagador, um cancelador da memória da cidade.

A cidade não tem uma memória só, ela é muito ex-cêntrica. Cada região da cidade quase que basta a si mesma. Se eu pegar hoje um bairro da zona norte, o que ele tem que ver com os bairros da zona leste? Você pode morar em São Paulo há noventa anos e nunca ter ido à Cidade Tiradentes, não saber onde fica o Jardim São Luís. Você não sabe onde vivem os guaranis. Então você pode ficar em São Paulo a vida inteira e viver em uma bolha. A cidade é um aglomerado de bolhas. Os condomínios de luxo que estão sendo feitos para pessoas com condições, eles bastam a si mesmos, eles têm tudo, academia, lazer e estão ao lado de um shopping. A pessoa pode viver em São Paulo por cinquenta anos

e nunca ter frequentado o Parque Linear do Tietê, não sabe nem onde é. Certa vez uma pessoa que fazia parte da elite do governo de São Paulo não sabia nem dizer onde ficava o viaduto João Goulart. Então a pessoa vive em São Paulo a vida inteira e não conhece, não circula. Você circula na cidade em determinadas áreas. Hoje eu acredito que a maioria da população de São Paulo não tem nenhuma ideia da história da cidade, não tem nenhum conhecimento da história da cidade, porque as histórias estão sendo canceladas pelo mercado imobiliário, e os poucos lugares que existem não são conhecidos.

Quando se fala de São Paulo, todos a conhecem por seus restaurantes, bares, pela noite, por determinados fenômenos e lugares. Parece-me difícil dizer que São Paulo é uma cidade, me parece mais um aglomerado de minicidades, e alguns grupos são extremamente bairristas. Você pega, por exemplo, a Mooca, a Casa Verde, o Tatuapé, que por vezes se fecham em si mesmos. Bem, qual é a memória que a Mooca tem da imigração italiana? Não tem! Eu vejo um marco da cidade que me chama muito a atenção: a Catedral de São Paulo, a Catedral da Sé. Ela é visitada por muitos turistas, e é interessante que os próprios guias de turismo de lá não contam a história de resistência da catedral. Por exemplo, não contam que lá aconteceu o culto inter-religioso do Vladimir Herzog, que lá chegaram as cinzas do Frei Tito, não contam que lá chegaram os despojos do Alexandre Vannucchi. Então, os próprios locais cancelam sua própria memória.

Onde está hoje a história da tortura? Não tem. Ninguém mais tem essa memória, a não ser aqueles que foram torturados e não há nenhum registro. As rebeliões, por exemplo, têm muitos registros fotográficos, na mídia, de vídeo, mas é uma história que não se conta. E quem elabora a memória, quem registra a memória são os que ganharam, não os que perderam. Então a gente sabe a história dos brancos, mas qual é a história dos negros? A vala de Perus, por exemplo, pouco se fala dela.

O que eu quero dizer é que a cidade não tem consciência de sua história. Quem mora em São Paulo não sabe a história de São Paulo, não tem nada que sinalize para essa história. Aqui, por exemplo, nesse bairro tinha toda uma arquitetura específica, e toda ela foi devastada, foi destruída. Tínhamos as vilas operárias... Imagine que a Mooca hoje é extremamente conservadora e de direita, mas foi o berço do anarquismo. Mas você vê que



Fonte: Divulgação do Museu da Cidade de São Paulo.

**ALTAR**  
da Paróquia  
São Miguel  
Arcanjo com  
imagem de santo  
do mesmo nome.  
Foto: João  
de Pontes  
Junior, 2021

interesse isso desperta na cidade? E se isso tiver algum custo público, daqui a pouco acabou.

### Acaba de ser aprovado na Comissão de Urbanismo o Projeto de Lei que leva seu nome em relação às intervenções no espaço público que inibem a permanência (a arquitetura hostil). Qual é sua expectativa em relação a esse Projeto de Lei?

Todas as cidades têm hoje o que chamamos de “intervenções hostis”, especialmente em espaços públicos. O que não fica claro é isso: primeiro o Projeto de Lei foi aprovado na Comissão de Urbanismo, e ele ainda vai para a Comissão de Constituição e Justiça, depois tem que passar pelo plenário e na sequência pela sanção da presidência. Então é bastante improvável que seja aprovado, na medida que prevalecem os interesses imobiliários e a especulação imobiliária. E a questão não é que nós queiramos que as pessoas fiquem em situação de rua, mas o fato de não ter essas intervenções hostis favorecem o compromisso com respostas adequadas para grande parte da população. Essas respostas passam por educação social, hotéis, pensões, acolhimento para idosos. A cidade tem mais casa sem gente do que gente sem casa.

Então eles poderiam fazer o aluguel desses espaços para que ninguém ficasse na rua, era esse o Programa, casa em primeiro lugar, morar em primeiro lugar.

### Assim como as igrejas, os museus por muito tempo foram considerados templos de opulência e apenas de contemplação. Contudo, os espaços culturais vêm se transformando em instituições mais democráticas e de relevância social. A partir do que se observa em sua atuação, vê-se uma reflexão sobre o espaço sacro e sua ocupação. Qual é a sua percepção sobre o uso do espaço das igrejas?

A origem do cristianismo está na dessacralização dos espaços, e a grande mensagem é que o sagrado é a pessoa, e não o espaço. Nós nos esquecemos disso rapidamente, então os lugares ficaram sacralizados e as pessoas não, as pessoas perderam a sacralidade e o direito à vida. Podemos pegar o exemplo daquela transexual que saiu na parada gay crucificada. Ninguém foi capaz de enxergar a sacralidade do corpo dela que estava crucificado, a maioria enxergou que ali se estava ultrajando um sinal sagrado. Contudo, o sagrado é a pessoa, a sacralidade é a pessoa, não o espaço. 

# Turismo de resistência:

Cleiton Ferreira

## a arte de sobreviver e construir um território educador

**EM MEIO** às dificuldades de sobrevivência na periferia, demonstrar a capacidade e a potencialidade da população periférica da região noroeste em sobreviver e construir um território educador por meio de referenciais ativos e potenciais locais, não mercadológicos degradantes, a partir do pertencimento, da memória, da educação, da cultura, da ancestralidade, de valores e afetos permite uma nova construção de modo de sobrevivência. Isso se faz a partir do desenvolvimento sustentável local diante do sistema econômico estrutural imposto à juventude preta, indígena e pobre dentro dos territórios periféricos, ressignificando suas relações com o território e deixando de ressaltar apenas os problemas, e sim tendo um olhar empreendedor que transforma, prepara e se orgulha de sua condição periférica.



Fonte: Coletivo Salve Kebrada.

**VISTA**  
do Pico  
do Jaraguá,  
2016

### É possível construir museus na periferia?

As periferias foram condenadas à fome e à miséria, ao desemprego em alta, julgadas como o lugar do descaso, do abandono e da violência, e a pandemia da covid-19 coloca uma lente de aumento nas mazelas sociais. Porém esses territórios apresentam diferenciais na capacidade de produção em momentos difíceis, e mostram que é possível fomentar a difusão de sua história, mostrar que qualquer espaço em qualquer periferia pode se organizar e resgatar as histórias do bairro, difundir a economia local, cuidar dos espaços como verdadeiros patrimônios materiais e imateriais e oferecer à comunidade o acesso a cultura, arte e memória, especialmente o empoderamento dos sujeitos periféricos que vivem nesses espaços.<sup>1</sup>

A região noroeste é composta pelos bairros de Perus, Jaraguá e Anhanguera. Devido aos danos proporcionados por intervenções urbanas, especulações imobiliárias e o grande acervo patrimonial existente na região, foi estabelecida uma parceria entre a Comunidade Cultural Quilombaque, o Projeto Coruja, o Movimento de Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus e o Núcleo de Estudo e da Paisagem da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP) na criação do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (Ticp), que tratou de apontar todas as particularidades e potencialidades dessa área através de uma universidade livre colaborativa.<sup>2</sup>

O Ticp propõe um espaço educativo, cultural e colaborativo, reconhecendo o potencial afetivo de produção de conhecimento, a experiência da população, articulando equipamentos, patrimônios culturais e naturais, lugares de memória, diálogos e a produção cultural local. Esse instrumento traz o reconhecimento dimensional da cidade, considerando questões econômicas e funcionais, indo na contramão do que os modelos de planejamentos urbanos convencionais tradicionalmente pautam-se. Em 2014, o Ticp foi transformado em lei pelo Plano Diretor Estratégico (PDE) da Cidade de



Fonte: Agência Queixada.

São Paulo (Lei n. 16.050, de 31 de julho de 2014),<sup>3</sup> como ferramenta de gestão participativa e fomento à educação cultural.

Diante desse contexto, desenvolveu-se um modelo capaz de dar forma, articular e organizar de maneira dinâmica as lutas locais, para que essas memórias fossem acessíveis à comunidade e à população em geral. Desse desdobramento, cria-se um museu social, o Museu Territorial de Interesse da Cultura e da Paisagem Tekoa Jopo'í, nome no idioma guarani que significa “lógica econômica dos povos guaranis”: “Quanto mais você doa mais prestígio você tem”.

O museu sugere diálogos, conecta movimentos sociais, resgata

a memória da região, divulga as lutas que acontecem no território através de mecanismos vivos de ações coletivas e incentiva a sustentabilidade local. Foram mapeados lugares de interesse da história, do afeto, do ambiente, das lutas sociais abarcados na região de Perus, Anhanguera e Jaraguá. Assim, narrativas são produzidas em forma de trilhas educativas que possibilitam diferentes percursos e olhares educativos e culturais.

A região possui grandes riquezas minerais, principal atividade responsável pela exploração econômica desde a época colonial até os dias atuais. Atualmente, a área é considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) a reserva da biosfera do cinturão verde da cidade de São Paulo. Com parte de seu território preservado – grande cobertura vegetal, remanescentes nativos, conjuntos de bacia hidrográfica tributária do rio Juqueri, morros e rios –, fortalecem-se a conectividade ecológica e a manutenção da biodiversidade. Compõem essa paisagem o parque Anhanguera, o parque estadual do Jaraguá

e a serra da Cantareira, que abrigam um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica da região metropolitana de São Paulo, formando uma importante unidade de conservação integral para o patrimônio histórico e ambiental de interesse para a sociedade.

O pico do Jaraguá sempre foi um espaço estratégico na circulação dos indígenas no passado, e hoje compõe a menor reserva indígena do Brasil. Os territórios indígenas dos guarani mbya surgem com a chegada da então cacique Kerexu ou Jandira e Augusto Venício, vindos de Itanhaém, na década de 1960, formando a Tekoa Ytu e posteriores Tekoa Pyau e Tekoa Itakupe, ainda sem demarcação e em situação de vulnerabilidade grave. Atualmente os territórios indígenas do Jaraguá se constituem como novos espaços de ocupação indígena, a exemplo da Tekoa Yvy Porã, Ita Endy e Ita Vera.

A região desempenhou um importante papel na ocupação da cidade de São Paulo, e destaca-se pela descoberta de ouro no sopé do pico do Jaraguá e no córrego Santa Fé. No ciclo do ouro, foi inicialmente explorada por Afonso Sardinha, onde fez morada no casarão Bandeirista (de 1580) com vestígios arqueológicos de poços de lavra de ouro em área contígua ao parque. Despertada a atenção dos bandeirantes por esse território, eles realizavam expedições de exploração da colônia, faziam comércio do excedente que traziam para a metrópole, além de aprisionarem e escravizarem indígenas e angolanos desde os fins do século XVI. Restaram desse processo as cavas de ouro do Jaraguá, localizadas na região de Jaraguá e Anhanguera.

Outro momento que marca ainda a grande relevância dessa área como acervo de bens patrimoniais tombados é o da expansão da produção de café do interior paulista. Devido ao volume de café, em 1867 se deu a construção – com mão de obra escrava – da estrada de ferro São Paulo Railway – mais conhecida como Santos-Jundiaí – e nela a estação Perus. Esta foi construída como ponto de abastecimento para as locomotivas e foi a partir dela que começou o processo de urbanização do bairro de Perus.

Em 1909 inicia-se a construção de um ramal da Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus Pirapora (CIEPPP) com o objetivo de transportar romeiros para o santuário de Pirapora de Bom Jesus. Com seu projeto modificado, e inaugurado em 1914, o ramal nunca chegou a seu objetivo inicial, funcionando como transporte de matéria-prima nas pedreiras de calcário na região do Gato Preto (Cajamar) para a Fábrica de Cimento Perus. Conhecida como Estrada de Ferro Perus-Pirapora (EFPP) e famosa por sua bitola de 60 cm (linha-tron-

co), a ferrovia funcionou de 1914 a 1983, quando foi desativada ao se encerrarem as atividades da Fábrica de Cimento de Perus.

Com a linha férrea construída e um acúmulo de matéria-prima exorbitante no território, abriu-se caminho para a instalação da primeira fábrica de cimento de grande porte no Brasil, a qual passou a ser construída em 1924. Com suas máquinas de alta tecnologia, em 24 de abril de 1926 foi produzida a primeira leva de cimento na então Companhia de Cimento Portland Perus, mais conhecida como “Fábrica de Cimento de Perus”.

Se no período de exploração do ouro iniciada no século XVI as pacatas terras compostas por grandes fazendas na região resistiam, depois da chegada da fábrica esse cenário muda rapidamente: pessoas de todos os lugares da Europa e do Brasil começam a chegar e a formar a população local. O cimento impulsionou o bairro, a produção não cessava, demandava muita mão de obra. Assim, foram construídas as primeiras vilas operárias em torno do terreno da fábrica.

Os casarões maiores eram ocupados pelos trabalhadores que tinham maior qualificação, e a Vila Triângulo, pelos operários. Além dessas moradias, posteriormente foram loteadas as fazendas próximas à fábrica, surgindo as vilas do bairro de Perus. Depois de uma década, a fábrica era a principal fornecedora de cimento no Brasil, contribuindo em grande escala com a urbanização da cidade paulista.

Em 1951 a fábrica passa por uma mudança de gestão. José João Abdalla, deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) e secretário do Trabalho, adquire a fábrica, a ferrovia, as pedreiras e o sítio Santa Fé. Com uma gestão

**TRILHA**  
da Memória  
Queixada, Fábrica  
de Cimento  
Perus, 2018  
Foto: Karen  
Siqueira



Fonte: Agência Queixada.

polêmica, o J. J. Abdalla fica conhecido como o “mau patrão” (apelido conferido pelo jornal *O Estado de São Paulo*). Isso se deu pelo processo de degradação, demissões e a falta de manutenção da fábrica.

Devido às más condições de trabalho, os operários se organizaram através do Sindicato dos Queixadas (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo), e em 1958 houve a primeira greve geral na fábrica, que durou 46 dias. Foi nesse período que a organização operária recebeu o apelido de “Queixadas”, referência aos porcos-do-mato que, quando se sentem ameaçados, atacam em bando.

De 1959 a 1962 a fábrica vira cenário de diversas lutas trabalhistas. Em 14 de maio de 1962, pela falta de diálogo e pela quebra de alguns acordos estabelecidos em outras paralisações, os operários Queixadas iniciam a maior greve no complexo cimenteiro – sete anos. Inspirados em princípios da não violência de Gandhi e Martin Luther King, os operários expressaram sua luta através da “Firmeza-Permanente”,<sup>4</sup> que rege as práticas de uma ação política direta, pacífica e permanente na luta por justiça e garantia de direitos sociais.

Com o término da greve em 1969 e a vitória parcialmente conquistada, os tribunais decretaram processo favorável aos 501 trabalhadores estáveis. Em 1973 a justiça penhora a produção como garantia aos pagamentos dos salários e a presidência da República confisca a fábrica, a ferrovia, a pedreira e o sítio Santa Fé – transformado parte no parque Anhanguera e parte no aterro sanitário Bandeirantes –,<sup>5</sup> e dá falência à fábrica. No ano seguinte, a União, no Governo Geisel, pagou todos os salários atrasados e, sete anos depois do processo, a fábrica e a pedreira foram à leilão a fim de ressarcir o valor, e novamente foram arrematadas pelo Grupo Abdalla. A fábrica funcionou até 1987 de forma precária, tornando-se obsoleta até seu fechamento definitivo.

Durante o percurso da grande greve dos Queixadas, instalou-se, depois de dois anos do início da greve de 1962, o regime militar no Brasil, que

**MONUMENTO**  
Vala Comum  
de Perus, 2018

também deixou sua marca no território. Os Queixadas passaram por repressão das forças de segurança, o Exército chegou a ocupar Perus e o município vizinho Cajamar, o que não foi suficiente para sufocar os cimenteiros insatisfeitos.

As primeiras medidas repressivas da ditadura foram tomadas logo depois do golpe, como cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos, demissões de funcionários públicos, expulsão de militares das Forças Armadas e anos seguintes mais severamente prendendo, torturando e matando diversos estudantes, líderes religiosos, intelectuais e sindicalistas da época. E, em meio a esse cenário, o Cemitério Dom Bosco, conhecido como “Cemitério de Perus” e recentemente renomeado “Colina dos Mártires”, foi construído. Trata-se de uma necrópole localizada na cidade de São Paulo, no limite da subprefeitura de Perus com divisão geográfica da cidade de Caieiras, criada em 1971 pelo então prefeito Paulo Maluf. E em setembro de 1990, depois do trabalho de pesquisa do jornalista Caco Barcellos para a produção do livro *Rota 66*, a prefeitura de São Paulo, na gestão da Luiza Erundina, fez uma escavação no local, encontrando e exumando 1.049 sacos contendo ossadas de centenas de corpos, muitos deles misturados e sem identificação por terem seus sacos abertos ou danificados. A partir de então se passa a conhecer a “vala clandestina de Perus”.

Na época a prefeitura fez um convênio com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para o estudo das ossadas. Em 2002, as ossadas foram levadas para o Cemitério do Araçá, em São Paulo – onde ainda se encontram –, sob responsabilidade da Universidade de São Paulo (USP). Em 2014 constituiu-se o Grupo de Trabalho Perus (GTP), originando o Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (Caaf), parceria entre secretaria de Direitos Humanos da presidência da República, prefeitura de São Paulo, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e moradores locais.

O território esbanja uma farta história com diversos patrimônios tombados e a alegria de também possuir farta quantidade de movimentos sociais, grupos, coletivos, iniciativas e atividades artísticas e culturais, além de imenso potencial ecoturístico. Destaca-se, por exemplo, o assentamento rural Comuna da Terra Irmã Alberta – único assentamento do município de São Paulo. O terreno ocupado em 20 de julho de 2002 pertencia à Sabesp, onde estava sendo pleiteado um novo lixão no distrito de Perus e uma estação de tratamento de efluentes (ETE), o que não foi aceito pela comunidade do bairro. Para os moradores seria o deslocamento de

mais um aterro Bandeirantes para o local – considerando a luta histórica que a população travou para encerrar o “lixão”, como era chamado depois de quase trinta anos ativo.

Foi nesse sentido que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se organizou e se juntou à mobilização local ocupando o terreno. Nos dias atuais, o assentamento trabalha em parceria com os coletivos locais, ofertando formação agroecológica, além de escoar produtos orgânicos através de cestas de alimentos, garantindo, através de doações, a alimentação de muitas famílias nesse cenário pandêmico.

Nessa mesma perspectiva de ocupação e de dar função social aos espaços ociosos, os coletivos culturais se organizam para a empreitada e ocupam dois prédios públicos. As ocupações Canhoba e Casa Hip Hop Perus surgem e atuam no bairro de Perus desde fevereiro de 2016 de forma independente e autônoma, em ação para a democratização de acesso e produção cultural, compreendendo o território periférico, não somente por seus problemas e demandas básicas, mas também por suas potencialidades, tendo fundamentalmente a identidade periférica, a juventude, a arte e a cultura como instrumentos de enriquecimento do universo imaginário e do conhecimento. Exercendo a função social da propriedade, reduzindo a escassez de espaços culturais públicos no bairro e proporcionando um espaço de integração e fruição artística na busca permanente pela transformação positiva da realidade, as ocupações culturais de Perus têm a arte e a cultura como um exercício duradouro e um direito básico da cidadania.

Vale destacar nesse processo de revitalização e ressignificação de espaços públicos as iniciativas



# T

## rês marcos da saúde pública em São Paulo

Anderson Félix de Sá



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

**COMBASE** no acervo fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo e do Instituto Butantan, foram selecionadas imagens de três conjuntos arquitetônicos da cidade já desaparecidos que foram relevantes no combate a epidemias no final do século XIX e no início do século XX: o Lazareto dos Variolosos, o Instituto Vacinogênico e o Instituto de Medicamentos Oficiais. A partir dessa iconografia e de informações pesquisadas em bibliografia e documentos pertinentes, discutem-se aspectos históricos e de memória da saúde pública.

**LAZARETO**  
em litografia  
de Jules Martin,  
c. 1880. Nota-  
-se o alpendre  
na entrada, as  
ventilações  
(gateiras) no  
embasamento  
e o lanternim de  
ventilação no  
telhado

Dentro do tema tão atual do combate a uma epidemia e tendo como base acervos fotográficos, é possível esboçar a trajetória da ciência captada através de objetos hoje não mais existentes. Seguindo essa linha, selecionei três obras arquitetônicas já desaparecidas ligadas à saúde e ao combate a epidemias em três momentos, todos na passagem do século XIX para o XX em São Paulo: o Lazareto dos Variolosos, o Instituto Vacinogênico e o Instituto de Medicamentos Oficiais. Além do interesse arquitetônico, tais objetos possuíam

outras camadas de informações e memórias decorrentes de seu papel no desenvolvimento da saúde pública no Estado.

O Lazareto dos Variolosos, ou Hospital dos Variolosos, foi inaugurado em 1880 por iniciativa da Câmara Municipal de São Paulo para ajudar a combater as recorrentes epidemias de varíola (cha-

mada popularmente de “bexiga”) no terreno junto à estrada dos Pinheiros, hoje avenida Rebouças. O contexto era das teorias sanitárias miasmáticas e neo-hipocráticas, que recomendavam a instalação de hospitais em locais afastados dos núcleos urbanos, bem ventilados, ensolarados e sem riscos de inundações. Do ponto de vista arquitetônico, as teorias defendiam edifícios pavilhonares (blocos isolados de até dois pavimentos), permanentemente arejados, com alas isoladas conforme enfermidades e materiais de fácil limpeza. Tais premissas foram seguidas nesse edifício, construído sob projeto do engenheiro Ignácio Wallace da Gama Cochrane, neste que se tornaria o maior complexo de saúde da América Latina, hoje conhecido como “conjunto do Hospital das Clínicas”, ou “quadrilátero da saúde”, fundamental no combate às epidemias de varíola, febre amarela, peste bubônica e meningite, entre outras.

O Lazareto dos Variolosos, marco inicial desse complexo, permaneceu em uso com diversas adaptações para atender outros enfermos. Com a implantação do Cemitério do Araçá e a abertura da avenida Municipal (atual avenida Doutor Arnaldo) próximo ao prédio, os doentes foram transferidos, e esse pavilhão passou por acréscimos para atender a outras enfermidades. As fo-

tos do acervo do Museu da Cidade de São Paulo mostram esse isolamento do Lazareto e seu entorno semirural. Os dispositivos de ventilação zenital (entradas de ar pela cobertura) e a construção com alvenaria de tijolos também eram inovações na época, em que a frágil taipa de pilão (paredes de barro) ainda era a técnica largamente adotada na cidade.

A dinâmica das atividades científicas exige alterações e adaptações constantes e, em 1964, diante da iminência de sua demolição para a construção de novas instalações, o então diretor do conjunto Octávio Martins de Toledo declarou como “lastimável que um Pavilhão tão glorioso estivesse condenado à demolição quando, por respeito ao seu passado, deveria ser conservado como patrimônio histórico do Estado e da Nação”.<sup>1</sup> O apelo não foi atendido e em 1969 o antigo Lazareto foi demolido para que se alargasse a avenida Doutor Arnaldo. Restaram dos primórdios do conjunto três pavilhões, hoje tombados pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp).

Se o final do império, época de criação do Lazareto dos Variolosos, foi caracterizado por uma medicina baseada em ações sanitárias de tom policial, o novo regime

**ABERTURA** da avenida Municipal, atual avenida Dr. Arnaldo, 1900. Vê-se ao fundo o Lazareto dos Variolosos, que passou a atender outras enfermidades após a construção da via



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

**ANTIGA PORTARIA** do conjunto do Hospital de Isolamento, 1911. Ao fundo, à direita, vê-se o Lazareto dos Variolosos. Nenhum dos edifícios da foto existe atualmente

republicano federativo deu aos estados mais autonomia para gerir seus órgãos de saúde com base na medicina experimental. Nesse contexto, São Paulo criou o Serviço Sanitário em 1892, com novos encaminhamentos no fazer científico e no atendimento, ainda que adaptando algumas estruturas do império. Um dos órgãos vinculados ao Serviço Sanitário foi o Instituto Vacinogênico, testemunho da reafirmação da opção pela ciência em seu estágio mais avançado, ou seja, pela microbiologia pasteuriana, afastando-se das teorias miasmáticas. O Decreto n. 92, de 1892, definia como atribuições do órgão “fornecer, a todo o tempo e em quantidade indeterminada, vírus vacínico às administrações, aos médicos e mesmo a particulares”. Cabia ao Instituto Va-

cinogênico suprir as demandas do Estado, na época ainda dependente de produtos de Manguinhos e de fornecedores internacionais, como o Instituto Pasteur.

O primeiro diretor do Instituto Vacinogênico foi Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, e suas instalações foram construídas em terreno na rua Pires da Mota, Cambuci. O conjunto, formado por cinco pavilhões, teve projeto do Escritório Técnico do Banco União e execução da Superintendência de Obras Públicas. Suas linhas combinavam linguagens ecléticas do final do século com características da arquitetura “higiénica”, como amplas aberturas (teladas contra insetos), separação de acessos e funções, e espaços e equipamentos específicos para as atividades científicas, como laboratórios, baias e mesas para trabalho com animais, câmara frigorífica para preservação de vacinas, além dos ambientes administrativos e biblioteca, distribuídos nos pavilhões. Era, portanto, um conjunto racional, com as melhores técnicas da época, administrado por cientistas de grande capacidade. Graças ao Instituto Vacinogênico, em colaboração com outros órgãos do Serviço Sanitário, foram debeladas diversas epidemias no início do século XX. Notável por seu

papel no estabelecimento da ciência de ponta, esse conjunto foi ocupado até 1924, e depois demolido, quando as atividades foram transferidas para o Instituto Butantan.

O Instituto Butantan, que nasceu como “Instituto Serumtherapico do Estado” em 1901 sob direção do médico Vital Brazil para produção de soros contra a peste bubônica, alargou suas atividades gradativamente, incluindo a medicina experimental, a formação de cientistas e pesquisas em ofidismo, em que se destacou mundialmente. Mas em 1919, na esteira de uma reforma administrativa promovida pelo Dr. Artur Neiva, diretor do Serviço Sanitário que substituiu Emílio Ribas, foi criado o Instituto de Medica-

mentos Oficiais, tendo como objetivo fabricar e fornecer fármacos contra malária, sífilis, entre outras doenças, junto à pesquisa de substâncias extraídas do Horto Oswaldo Cruz, no mesmo campus. Seu edifício recebeu o nome de “Pavilhão João Florêncio Gomes”, em homenagem ao cientista que substituiria Vital Brazil, mas morreu em 1919 vitimado pelo surto de gripe espanhola. As características arquitetônicas seguiam a prática, ainda comum na época, de combinar estéticas historicistas (no caso italianizantes) a detalhes sanitários avançados, como aberturas verticalizadas, pontos de ventilação junto aos pisos (gateiras), revestimentos impermeáveis, sistemas de aquecimento e esterilização, e implantação isolada do edifício. Segundo relatório do Instituto em 1919, o pavilhão, em “estilo campal”, possuía frente assobradada e instalações de água, esgoto, gás, luz elétrica, telefone e gerador.

Disputas internas estimularam o rápido fechamento do departamento, e o edifício abrigaria outras atividades de pesquisa e de museu de ciência, sendo demo-

**INSTITUTO VACINOGENICO,** pavilhão principal de laboratórios, c. 1905. O conjunto combinava linguagens arquitetônicas historicistas a exigências sanitárias



Fonte: Acervo do Instituto Butantan.



Fonte: Acervo do Instituto Butantan.

**VISTA GERAL** do conjunto do Instituto Vacinogênico, no bairro do Cambuci, c. 1905. A rua Pires da Mota ainda não era pavimentada

**PAVILHÃO** João Florêncio Gomes (Instituto de Medicamentos Oficiais), c. 1930. O prédio possuía muitos avanços em suas instalações



Fonte: Acervo do Instituto Butantan.



Fonte: Acervo do Instituto Butantan.

**INSTITUTO VACINOGENICO,** visão interna do laboratório, c. 1905. As instalações e características construtivas eram das mais avançadas.

lido em 1963. O momento de sua instalação foi marcado também pela controvérsia em que o Instituto Butantan delegou à Casa Armbrust a comercialização de seus fármacos, sob críticas de alguns cientistas, devido aos prejuízos do órgão. Essa fase começa a indicar a relação entre as indústrias farmacêuticas e os órgãos públicos de pesquisa em produção em saúde, o que mudaria as dinâmicas no setor com seus prós e contras.

Muitas características dessa fase podiam ser “lidas” em seus espaços, fossem edifícios, conjuntos, equipamentos ou mobiliário. Tais objetos eram testemunhos, documentos. Quais eram exatamente

os materiais utilizados? Quais eram autóctones e quais eram importados? Quais profissionais trabalharam em sua construção e seu uso? Havia soluções técnicas originais para higiene e funcionalidade? Houve princípios sanitários e científicos conflitantes? Muitas respostas e reflexões caíram no esquecimento com a perda dos objetos. Além disso, estes traziam a inegável memória e simbologia de uma opção pela ciência e pelo oferecimento de um sistema de saúde pública; não sem controvérsias: havia certo caráter ufanista em sua defesa e elitismo nos indefectíveis “pavilhões de classe”. As controvérsias são parte dos documentos e fontes de reflexão. Na falta dos objetos (e o desaparecimento também diz muito), iconografia e fotografia constituem fontes preciosas de memória, e esses acervos de imagem, com o trabalho museológico ligado a eles, devem ser valorizados. Além de sua relevância intrínseca, os acervos de imagens são registros de ausências. “Ausência”... Palavra tão presente nestes tempos. 



Fonte: Acervo do Instituto Butantan.

**INSTITUTO VACINOGENICO,** pavilhão de baía de vitelos para vacinação, c. 1905

**Anderson Félix de Sá** é arquiteto e pesquisador, mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) na área de patrimônio cultural, e integra a equipe técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), SP

## referência

1. CYTRYNOWICZ, M. M.; CYTRYNOWICZ, R.; STÜCKER, A. **Do Lazareto dos Variolosos ao Instituto de Infectologia** **Emílio Ribas:** 130 anos de história da saúde pública no Brasil. São Paulo: Narrativa Um, 2010. p. 121.

# O retrato de uma nação doente

Mariana Rezende

Tudo escuro. É noite. Isolada em um canto de sua cela está Santa. Ela faz das palavras da bíblia o seu escudo de proteção contra “o mal”. E assim começa o texto dramático *A mancha roxa*, do autor Plínio Marcos (1988), marcado pela presença dessa personagem tão complexa (mulher, cristã e detenta por ter matado o seu próprio marido). Não é só esta obra teatral de Plínio que conta com complexidade em suas personagens, toda a sua obra contém figuras assim, e trazem a marginalidade para o centro do palco. Por conta disso, Plínio sofreu muita perseguição durante a ditadura militar, tendo muitas de suas obras censuradas por tocarem em temas considerados tabus.

Outras cinco mulheres dividem também a mesma cela com Santa. São elas: Professora, Doutor, Isa, Tita e Linda. As seis são as protagonistas dessa história.

História esta de abandono, de terror, de doença e podridão de todo um sistema. Não há Deus para salvá-las da mancha roxa. Mancha esta que é vista pela primeira vez por Doutor (detenta e ex-enfermeira) no corpo de Isa (namorada de Linda). E que, de repente, se alastra para as demais. Não há escapatória. Pega pelo sexo, pela seringa da droga e pelo sangue, tudo fica roxo! Exceto Santa, que não se envolve muito com

suas colegas e não pega a roxa. Mas no final acaba sendo também “manchada” por suas colegas de cela (passam a roxa para ela).

A obra de Plínio abre uma discussão sobre o falso entendimento da fé/religião como salvação para determinadas doenças, que no caso é a aids. Esse texto, escrito em 1988, conversa também com o momento em que vivemos hoje da pandemia da covid-19, no qual vemos o conhecimento científico sendo questionado a todo instante e negado.

Aparentemente, tanto na obra ficcional de Plínio Marcos quanto na realidade vigente, os deuses e o Estado se ausentaram de cuidar das periferias, dos presídios, enfim, dos lugares onde se encontra a população mais pobre, de onde também saem a maioria dos corpos que enchem as valas, os caixões e as câmaras frigoríficas.

“[...] e não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do Mal. Amém!”

O Estado é responsável por mim. Pela Isa. Pela Linda. Pela Tita. Por você, Doutor. Pela Santa. Se eu fiquei com a roxa, eles têm que me tratar. Têm que me deixar limpa. Têm que me limpar e me devolver limpa pro convívio social.

É isso. É obrigação do Estado.

Têm que me livrar da roxa [...]. Vou berrar. Exigir. Cobrar. Perturbar. Mostrar a injustiça que fazem com a gente. Pra acreditar que minha vida

valeu, pra acreditar que apesar de tudo valeu matar o homem que me sufocava, eu tenho que continuar a lutar contra o sufoco. Eu não posso ficar aqui sentada, bem comportada, quieta, esperando a roxa me roer até os ossos. Vou berrar [...]. Ninguém ouviu.

O Estado é surdo. Os promotores, os juizes, os políticos são todos surdos. O governador é surdo. Todos são surdos.

Esta é uma das falas da personagem Professora, que reagiu ao descaso do poder público em um contexto de 33 anos atrás, mas que, infelizmente, ainda cabe para os dias de hoje.

No passado e no presente sempre houve e ainda há gente gritando: “olhai por nós”, mas ninguém nunca escuta quem nasceu já marcado para não ter direito a voz alguma. 

**Mariana Rezende** é graduada em Comunicação das Artes do Corpo pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, atriz e iluminadora no grupo de artes do corpo Cia Solitária e educadora do Museu da Cidade de São Paulo

## referências

FREITAS, Daelcio. **Plínio Marcos**: Dramaturgo brasileiro. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/plinio-marcos.htm>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MARCOS, Plínio. **Obras teatrais**: atrás desses muros. PECORA, Alcir, (Org.). Rio de Janeiro: Funarte, 2016. 240p (Obras Teatrais, volume 1).

\_\_\_\_\_. **A mancha roxa**. São Paulo: [s. n.], 1988.

**Plínio Marcos de Barros** nasceu em Santos - SP, em 1935, e faleceu em São Paulo - SP, em 1999. Foi ator, jornalista, diretor e autor. Seu trabalho sempre tratou de temas tabus. Algumas de suas obras mais conhecidas: *Barrela* (1958), *Dois perdidos numa noite suja* (1966), *Navalha na carne* (1967), *Quando as máquinas param* (1972) e *Madame Blavatsky* (1985).



**PLÍNIO MARCOS** (1970)  
Fotógrafo: Desconhecido  
Arquivo Nacional Fundo  
Correio da Manhã

# A vida não é útil

Eloisa Torrão

A partir da noção de que os brancos conviveram com os povos indígenas, “depois se esqueceram quem eram e foram viver de outro jeito”, em *A vida não é útil*, Ailton Krenak, ativista do movimento de defesa dos direitos indígenas e importante sujeito para a conquista da aprovação dos Artigos 231 e 232 da Constituição de 1988, discorre sobre as possibilidades de percepção do deserto de sonhos que vivemos atualmente, enfrentando deslocamentos e contágios reflexivos promovidos pela pandemia.

O livro apresenta um compilado de textos, divididos em cinco capítulos, elaborados a partir de palestras realizadas pelo autor. Palestras que investigam e questionam temas pertinentes às instituições da humanidade, esta que, com frequência, se mostra como mera construção histórica sem qualquer parâmetro de qualidade sobre a vida, a memória, o território e a natureza. Na verdade, Ailton também nos convida a refletir sobre esse tanto de conceitos que usamos para compreender a nossa relação com tudo aquilo que é vivo.

Para tantos povos implicados em resistir e viver sob a perspectiva de outras cosmologias, “transformar o cemitério urbano” que construímos nas grandes cidades, esse “implante na Terra”, em vida, é uma utopia enquanto não entendermos as linguagens que os rios, as montanhas, o céu, os animais e o ar encontram para se comunicar conosco.

Linguagem esta que é quase clemência para a praga que somos enquanto humanidade inventada que devora tudo ao redor, mas que ainda não percebeu que o consumo desenfreado é, na verdade, a destruição da nossa própria espécie, visto que, mesmo com a nossa autoextinção, “todo o resto da Terra vai continuar existindo”. O vírus só

mata o ser humano e não precisa de dinheiro, grandes máquinas, instituições, conceitos, acúmulo. A linguagem da Terra para nos alertar é muito simples: basta nos tirar do ar por poucos segundos. O futuro é incerto como sempre foi e esse tal coronavírus, ao contrário de nós, pode transitar livremente, adormecer e acordar multiplicado em fortalecidas variantes, no entanto, isso ainda não assegura que o coração humano se modifique. Podemos, ainda, continuar nessa trilha necropolítica até extinguir esse e outros planetas de forma cada vez mais qualificada, sob o mito da sustentabilidade, por exemplo.

Nesse sentido, a boa notícia é que vivemos um momento decisivo. Quem pensa que tudo voltará ao modo como vivíamos antes da pandemia possivelmente está equivocado. A criação do novo mundo já aconteceu e segue acontecendo aqui e agora, mesmo na experiência dolorosa do desastre e da falta de memória da civilização colonizada que somos. O autor aponta para a direção de quem bem percebe essa experiência de fruição e de livre dança com o universo, pouco útil ao capitalismo, que é a vida: “quando aparecer um deserto, o atravesse”. Sempre é possível caminhar sonhando. 



**Ailton Krenak** nasceu em 1953, na região do vale do rio Doce, território do povo Krenak. É ativista do movimento socioambiental e de defesa dos direitos indígenas, organizou a Aliança dos Povos da Floresta, contribuiu para a criação da União das Nações Indígenas, é coautor da proposta da Unesco que criou a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e doutor honoris causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora

**Eloisa Torrão** é formada em Arte: História, Crítica e Curadoria pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), atuou como artista e educadora em grupos libertários norteados pela educação anarquista e atualmente é educadora do Museu da Cidade de São Paulo

**N**esta seção sugerem-se referências complementares sobre o assunto tratado nesta edição de *Memoricidade*, as quais permitem a ampliação de repertório e de consciência crítica dos leitores. Na perspectiva de contribuir para o aprofundamento do tema “cidade e pandemia”, indicam-se quatro obras significativas para a reflexão sobre o cotidiano da cidade de São Paulo.

### Filme



#### O FÍSICO

**Direção:** Philipp Stölzl

**Roteiro:** Jan Berger, Noah Gordon

**Elenco:** Tom Payne (II), Ben Kingsley, Stellan Skarsgård  
Alemanha, 2h 35min, Aventura, Drama, Histórico

O filme foi também traduzido no Brasil como: *O médico*, mas depois foi feita a tradução literal para dar fidelidade ao livro de Noah Gordon — na época não havia a profissão de médico.

O enredo se passa na Inglaterra, no século XI. Ainda criança, Rob vê sua mãe morrer em decorrência da “doença do lado”. O garoto cresce sob os cuidados de Bader (Stellan Skarsgård), o barbeiro local que vende bebidas que prometem curar doenças. Ao crescer, Rob (Tom Payne) aprende tudo o que Bader sabe sobre cuidar de pessoas doentes, mas ele sonha em saber mais. Depois de Bader passar por uma operação nos olhos, Rob descobre que na Pérsia há um médico famoso, Ibn Sina (Ben Kingsley), que coordena um hospital, algo impensável na Inglaterra. Para aprender com ele, Rob aceita não apenas fazer uma longa viagem rumo à Ásia, mas também esconde o fato de ser cristão, já que apenas judeus e árabes podem entrar na Pérsia.

O filme pode ser visto nas plataformas de *streaming* e em canais de TV por assinatura.

Divulgação: Site AdoroCinema



Para assistir ao trailer on-line:

### Livros



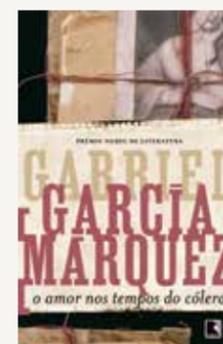
#### A BAILARINA DA MORTE: A gripe espanhola no Brasil

Lilia Moritz Schwarcz e  
Heloisa Murgel Starling

**Editora:** Companhia das Letras  
368 páginas

No início do século XX, uma doença chegou ao Brasil a bordo de navios vindos da Europa. A gripe espanhola, como ficou conhecida a explosão pandêmica de uma mutação particularmente letal do vírus H1N1, matou

dezenas de milhares de pessoas no país e cerca de 50 milhões no mundo inteiro. Altamente contagiosa, a moléstia atingiu todas as regiões brasileiras. A “influenza hespanhola” paralisou a economia e desnudou a precariedade dos serviços de saúde. Disputas políticas e atitudes negacionistas de médicos e governantes potencializaram o massacre, que vitimou sobretudo os pobres. Iludida por estatísticas maquiadas e falsas curas milagrosas, a população ficou à mercê do vírus até o súbito declínio da epidemia, no começo de 1919. A partir de um vasto acervo de fontes e imagens da época, Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling recriam o cotidiano da vida e da morte durante o reinado de terror da “gripe bailarina”, uma das maiores pandemias da história.  
Fonte: Companhia das Letras.



#### O AMOR NOS TEMPOS DO CÓLERA

Gabriel García Márquez

**Editora:** Record  
432 páginas

*O amor nos tempos do cólera*, como seu próprio nome entrega, é uma belíssima história de amor, daquelas pontuadas por cartas perfumadas e pétalas de flores prensadas

entre as folhas. E não apenas uma simples história, mas um grande tratado do amor. O tratado nunca escrito por Florentino Ariza, que guardava em três volumes três mil modelos de cartas para namorados, nos quais estavam todas as possibilidades do amor. O amor apaixonado da adolescência, o amor conjugal, o clandestino, o tímido, o amor sexual ou libertino. O tédio do amor, suas lutas, esquecimentos, metamorfoses, suas deslealdades e doenças, triunfos, angústias e prazeres. O amor por carta, o despertar desse amor, próximo ou distante, o amor louco. O amor de meio século, que encontra os amantes septuagenários se tocando pela primeira vez. O amor que se guarda e espera, enfim, sua realização.

Fonte: Record.



#### SOBRE ESTAR DOENTE

Virginia Woolf

**Editora:** Nós  
128 páginas

*Sobre estar doente* atualiza nossa noção de precariedade subjetiva para lidar com as doenças (nada mais atual que isso) e mostra como a literatura foi deixando essa lacuna ao longo do tempo, talvez por isso mesmo, dificultando o desenvolvimento em nós de uma capacidade linguística e corporal para lidar e suportar e superar as doenças de um modo geral.

Fonte: Nós.

Nádia Bosqué  
Natália Godinho da Silva

# Função educativa em espaços de cultura



Fonte: Divulgação do Núcleo de Formação e Desenvolvimento de Públicos – Núcleo Educativo do Museu da Cidade de São Paulo.

**ESTE ENSAIO** visa a uma breve reflexão a respeito da função educativa em espaços de cultura e procura encontrar inquietações que foram motrizes para o Núcleo de Formação e Desenvolvimento de Públicos – Núcleo Educativo do Museu da Cidade de São Paulo.

## Reinvenção

No campo da filosofia, entende-se a linguagem como o que torna a humanidade essencialmente diferente das outras espécies, e é através dela que o mundo nos é apresentado e, arrisca-se a dizer, “inventado”.

As condições impostas pela pandemia da covid-19 trouxeram a invenção como uma necessidade de sobrevivência, e para a área de cultura e educação só foi possível uma pequena sustentabilidade por ser um campo, sumariamente, sustentado pela comunicação, articulado por meio de diversas linguagens. Não há necessidade de um extenso preâmbulo para comprovar que esses espaços, desde meados de 2020, precisaram correr contra o tempo – como em um longo percurso que precisa ser feito rapidamente, estamos correndo. Algo que é inerente à cidade de São Paulo. Por aqui, carrega-se a fama da correria; todavia, paradoxalmente, por um instante tudo pareceu congelar, passaram-se dias sem dimensões práticas do que faríamos como sociedade diante de uma crise mundial, sem saber quanto tempo esse cenário duraria. Como esperar não foi possível, passamos então a “esperançar”, como reinventou Paulo Freire, a esperança em verbo.

Durante esse período, não há dúvida quanto à transformação na dinâmica das instituições culturais: algumas buscaram novas estratégias de atuação, com enfoque no comprometimento social e no bem-estar da sociedade; museus se converteram em postos de vacinação (Museu da República); instituições culturais promoveram debates, disponibilizando seus espaços, arrecadando máscaras e suprimentos, entre tantas outras ações.

A pandemia evidenciou a urgência de posicionamentos políticos, não há espaço para isenções. No meio de uma desonesta disputa de narrativas, instituições encontraram meios de contribuir, como o Comitê Brasileiro do International Council of Museums (ICOM)

quando lançou a campanha #Museuspelavida, com o intuito de divulgar informações corretas sobre vacinação e adoção de práticas de prevenção contra a covid-19.

Contudo, apesar dos esforços, a disputa de narrativas permanece e contribui para a distorção dos fatos científicos e sociais, prolongando a crise sanitária. Uma vez mais, a população pobre, negra e periférica é a mais atingida, com altos números de morte, vítimas não apenas do vírus, mas de estruturas criadas para promover a exclusão.

Não é possível abraçar o território sem se enlutar diante dos últimos acontecimentos, em meio a uma crise sanitária e uma luta pelos direitos básicos, os quais incluem cultura e educação. Sendo assim, hoje se lida com as consequências geradas carregando a sensação do retorno iminente de uma guerra. Benjamin,<sup>1</sup> ao falar da experiência que atravessa a todos, cita a ausência de narrativa de um combatente que retorna da guerra, na pobreza de “experiências comunicáveis” quando descritas em livros, absolutamente diferente da experiência oral.

Neste ponto há um paralelo possível entre o trabalho dos profissionais da educação e a narrativa, seja ela oral ou por meio de outras linguagens. Caminha neste

**VISITA**  
guiada pelos educadores para um grupo de visitantes do Museu.  
Foto: Andréa Faragacci, 2018

Uma vez mais, a população pobre, negra e periférica é a mais atingida, com altos números de morte, vítimas não apenas do vírus, mas de estruturas criadas para promover a exclusão

lugar o desafio atual, encontrar criatividade para re-inventar modos de gerar experiências comunicáveis, com impactos que possam sustentar narrativas outras que não somente do horror, evidentemente, sem ignorar os cenários atuais políticos, sociais e sanitários.

O Museu da Cidade de São Paulo se enquadra na tipologia de museus que tem como acervo operacional a própria cidade e hoje, há dois anos do início de uma pandemia que assola nossas perspectivas, a cidade de São Paulo se transformou. É fato que todo território é dinâmico e mutável, mas mudanças bruscas não são comuns. As casas rurais pertencentes ao Departamento dos Museus Municipais são marcos vivos das diferenças estruturais e culturais de uma cidade que hoje possui arranha-céus com vidros espelhados – é nítida a mudança dessa cultura –, entretanto esta é uma transição de cerca de cem anos.

Olhar para o centro de São Paulo pré-pandemia e durante esta pode não trazer nenhuma diferença arquitetônica evidente, mas certamente há diferenças na dinâmica da cidade. Há reinvenções no modo de circular, de comercializar, de comunicar, habitar e principalmente de educar. A cidade é poliédrica e carrega o caráter educador em que todos os atores sociais atuam contribuindo para essa dinâmica. Qual é a contribuição no espectro da educação que a cidade de São Paulo dará nestes tempos?

### Caminhos do Núcleo Educativo

Se a área da cultura foi uma das mais afetadas pela crise gerada pela pandemia, assim o foi igualmente os núcleos educativos atuantes nas instituições. Há uma ampla discussão e pesquisa em torno das atribuições dos núcleos educativos dentro de museus e instituições culturais; os chamados “espaços de educação não formais”, como o caso do Núcleo Educativo do Museu

da Cidade de São Paulo, são vistos de formas distintas pelo corpo técnico das instituições, pela academia e pela sociedade.

Essa dubiedade sobre qual seria o papel de um núcleo educativo, quais são as práticas esperadas de um educador, ou ainda, sobre a tipologia de “produção” que o núcleo deveria responder, fragiliza a atuação educativa e em uma situação de crise toma contornos trágicos: demissões em massa, acúmulo de trabalho e desvios de função, lamentavelmente, tornam-se situações recorrentes quando o trabalho realizado nos núcleos educativos não é compreendido em sua inteireza e especificidade dentro dos espaços de cultura.

Quanto à vulnerabilidade da equipe de educadores, pode-se vê-la de dois modos:

- Um diz respeito ao vínculo com a instituição na qual trabalha – na maioria das vezes, os profissionais não possuem um vínculo empregatício, e se possuem é com empresas terceirizadas contratadas pela instituição. Essa condição deixa-os à mercê de espaços por vezes insalubres, leva a longas jornadas diárias de trabalho ou demandas não condizentes com o campo da educação.
- O outro lado dessa vulnerabilidade é na própria atuação dos educadores. Ainda é comum ver instituições culturais que entendem a função do educador como guia, orientador de público, monitor ou recepcionista. O educador-pesquisador, ativo, com postura não passiva atrelada ao espaço educativo, que participa da cadeia museológica, em que, por exemplo, pode estar presente no planejamento e na realização de uma exposição, com participação em decisões que perpassam por comunicação, expografia e dinâmicas de visitação, ainda não é a realidade nas instituições culturais e museológicas de São Paulo.

Diante desse complexo cenário, compreendeu-se ser importante refletir sobre a educação e o papel do educador, rever a urgente e necessária pesquisa atrelada aos núcleos educativos, compreender a experiência como ferramenta de aprendizado, exercer práticas educativas para além da oralidade e refletir como no contexto da pandemia se consegue desenvolver ações com impactos efetivos.

A começar pela base: Qual é a proposta educativa do Museu da Cidade de São Paulo?

A função educativa nas instituições culturais é bastante discutida na academia e nos próprios espaços; termos como “arte-educação”, “educação museal”, “educação para o patrimônio” e “educação informal”



Fonte: Divulgação do Núcleo de Formação e Desenvolvimento de Públicos

misturam-se e se complementam no cotidiano dos museus. Contudo, apesar de todas as pesquisas práticas e teóricas de metodologias e filosofias que colocam abaixo conceitos tradicionais, no âmbito da educação ainda é frequente se observarem discursos conservadores sobre as ações educativas.

Esses discursos estruturam-se em pautas que reforçam uma educação limitada e presa em circunstâncias hierarquizadas de aprendizagem, desejos que caminham para a invenção de cartilhas unificadas como estratégias de controle, e não de liberdade, em que se espera o comportamento pacífico daquele que se apresenta como o “aprendiz” ou ainda que retire a possibilidade de reflexão e crítica sobre o que está posto em uma mostra historiográfica ou artística.

Ainda há quem ignore que essa perspectiva pode ceifar a potencialidade da experiência na troca entre os que ali estão, subjugando os presentes e impossibilitando o desenvolvimento crítico, intelectual, artístico, científico ou qualquer outro que possa surgir a partir da experiência prática e do exercício da democracia na educação.

Como sugere Dewey (1959)<sup>2</sup> quando traz a teoria traduzida como “aprender fazendo”, em que a elaboração de um problema a partir do interesse do educando é apresentado e a resolução é proposta de modo democrático, ou seja, com liberdade suficiente para que educador e educando possam expor suas impressões;

**VISITA**  
guiada pelos educadores do Museu da Cidade de São Paulo aos funcionários da limpeza.  
Foto: Andréa Faragacci, 2020

tratar de assuntos dinâmicos com as exposições e ações; lidar com suas tipologias de acervo; bem como com públicos diversos com quem tem pouco tempo para gerar familiaridade, pois o formato desses encontros é curto comparado, por exemplo, ao de professores que acompanham suas turmas durante longos períodos.

Essas características inerentes à equipe de educadores são desafiadoras e geradoras de ações diversas, capazes de transitar entre assuntos transversais, e no contato direto com o público fomenta novas possibilidades de narrativas e aprendizado.

Em 2022, com dois anos de pandemia, quais são as possibilidades de reinvenção e movimento da educação?

### **Pandemia, educação e o Museu da Cidade de São Paulo**

O Museu da Cidade de São Paulo é característico por ter casas rurais espalhadas geograficamente pela cidade, e cada uma contém histórias distintas, mostras e interações com o território particulares, fato este que faz com que a equipe de educadores atue de forma individual, com poucos encontros coletivos.

Paradoxalmente, o período pandêmico transformou o maior desafio da equipe em potência. No modo presencial, a investigação e a construção coletiva eram raras e difusas, no modo remoto, os encontros virtuais possibilitaram uma recorrência de conversas, abrindo caminhos e estabelecendo relações mais dialógicas.

Pode-se dizer que pesquisadores têm uma prática solitária, mas a pesquisa diversas vezes é uma investigação pautada em outras experiências e hipóteses. As estratégias de invenção, de alguma maneira, partem de algo que foi inventado, como uma rede composta por diversas conexões vindas dos diferentes meios experienciados por diferentes atores sociais. E é essa a rede que sugere o aprendizado a partir da investigação coletiva. Sendo assim, investigar coletivamente sobre cultura, história, artes, memória e patrimônio é onde tem morado a formação continuada dos educadores do Núcleo de Formação e Desenvolvimento de Públicos – Núcleo Educativo do Museu da Cidade de São Paulo.

Para haver interação e pesquisa continuada, passou-se então a compreender a equipe do Núcleo Educativo desse departamento como educadores-pesquisadores que lançam olhares para assuntos que circundam São Paulo, bem como sobre as exposições e programações diversas pautadas na cidade e em ações educativas.

Entretanto, há perguntas latentes: Como planejar com antecedência as ações do ano? Como é possível

realizar ações com os espaços fechados e sem público? Como cumprir um planejamento que previa ações no território, produção de material educativo, formação presencial a professores em parceria com a Secretaria de Educação, entre outras ações recorrentes, como o clube de leitura Tramas Urbanas e o evento Sarau LGBTQIA+?

Março de 2020 foi o período mais desafiador para a equipe: surgiam dúvidas sobre como adaptar o planejamento para o modo on-line, quais ferramentas estavam disponíveis, como dividir as demandas sem sobrecarregar a equipe, entre tantas outras.

O caminho se faz caminhando. Freire (1999)<sup>3</sup> tinha razão, pois foi no processo, ao iniciar o percurso, que o Núcleo de Formação e Desenvolvimento de Públicos encontrou o caminho. A jornada iniciou-se com um olhar atento ao acervo fotográfico que contém uma diversidade de imagens da cidade de São Paulo e abre grandes possibilidades de mediações a partir desse importante registro documental das transições paulistanas.

Como papel fundamental na educação em museus e para o patrimônio, a pesquisa nos acervos se faz absolutamente essencial. Com a equipe de educadores em teletrabalho foi possível viabilizar tempo e espaço para a pesquisa neste acervo, acessível à distância. Assim, realizou-se o projeto Vamos Conversar Sobre a Cidade, no qual, junto com o Núcleo de Museologia e Acervos, pôde-se vislumbrar pesquisas sobre praças e parques, grandes avenidas, bairros, povos originários, rios, enchentes, fachadas, cortiços, gentrificação, hospitais e tantos outros assuntos que tangenciam a cidade de São Paulo.



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

### **PARQUE**

Infantil da Vila Romana  
Foto: Benedito Junqueira Duarte, 1947

A partir de breves artigos e imagens do acervo fotográfico, é possível acessar diversas reflexões feitas pela equipe de educadores pelas mídias sociais do Museu da Cidade de São Paulo (basta procurar por #vamosconversar). O intuito desse projeto é difundir o acervo, bem como abrir espaço para dialogar com a população de São Paulo, entendendo os caminhos e repertórios da cidade.

Alinhados aos propósitos do Núcleo Educativo, a segunda jornada foi a elaboração de um material educativo fruto de pesquisa dos educadores-pesquisadores sobre assuntos que circundaram a exposição sistêmica *Infância na história de São Paulo*, com curadoria de Cytrynowicz (2021),<sup>4</sup> a qual esteve em cartaz na Casa

da Imagem, na Casa do Butantã, na Casa do Tatuapé, na Chácara Lane e no Solar da Marquesa de Santos durante os meses de fevereiro a agosto de 2021.

O material busca explorar e desdobrar os assuntos abordados nessas casas e apresenta um levantamento de dados e discussões dialógicas entre o tema exposto e os papéis pedagógicos desenvolvidos nos ambientes educacionais, tanto formais quanto informais, bem como propor ações práticas para serem ex-



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

**PARQUE**  
Infantil Dom  
Pedro II  
Foto: Sebastião  
de Assis  
Pereira, 1948

perimentadas em sala de aula, em grupo ou até mesmo em ambientes descolados dos padrões educativos.

Com o passar do ano novos projetos surgiram e foi possível a realização de outras ações, tais como a adaptação das atividades continuadas (sarau LGBT e clube de leitura) para encontros on-line e a parceria com outras instituições.

As atividades realizadas durante o teletrabalho evidenciam o quanto o caráter solitário não cabe nos processos educativos. Para além da produção dos próprios educadores, a realização das ações foi possível por meio de parcerias e parceiros, institucionalizados ou não, os quais toparam seguir com o Núcleo de Formação e Desenvolvimento de Públicos.

Desde os outros núcleos do museu, passando por escolas, Secretaria de Turismo e Secretaria de Educação, as parcerias são um elemento-chave para o setor educativo. Para o fim de semana que a cidade começou a fechar estava programado o primeiro encontro com os professores da rede de ensino; a frustração relacionada à não concretização do curso para professores foi arrefecida quando, em meados de 2020, a Secretaria Municipal de Educação sinalizou que o encontro poderia ser adaptado

e oferecido de forma remota.

A demanda de elaboração de um curso exigiu uma nova reconfiguração dos educadores. O programa era longo e adotou-se a estratégia de dividir os educadores em pequenos grupos de trabalho, com a cidade como pauta, porém com ações e objetivos diferentes.

Os grupos atuais estão distribuídos da seguinte maneira:

- **LGBTQIA+**, criado a partir do Sarau LGBT, este grupo é dedicado para pensar ações, discussões e reflexões acerca da comunidade LGBTQIA+ na cidade, bem como para ir ao encontro de públicos diversos, para que estes possam também se sentir pertencentes ao Museu da Cidade de São Paulo.

- **Infâncias em São Paulo** é dedicado a pensar sobre as diversas infâncias e relações parentais, criando ações com e para o público infantil em diálogo com as exposições em cartaz e os acervos do Museu da Cidade de São Paulo.

- **Tramas Urbanas**, grupo dedicado a pensar a literatura como ferramenta de mediação para assuntos que circundam o território e a cidade, planejando encontros com autores e clubes de leitura mensais.

- **Formação**, com ações de formação para professores da rede pública municipal e profissionais do turismo, visa estabelecer diálogo com públicos diversos e sustentar a autonomia crítica do público visitante por meio de outros atores responsáveis pela formação na cidade.

Apesar de toda a produção do Núcleo de Formação e Desenvolvimento de Públicos, ainda restam duas inquietações sobre o trabalho realizado na pandemia, e ambas se entrelaçam:

- A primeira é que boa parte das atividades foram feitas para o público, sem que houvesse condições de realizar trocas profundas de experiências, tão relevantes para o trabalho – desafio evidente nas interações virtuais. Contudo, em algumas ações – como os eventos on-line, a parceria com instituições, a interação em redes sociais e em conversas mais intimistas –, foi possível estabelecer as trocas genuínas com o público.

- A segunda inquietação é justamente relacionada ao perfil do público: sabe-se que instituições culturais, museus em especial, são espaços excludentes para grande parcela de população de uma cidade como São Paulo. Ao passo que as ações do Núcleo de Formação e Desenvolvimento de Públicos foram migradas para o ambiente virtual, o caráter excludente torna-se evidente e a refle-

xão de como combatê-lo deve ser pauta fundamental nas discussões sobre quais caminhos os museus devem seguir.

Como na educação, não há aqui a pretensão de encerrar este ensaio com respostas, celebra-se que as inquietações permaneçam entre a equipe e que se possa, a partir de um problema, dialogar, e de modo democrático aprender com a experiência da educação, entendendo a cidade, o corpo e o diálogo como ferramentas de investigação.

**Nádia Bosqué** é educadora e artista visual ceramista, bacharela e licenciada em Artes Visuais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), técnica em Design Gráfico e pós-graduada em Artes Manuais para Educação. Atuou na área de educação e produção em instituições como Instituto Tomie Ohtake, Serviço Social do Comércio (Sesc) e Bináh Espaço de Arte. Produtora em instituições culturais, ministra oficinas através do Coletivo Laranja Azul. Integrou a coordenação do Núcleo Educativo do Espaço Cultural Porto Seguro e atualmente atua na coordenação do Núcleo Educativo do Museu da Cidade de São Paulo

**Natália Godinho da Silva** é educadora e historiadora pela Universidade de São Paulo (USP), técnica em Museologia pela Escola Técnica Estadual (Etec), pós-graduada em Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Cultural (Senac). Trabalha em museus desde 2012, passando por instituições como Museu da Imigração, Serviço Social do Comércio (Sesc) e Museu de Arte Brasileira (MAB) da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap); no momento faz parte da coordenação do Núcleo Educativo do Museu da Cidade de São Paulo

## referências

1. BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
2. DEWEY, J. **Democracia e educação**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
3. FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
4. CYTRYNOWICZ, Roney. **Exposição Infância na História de São Paulo**. São Paulo: Museu da Cidade de São Paulo, 2021.

O Museu da Cidade de São Paulo está localizado em imóveis de interesse histórico, distribuídos pela malha urbana do município. São espaços de reflexão, que têm como objeto principal a cidade de São Paulo, considerando suas manifestações artísticas e culturais, os bairros, as ruas e as edificações como registros documentais da história e das memórias de seus habitantes.

Vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, seu acervo arquitetônico é composto por 12 edifícios e um logradouro construídos entre os séculos XVII e XX, distribuídos entre as quatro regiões da cidade de São Paulo.

É responsável por um importante acervo fotográfico sobre a cidade, que registra suas transformações urbanas nos últimos 158 anos; um acervo de bens móveis, constituído por peças adquiridas a partir das atividades de comemoração do IV Centenário da Cidade, em 1954; um acervo de história oral, composto por depoimentos e entrevistas coletados a partir do final da década de 1970; o acervo bibliográfico formado por títulos que abordam temas de interesse do museu; e por fim, o acervo arquivístico que guarda a história da própria instituição.

É missão do Museu da Cidade de São Paulo promover diálogos entre as pessoas e seus bens patrimoniais, por meio de diversas ações culturais como exposições, ações educativas, pesquisas, publicações e intervenções artísticas.

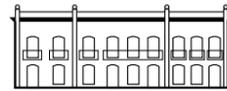
Para o Museu da Cidade de São Paulo é importante gerar o (re)conhecimento sobre a cidade, fomentando a conscientização de seus habitantes e visitantes, contribuindo para a transformação e o desenvolvimento da sociedade.

 [museudacidade.prefeitura.sp.gov.br](http://museudacidade.prefeitura.sp.gov.br)

 [instagram.com/museudacidade](https://www.instagram.com/museudacidade)

 [facebook.com/museudacidade.sp](https://www.facebook.com/museudacidade.sp)

 [youtube.com/c/MuseudaCidadeS%C3%A3oPaulo](https://www.youtube.com/c/MuseudaCidadeS%C3%A3oPaulo)



### SOLAR DA MARQUESA DE SANTOS

Residência urbana do século XVIII, foi propriedade de Domitila de Castro Canto e Melo, a marquesa de Santos, entre 1834 e 1867. Supostamente construído a partir de duas casas de taipa de pilão, apresentou diversas ocupações até se tornar a sede administrativa do Museu da Cidade de São Paulo, abriga as reservas técnicas de seus acervos. Suas exposições e atividades museológicas incentivam as discussões sobre a trajetória da marquesa de Santos e a cidade de São Paulo em suas múltiplas faces.



### BEÇO DO PINTO

Conhecido também como “Beco do Colégio”, ligava o largo da Sé à várzea do rio Tamanduateí durante o período colonial. Localizado entre o Solar da Marquesa de Santos e a Casa da Imagem, apresenta vitrines arqueológicas com vestígios dos antigos calçamentos revelados durante as obras do restauro feito na década de 1990. Atualmente expõe trabalhos de artistas contemporâneos desenvolvidos especialmente para o espaço.



### CHÁCARA LANE

A casa foi sede de uma chácara paulistana do final do século XIX, localizada à época fora do perímetro urbano. Foi residência do rev. George W. Chamberlain e do dr. Job Lane, diretores da Escola Americana que deu origem à Universidade Presbiteriana Mackenzie. A propriedade foi comprada pela Prefeitura em 1944, e desde os anos 1950 a casa foi ocupada por instituições culturais: o Arquivo Histórico Municipal, o acervo circulante da Biblioteca Mário de Andrade e o Gabinete do Desenho.



### CASA DA IMAGEM

Instalada na chamada “Casa no 1” da então rua do Carmo, uma das ruas mais centrais da cidade desde sua fundação, foi uma residência aristocrática da segunda metade do século XIX, vizinha ao Beco do Pinto e ao Solar da Marquesa. Desenvolve programa curatorial de exposições, pesquisas e publicações de fotografia sobre a cidade e suas transformações, assim como sobre a história da fotografia em São Paulo.



### CASA DO BUTANTÃ

Construída às margens do rio Pinheiros, no final do século XVIII, a casa é um exemplar típico de habitação rural daquele período, construída em taipa de pilão evidenciando os processos construtivos da arquitetura colonial paulista, os modos de vida e o desenvolvimento urbano. Também ficou conhecida como “Casa do Bandeirante”, pois depois de seu restauro em 1955 recebeu esse nome por abrigar exposição de longa duração que caracterizaria a residência de um bandeirante.



### CASA DO CAXINGUI

Construída em taipa de pilão no século XVII, é um exemplar arquitetônico das chamadas “casas bandeiristas”. Foi sede do Museu Casa Sertanista, dedicado à cultura indígena, de 1970 a 1987. Abrigou o Núcleo de Cultura Indígena da União das Nações Indígenas e a Embaixada dos Povos da Floresta, de 1989 a 1993. Foi sede do Museu do Folclore Rossini Tavares de Lima de 2000 a 2007. Seu último restauro foi entre 2008 e 2012 e, desde então, integra o acervo do Museu da Cidade de São Paulo.



### CASA DO GRITO

Construída em pau a pique, também chamada de “taipa de sopapo”, provavelmente nas primeiras décadas do século XIX. Integra o conjunto do parque da Independência, entre o Museu Paulista e o Monumento à Independência. Apesar de seu nome ser associado à pintura *Independência ou morte*, de autoria de Pedro Américo, no qual é retratada casa semelhante, seu valor histórico deve-se à preservação da técnica construtiva, a sua configuração arquitetônica e sua localização.



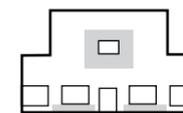
### CASA DO SÍTIO DA RESSACA

Construída em taipa de pilão, provavelmente em 1719, conforme ano inscrito na verga superior da porta principal. Algumas de suas telhas ainda são originais, assim como as portas e batentes de madeira feitas em canela preta. Foi sede de sítio próximo ao antigo caminho de Santo Amaro, às margens do córrego do Barreiro, também chamado de “Fagundes e Ressaca”. Suas raízes estão vinculadas ao surgimento do bairro do Jabaquara.



### CASA DO TATUAPÉ

Construída antes de 1698, é o imóvel mais antigo do acervo arquitetônico do Museu da Cidade de São Paulo. Em meados do século XIX sediou uma olaria onde eram produzidos telhas e tijolos, e no século XX foi sede da Tecelagem Textília. A casa é construção remanescente rara do bairro do Tatuapé, porém a redução drástica do terreno do entorno da casa, a retificação do rio Tietê e a canalização do córrego do Tatuapé impedem a compreensão das relações originais com a paisagem.



### CASA MODERNISTA

A Casa Modernista da rua Santa Cruz na Vila Mariana é de autoria do arquiteto Gregori Warchavchik. Construída em 1928, é considerada a primeira obra de arquitetura moderna do Brasil. Destaca-se também o paisagismo projetado por sua esposa Mina Klabin, pelo uso pioneiro de espécies tropicais. Passou a ser gerida pela Prefeitura em 2008 e recebe exposições que versam sobre a ocupação profissional de seu idealizador.



### CAPELA DO MORUMBI

Construída em 1949 pelo arquiteto ucraniano Gregori Warchavchik sobre as ruínas de uma das construções em taipa de pilão, do século XIX, da Fazenda do Morumbi, cujo uso original é desconhecido. A construção localizada em uma antiga fazenda de chá apresenta em suas paredes afrescos da artista Lúcia Suanê. Desde 1991 a Capela do Morumbi recebe exposições de arte contemporânea com instalações criadas especialmente para o espaço (*site specific*).



### CRIPTA IMPERIAL

Constituída inicialmente como uma capela dentro do Monumento da Independência, concebido por Ettore Ximenes, cuja inauguração se deu em 1922 em comemoração ao centenário da emancipação política brasileira. Em 1954 recebeu os restos mortais da primeira esposa do imperador D. Pedro I, a Imperatriz Leopoldina; em 1972, os restos mortais do imperador D. Pedro I e de sua segunda esposa, dona Amélia de Leuchtenberg, em 1984.



### SÍTIO MORRINHOS

A casa-sede foi residência rural construída em taipa de pilão, provavelmente em 1702. Passou por intervenções e ampliações para atender a diversas ocupações, apresenta extensa área verde em seu entorno. Foi propriedade do Mosteiro de São Bento de 1902 a 1950. É atualmente a sede do Centro de Arqueologia de São Paulo do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), que supervisiona as escavações arqueológicas na cidade, preserva seus achados e divulga os resultados dessas pesquisas.

## Encontre as 13 unidades do Museu da Cidade de São Paulo



MUNICÍPIO DA CIDADE DE SÃO PAULO

**1 SOLAR DA MARQUESA DE SANTOS**  
Rua Roberto Simonsen, 136  
Sé - São Paulo  
**CENTRO**



**2 CASA DA IMAGEM**  
Rua Roberto Simonsen, 136B  
Sé - São Paulo  
**CENTRO**



**3 BECO DO PINTO**  
Rua Roberto Simonsen, 136  
Sé - São Paulo  
**CENTRO**



**4 CASA DO TATUAPÉ**  
Rua Guabijú, 49  
Tatuapé - São Paulo  
**ZONA LESTE**



**5 CRIPTA IMPERIAL**  
Praça do Monumento, sem nº  
Ipiranga - São Paulo  
**ZONA SUL**



**6 CASA DO GRITO**  
Praça do Monumento, sem nº  
Ipiranga - São Paulo  
**ZONA SUL**



**7 CASA DO SÍTIO DA RESSACA**  
Rua Nadra Raffoul Mokodsi, 3  
Jabaquara - São Paulo  
**ZONA SUL**



**8 CASA MODERNISTA**  
Rua Santa Cruz, 325  
Vila Mariana - São Paulo  
**ZONA SUL**



**9 CAPELA DO MORUMBI**  
Av. Morumbi, 5387  
Morumbi - São Paulo  
**ZONA OESTE**



**10 CHÁCARA LANE**  
Rua da Consolação, 1024  
Consolação - São Paulo  
**CENTRO**



**11 CASA DO BUTANTÃ**  
Praça Monteiro Lobato, s/n  
Butantã - São Paulo  
**ZONA OESTE**



**12 CASA DO CAXINGUI**  
Praça Ênio Barbato, s/n  
Caxingui - São Paulo  
**ZONA OESTE**



**13 SÍTIO MORRINHOS**  
Rua Santo Anselmo, 102  
Jardim São Bento - São Paulo  
**ZONA NORTE**



### CASAS HISTÓRICAS

e Logradouro do Museu da Cidade de São Paulo e sua localização na cidade:  
Fotos: Cláudia Alcóver, Fábio Cintra, João de Pontes Junior, Márcia Alves

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

### **Prefeito**

Ricardo Nunes

### **Secretária Municipal de Cultura**

Aline Torres

### **Secretária-Adjunta**

Antônia Soares André de Souza

### **Chefe de Gabinete**

Danillo Nunes

### **Assessoria de Comunicação**

Decio Caramigo



## **DEPARTAMENTO DOS MUSEUS MUNICIPAIS**

### **MUSEU DA CIDADE DE SÃO PAULO**

#### **Diretor**

Marcos Cartum

#### **Núcleo de Museologia e Acervos**

Brenda Alves Marques, Elton Bueno, Evaldo Piccino, João de Pontes Junior, Mariza Melo Moraes, Paula Talib Assad (supervisão), Shirley Silva, Vera Toledo Piza e Gabriela Mesquita de Carvalho (estagiária)

#### **Centro de Documentação**

Fabiana Miwa, Fernanda Mendes Queiroz, Camila Rocha e Giulia Nascimento (estagiárias)

#### **Núcleo de Curadoria**

Felipe Garofalo Cavalcanti, Gabriela Rios, Henrique Siqueira (supervisão), Monica Caldiron, Paulo Vinício Brito, Sofia Castilho e Lucas Brandão da Costa (estagiário)

#### **Núcleo Educativo**

Emília Maria de Sá, Nádia Bosquê (supervisão) e Natália Godinho da Silva

#### **Núcleo do Acervo Arquitetônico**

Lannes Galil Moura, Regina Helena Vieira Santos, Ricardo Aguillar da Silva, Roberto de Souza (supervisão) e Cibele Lobato Olivi (estagiária)

#### **Núcleo de Administração**

Danilo Montingelli, Eliane Aparecida de Oliveira (supervisão), Fernando Luiz de Camargo, George Paulo de Oliveira, Luiz Fernando da Silva e Marfísia Lancellotti

#### **Núcleo de Produção**

Tereza Cristina Ribeiro Lacerda

#### **Coordenação da Chácara Lane e Casa Modernista**

Ellie Gatos Kazakos

A despeito dos esforços empreendidos pelo Museu da Cidade de São Paulo para identificar a autoria das fotos expostas nesta obra, alguns autores permanecem desconhecidos. Agradecemos o envio ou a comunicação de toda informação relativa à autoria ou a outros dados que porventura estejam incompletos, para que sejam devidamente creditados.

As ideias e opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade dos autores.

2



Rua Roberto Simonsen, 136 - 01017-020 - São Paulo - SP - Tel. 55 11 3241-1081

[museudacidade@prefeitura.sp.gov.br](mailto:museudacidade@prefeitura.sp.gov.br)  
[www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br](http://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br)

ISSN 2675-8032

